



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

### ATA DA 2ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 18 DE ABRIL DE 2023

#### ATA Nº. 10 / 2023

#### ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
  - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
  - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
    - 3.2.1. ATA DA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO OITO, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
      - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
  - 3.3. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
  - 3.4. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
  - 3.5. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
  - 3.6. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
  - 3.7. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
  - 3.8. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
  - 3.9. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO)
  - 3.10. SRª. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
  - 3.11. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
  - 3.12. SRª. DEPUTADA CARLA SANTOS (CH)
  - 3.13. SR. DEPUTADO MIGUEL BUGALHO (PSD)
  - 3.14. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)

- 3.15. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.16. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
- 3.17. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.18. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.19. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.20. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.21. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD) - PONTO DE ORDEM À MESA
- 3.22. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA FÁTIMA FILIPE (PS)
- 3.23. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.24. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.25. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.26. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA CARLA SANTOS (CH)
- 3.27. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.28. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.29. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - APRECIADA
- 4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS DE 2022 - RETIRADA
- 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA À APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO REFERENTE AO ANO DE 2022 - RETIRADA



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO – SIMAS – RELATIVA À APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2022 DOS SIMAS - RETIRADA
- 4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 269/2023 – UPAG – RELATIVA À ISENÇÃO DE TAXAS DO EVENTO “QUEIJOS PORTUGUESES NO MERCADO”, NO MERCADO DE ALGÉS, NOS DIAS 28 E 29 DE ABRIL
  - 4.5.1. VOTAÇÃO
- 4.6. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 274/2023 – GMA – RELATIVA AO RELATÓRIO DO 4.º TRIMESTRE DE 2022 DA PARQUES TEJO, E.M. - APRECIADA
- 4.7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 278/2023 – DOT – RELATIVA À DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A INSTALAÇÃO DA ACADEMIA AGA KHAN LISBOA, NO CONCELHO DE OEIRAS
  - 4.7.1. VOTAÇÃO
    - 4.7.1.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
    - 4.7.1.2. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
    - 4.7.1.3. SR. DEPUTADO MIGUEL BUGALHO (PSD) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 293/2023 – DE – RELATIVA À APROVAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OEIRAS (CMEO) – MANDATO 2021/2025
  - 4.8.1. VOTAÇÃO
5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
  - 5.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
  - 5.2. SRª. MARIA LISETE VASCONCELOS COSTA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
  - 5.3. SR. PEDRO MARCO GARCIA DA FONSECA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
  - 5.4. SR. ANTÓNIO VITORINO LOPES REGO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
  - 5.5. SR. MIGUEL PINTO, MUNÍCIPE DE OEIRAS

- 5.6. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5.7. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 5.8. SR. PRESIDENTE DA C.M.O. - DEFESA DA HONRA
- 5.9. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.10. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 5.11. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 5.12. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 5.13. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 5.14. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 5.15. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Unanimidade</i>			
<i>20-04-2023</i>			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	13		
PS	2		
PSD	3		
ED	2		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PAN	1		
INOVAR ALGÉS	1		
INOVAR BARCARENA	1		
INOVAR CARNAXIDE OEIRAS	1		
INOVAR OEIRAS PAÇO DE ARCOS CAXIAS	1		
INOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

### ATA DA 2ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 18 DE ABRIL DE 2023

### ATA Nº. 10 / 2023

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segunda Secretária a Senhora Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, em substituição do Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio.

#### 1. ABERTURA DA REUNIÃO

Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e União de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Salvador António Martins Bastos Costeira, Alexis Godinho Gonçalves, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Joaquim dos Reis Marques, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Vítor Eduardo

Coutinho Pires Marques, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.- -----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, José Maria Godinho Montezo e Nuno Miguel de Oliveira Custódio, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Salvador António Martins Bastos Costeira e Alexis Godinho Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Joaquim dos Reis Marques e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega. -----

-----Faltou a Senhora Diana Leonor Alves Gonçalves, tendo a Mesa justificado a respetiva falta.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Pedro Patacho Manuel Freire Patacho, Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Rocha.-----

### 2. ORDEM DE TRABALHOS-----

----- Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2, do Artigo 25.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro; - -----

2. Apreciação e Votação da Proposta CMO – DMAG/DFP/DPOC – relativa aos Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2022; -----

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2022;

4. Apreciação e Votação da Proposta CMO – SIMAS – relativa à Aprovação do Relatório e Contas de 2022 dos SIMAS.-----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 269/2023 – UPAG – relativa à Isenção de taxas do evento “Queijos Portugueses no Mercado”, no Mercado de Algés, nos dias 28 e 29 de abril; -----

6. Apreciação da Proposta CMO N.º 274/2023 – GMA – relativa ao Relatório do 4.º Trimestre de 2022 da Parques Tejo, E.M.; -----

7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 278/2023 – DOT – relativa à Declaração de Interesse Público Municipal para a instalação da Academia Aga Khan Lisboa, no Concelho de Oeiras; ---- -----

8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 293/2023 – DE – relativa à aprovação da composição do Conselho Municipal de Educação de Oeiras (CMEO) – mandato 2021/2025. ----

### 3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão, dizendo o seguinte: -----

----- “Vamos começar a nossa reunião. Terminaram as fotografias. Peço-vos que tomem os vossos lugares e estejam atentos.” -----

## **3.2. APROVAÇÃO DE ATAS**-----

**3.2.1. Ata da Sétima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e um de março de dois mil e vinte e três – Ata número oito, de dois mil e vinte e três --**

### **3.2.1.1. VOTAÇÃO** -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte votos a favor, sendo onze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), um do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -- -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e Alexis Godinho Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, do Partido Socialista, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Grupo Político Municipal



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Salvador António Martins Bastos Costeira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Joaquim dos Reis Marques e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

**3.3. A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Recebi - e na última reunião já tinha, mas não trouxe dentro da documentação e por isso não vos dei conta -, mas recebi dentro do expediente que vem para esta Assembleia Municipal um mail que me foi enviado e que passo a ler: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pela presente mensagem de correio eletrónico, vimos remeter uma exposição, no que concerne à quinta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, para a qual solicitamos a sua melhor análise e sequência. -----

----- “Estando a exposição assinada por seis sócios do Sport Algés e Dafundo, envio os endereços de correio eletrónico dos mesmos.-----

----- Agradecemos a confirmação da receção da presente mensagem.-----

----- Com os melhores cumprimentos,-----

----- Assina Ana Luísa Amado Antas de Barros Frischknecht-----

----- Sócia do Sport Algés e Dafundo número cinquenta e nove mil quinhentos e seis.” ----

----- Eu vou-vos ler o que esta senhora enviou, ou seja, o assunto dela é a ata da Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia do Sport Algés e Dafundo. E diz:-----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente:-----

-----No passado dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três, realizou-se a quinta sessão extraordinária da Assembleia do Município de Oeiras, tendo como ponto único da Ordem de Trabalhos: "Debate específico sobre as inundações no Concelho de Oeiras". -----

-----Conforme consta do texto da Ata número cinco de dois mil e vinte e três, da referida reunião da Assembleia Municipal de Oeiras, foram efetuadas diversas referências aos impactos das inundações no Sport Algés e Dafundo, nomeadamente ao nível das instalações e nas atividades por este Clube asseguradas, não podendo deixar de ser feita referência à oportuna relação que alguns deputados Municipais conferiram entre estes impactos e a necessidade do Clube mudar de instalações, nomeadamente saindo da baixa de Algés, melhor espelhadas nas declarações do próprio Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino Morais, quando referiu, nomeadamente: " ... Parece que às vezes falamos de Algés e não sabemos do que estamos a falar. Não houve nenhuma intervenção de planeamento em Algés, nem pode haver. Poderá haver agora uma coisa, que é, se o Sport Algés e Dafundo sair do local onde está, aquele quarteirão vai permitir que se faça ali algum ordenamento, algum planeamento articulado com o mercado (que o mercado fica do outro lado), articulado com a antiga praça de touros, do outro lado, com as portas de Algés. Realmente se isso acontecer ... ", palavras que expressam bem aquela que é, desde finais dos anos noventa, a ideia defendida pelo Doutor Isaltino de Morais para as instalações do Clube. -----

-----Contudo, em relação às decisões tomadas pelos sócios do Sport Algés e Dafundo, importa identificar, enfaticamente, a incorreção das afirmações proferidas pelo Senhor Presidente da CMO, a página setenta e dois da Ata número cinco de dois mil e vinte e três da Assembleia Municipal de Oeiras, a saber: " ... Ora bem, decorreram estes anos todos e finalmente parece que houve uma Assembleia (há poucos dias), que decidiram realmente que a melhor solução para o Sport Algés e Dafundo era sair dali". -----

-----Desconhecemos quem e como informou o Senhor Presidente da CMO sobre o que foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

decidido pelos sócios do Sport Algés e Dafundo, mas o que podemos assegurar é que não decidiram sair das atuais instalações do Clube.-----

----- O processo sobre a tomada de decisão ainda não se encontra em fase de decisão final, o que se comprova pelo seguinte:-----

----- Um. Foi realizada uma Assembleia Geral no passado dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e três; -----

----- Dois. A Ordem de Trabalhos foi constituída por um ponto único, a saber: "Dar poderes à Direção do Sport Algés e Dafundo para encetar negociações com a Câmara Municipal de Oeiras, com vista à definição dos termos e condições em que poderá ocorrer a deslocalização da sede e instalações desportivas do Sport Algés e Dafundo no seio da freguesia";-----

----- Três. Da Ata referente à Assembleia Geral referida, que se anexa, importa salientar as informações prestadas pela Vice-Presidente da Direção, Alexandra Bessone Cardoso, nomeadamente: "informou a assembleia que a atual Direção não estabeleceu até à data quaisquer negociações com a Câmara Municipal de Oeiras sobre a deslocalização do Clube. Mais acrescentou que alguns contatos e compromissos haviam sido realizados pela anterior Direção do Algés. E continuou dizendo, que agradecia o contributo do Conselho Geral e que, para a Direção, o interlocutor legítimo do Clube, todas as opções estão em aberto nas negociações com a Câmara Municipal de Oeiras." -----

----- Assim, face ao exposto e porque os signatários compreendem que as incorretas afirmações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino de Moraes, podem ter tido por base informações imprecisas prestadas por alguém ligado ao Clube, solicitamos que os membros dessa Assembleia, presidida por Vossa Excelência, sejam informados na próxima reunião do órgão sobre o que realmente foi decidido pelos sócios do Sport Algés e Dafundo, de forma a que os factos constantes da Ata número cinco de dois mil e vinte e três, da Assembleia Municipal de Oeiras não fiquem a constar como verdadeiros e corretos, no que

concerne as decisões tomadas pelos sócios do Sport Algés e Dafundo.-----

-----Mais se solicita que da presenta carta seja dado conhecimento ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Presidente da CMO.-----

-----Por fim, os signatários manifestam a sua total disponibilidade para prestar todos e quaisquer esclarecimentos que Vossa Excelência ou algum membro dessa Assembleia, entenda por necessário sobre a questão acima reportada.-----

-----Com os melhores cumprimentos,-----

-----Assinam:-----

-----Jacob Carlos Frischknecht, sócio número quarenta e um mil novecentos e noventa e sete;-----

-----Rui Manuel de Araújo Paulo, sócio número quarenta e três mil novecentos e oitenta e nove;-----

-----Bruno Alexandre Monteiro Ribeiro Paixão Bate, sócio número cinquenta e um mil cento e setenta e cinco;-----

-----Emílio Nuno Frischknecht, sócio número cinquenta e sete mil duzentos e oitenta e cinco;-----

-----Ana Luísa Amado Antas de Barros Frischknecht, sócia número cinquenta e nove mil quinhentos e seis;-----

-----E Maria Helena Antas de Barros Cardoso do Carmo, sócia número cento e treze mil trezentos e sessenta e seis.”-----

-----Caros colegas, enviei esta exposição para o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Câmara provavelmente terá alguma coisa a dizer ou irá, num futuro próximo..., mas Senhor Presidente, quer responder já? Então faça favor, porque isto está dentro da correspondência recebida nesta Assembleia Municipal e esta achei, realmente, que justificava vir.”-----

**3.4. O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito bem. Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----  
----- Naturalmente que eu não percebo o teor desta missiva, embora perceba que nos clubes, como na política, há sempre maus perdedores e pelos vistos, parece que os novos órgãos sociais do Sport Algés e Dafundo incomodaram alguns veteranos que possivelmente, se consideravam donos do clube e perderam, perderam as eleições. Colocam na boca do Presidente da Câmara aquilo que eu nunca disse. Eu nunca disse, mesmo nesta Assembleia, que havia negociações formais entre o Presidente da Câmara ou a Câmara Municipal e o clube. O que eu disse, foi que finalmente tinha havido o bom-senso dos sócios do Sport Algés e Dafundo, para ponderarem a possibilidade da saída das instalações de Algés para Linda-a-Velha, onde a Câmara Municipal tinha reservado um terreno e que tinha sido aprovado na Assembleia do clube. Por isso surpreende esta carta, quando na própria carta que eles enviam (é curioso), citam a Ordem de Trabalhos e a Ordem de Trabalhos é esta, constituída por um ponto único a saber: “Dar poderes à Direção do Sport Algés e Dafundo para encetar negociações...”. Ninguém disse que as negociações já estavam a decorrer. “Dar poderes à Direção do Sport Algés e Dafundo para encetar negociações com a Câmara Municipal de Oeiras, com vista à definição dos termos e condições em que poderá ocorrer a deslocalização da sede e instalações desportivas do Sport Algés e Dafundo no seio da freguesia.” Esta era a Ordem de Trabalhos de ponto único, que de acordo com a mesma ata da Assembleia (e é por isso que é surpreendente esta carta, dirigida à Senhora Presidente da Assembleia Municipal) “... de seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral...” - estou a ler a ata - “... colocou à votação da Assembleia a aprovação da proposta, tendo-se verificado a sua aprovação (as negociações) por maioria. Votos a favor cento e oito e abstenções uma”. Não houve sequer um voto contra. É estranho, mesmo os signatários desta carta à Assembleia Municipal, que estiveram na Assembleia, não votaram contra e há uma única abstenção. De maneira que é de questionarmos qual é a motivação desta carta, que é contraditória nos seus termos. A ata é clara: há um ponto único, para mandar a Assembleia para poder iniciar negociações com a Câmara, para fazer a

deslocalização do clube, foi aprovada por maioria, apenas com uma abstenção. Não sei qual é o problema, sinceramente. -----

-----Muito obrigado.” -----

**3.5. A Senhora Presidente da A.M. fez o seguinte esclarecimento:-----**

-----“Devo dizer que também foi enviada a ata da reunião. Abstive-me de ler, mas a ata número duzentos e dez da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no Sport Algés e Dafundo também foi enviada, juntamente com o mail que vos li.”-----

**3.6. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte: -----**

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para solicitar à Senhora Presidente que nos remeta cópia da carta que a Assembleia Municipal... dessa carta que acabou de ler, que nos remeta cópia depois, para podermos também ter acesso a essa correspondência.-----

-----Muito obrigada.”-----

**3.7. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----**

-----“Sim senhora. Com certeza, enviarei uma cópia. Mais alguém pretende também? Todos? Então eu mando uma para cada grupo político. Mas constará da ata desta reunião, a leitura. Mas não tem problema, eu envio-vos por mail porque veio e, portanto, enviarei. -----

-----Não entrou nenhum documento na Mesa, resulta que neste Período Antes da Ordem do Dia, pergunto se alguém pretende usar da palavra?” -----

**3.8. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----**

-----“Boa tarde. Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Venho-vos falar de mobilidade. -----

-----Faço esta intervenção por imperativo categórico, moral e político. Não posso, nem poderia como cidadão, como profissional e como deputado eleito pelo povo, ficar indiferente e assistir ao crescimento do populismo, da demagogia, que de tão barata e primária, é quase pueril.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

O único mistério que ficará por esclarecer, é ao serviço de quem e com que propósito. -----

----- Temos vindo a registar um movimento radical de contestação da existência de zonas de estacionamento de duração limitada (ZEDL), que utiliza argumentos falsos, ignorantes e pior ainda, procura instrumentalizar e arregimentar cidadãos, enganando-os e falseando a verdade dos factos, para que uma causa nefasta e prejudicial à democracia, possa vencer. Ficaré assim a pergunta, um mistério por esclarecer: ao serviço de quem e com que propósito se fazem estes requerimentos contra parquímetros, estas intervenções e alaridos nas redes sociais e em requerimentos aqui a esta Casa? Simplifico a questão como “os parquímetros”, simplesmente para acompanhar e utilizar o mesmo tom de linguagem dos detratores dos mesmos, mas do que falamos efetivamente, é de um instrumento de mobilidade, chamado “zona de estacionamento de duração limitada”. - -----

----- Nesta intervenção, demonstrarei que o intuito deste alegado movimento que se apresenta como “não queremos parquímetros em Oeiras” é um atentado à democracia, à qualidade de vida, ao bom-senso e sobretudo, é um monumento à ignorância e demonstrativo da intolerância democrática, que caracteriza os líderes destes movimentos. A teoria económica do valor de um bem, define que um bem vale em função de um rácio de duas realidades: por um lado a sua utilidade e por outro lado, a sua abundância. É neste axioma que nasce a necessidade de gerir o estacionamento no espaço público. Não há abundância de estacionamento, há escassez crescente de estacionamento, pela massificação do automóvel e o número de automóveis que há por fogo. O estacionamento é assim um bem escasso e valioso. Por outro lado, o estacionamento é um bem essencial para a qualidade de vida, para a atratividade da atividade económica e para uma melhor e sã mobilidade no território. É neste ponto que a posição deste movimento se torna um atentado à democracia, pois a mobilidade no território é essencial para o funcionamento da própria democracia, para garantir o acesso plural a bens e serviços. A qualidade de vida na e da cidade depende grandemente da resposta dada às necessidades de deslocamento e circulação das pessoas

e conseqüentemente, à regulação do estacionamento e conseqüentemente, à existência de parquímetros. -----

-----Os parquímetros são necessários por várias razões: para gerir o espaço de estacionamento (os parquímetros ajudam a gerenciar os espaços de estacionamento, limitando as áreas movimentadas), os parquímetros ajudam o fluxo de tráfego e garantem uma distribuição justa de espaços de estacionamento, entre todos os utentes. Ao limitar um tempo que o veículo pode estacionar num determinado espaço, os parquímetros ajudam a manter o fluxo de tráfego. Isto é especialmente importante nas áreas muito movimentadas, onde a congestão do tráfego pode ser um problema. -----

-----Por outro lado, a fiscalização. Os parquímetros tornam mais fácil para os agentes da lei fiscalizarem as regulamentações de estacionamento, promovendo assim a justiça social, pois evitam grandemente o estacionamento abusivo nas passadeiras, nos passeios, nos lugares de deficientes, nos lugares de cargas e descargas, etc. -----

-----Em resumo, os parquímetros são uma ferramenta importante para gerir o estacionamento em áreas urbanas. Eles ajudam a garantir que o estacionamento esteja disponível para todos, ajudam a manter o fluxo de tráfego e impedem o estacionamento abusivo. São assim um fator fundamental na mobilidade e, portanto, na própria democracia. -----

-----Em relação à pergunta: “para que serve o dinheiro gerado pelos parquímetros?”, é uma pergunta muito legítima e importante. Assim, com clareza, em relação à receita dos parquímetros, devemos dizer: um quarto (vinte e três por cento, quase um quarto) vão para o Estado, vão para o tesouro, sobre a forma do IVA. Aqui, até podemos questionar a questão se faz sentido haver um imposto sobre uma taxa. É uma questão que fica para a autoridade tributária, é este o entendimento da autoridade tributária. Cinquenta por cento vão para garantir os financiamentos de meios humanos e físicos, necessários para a existência dos próprios parquímetros, das ZEDL e a fiscalização do estacionamento e o restante quarto (um pouco mais) é devolvido ao povo, à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sociedade e à cidade, quer pela criação de novos parques e espaços de estacionamento, quer pela manutenção e requalificação do espaço público. -----

----- Mas é importante aqui neste ponto, dizer a verdade. As taxas dos parquímetros em Oeiras são metade das praticadas em Cascais e um terço das praticadas em Lisboa. Ou seja, em Cascais paga-se o dobro e em Lisboa paga-se o triplo. Mais ainda: o Concelho de Oeiras é o único Município com a taxa de interface colocada perto das estações (Algés, Caxias, Paço de Arcos e Oeiras), que permite o custo de um euro por dia, para pagar o estacionamento. Para terem uma ideia, há uma taxa semelhante no concelho de Almada e o valor é de três euros por dia.-----

----- O referido movimento contra os parquímetros está também enganado, mal informado e esconde a verdade, bem como procura intoxicar as populações, ao afirmar que os residentes e os comerciantes não querem parquímetros. Isto não é verdade. A verdade é outra. Os parquímetros são uma garantia de melhor acesso ao estacionamento dos residentes e de melhoria da competitividade dos comerciantes, pela disponibilização de estacionamento em rotatividade para os seus clientes. Esta realidade é tão profunda e verdadeira, que até por exemplo no Bairro Embaixador Augusto Castro, os residentes não só há anos solicitam a colocação de parquímetros, como estão dispostos a cotizarem-se para colocarmos parquímetros. E na Figueirinha, que é a questão que aqui está a ser levantada (ou que é levantada... começou por esses movimentos), muitos são os residentes que anseiam pela colocação de parquímetros, porque sabem que assim têm o seu estacionamento mais acessível e protegido. Assim aconteceu na Medrosa, onde a pressão da falta de estacionamento, pela criação do polo universitário de Carcavelos, levou a um movimento de cidadãos a solicitar os parquímetros. O mesmo aconteceu no Alto da Barra, onde para os residentes, na época de veraneio, no verão (esta que se aproxima), o estacionamento era um inferno. Vamos ver como é que vai correr agora este verão.-----

----- E já agora, saliente-se que em matéria de dísticos de residente, Oeiras é também o Concelho da Área Metropolitana de Lisboa, que tem as melhores condições, onde o preço do

dístico fica a menos de um cêntimo por dia. Vou repetir: um cêntimo por dia. Nas ZEDL residenciais do Concelho de Oeiras, cerca de setenta por cento do estacionamento é ocupado por dísticos de residente, por portadores de dístico. Ou seja: em cada ZEDL, em cada dez lugares de estacionamento, sete estão protegidos para os residentes. É isto que os parquímetros fazem: proteger o estacionamento dos residentes. -----

-----Em relação à colocação de parquímetros na zona do Parque dos Poetas, há um ponto onde, de facto, os contestatários têm razão, pois há uma maior pressão sobre as ruas não tarifadas, em relação às ruas que são tarifadas. Naturalmente fruto da racionalidade económica, os utentes fogem do estacionamento tarifado, para o não tarifado. No entanto, a solução não é retirar parquímetros, é colocar mais parquímetros, ou seja, é urgentemente alargar as ruas tarifadas, para colocar mais parquímetros para proteção de residentes e comerciantes. Isto tem que ser em mancha.-----

-----Termino como comecei. O movimento que se apresenta como “não queremos parquímetros em Oeiras” é um atentado à democracia, à qualidade de vida, ao bom-senso e é sobretudo um monumento à ignorância e à intolerância democrática. Ao serviço de quem e a que propósito se constituem estes cidadãos? Até vem um cidadão com morada fiscal em Santarém, preocupado com os parquímetros em Oeiras. E até um residente em Algés, que é a zona que tem mais parquímetros e mais lugares em ZEDL, veio aqui preocupado com os parquímetros de Oeiras.

-----Os cidadãos não são burros, os cidadãos sabem o que é melhor para eles. -----

-----Muito obrigado.” -----

**3.9. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) interveio e disse o seguinte: -----**

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Como é sentido por estes dias, as temperaturas altas chegaram ao nosso território de forma precoce. Os fenómenos de imprevisibilidade climática têm vindo a aumentar neste mês de abril, que de “águas mil”, não teve nada. As praias do nosso Concelho encheram-se de banhistas,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nas últimas duas semanas, porém, não encontraram a presença de nadadores-salvadores, por efeito da época balnear ainda não ter sido decretada pelo Município. As praias do nosso Concelho são por norma presenteadas com marés calmas, típicas do fim do estuário, onde nos encontramos, porém, a Federação Portuguesa de Nadadores-Salvadores alerta para o facto de estarem a ocorrer vários fenómenos de agueiro e para quem frequentou uma praia do nosso Concelho nos últimos dias, deparou-se com alguns agueiros ou remoinhos (como são popularmente chamados) perigosos no nosso mar. Como é conhecido desta Câmara, cabe ao Município definir a abertura da época balnear, que não necessita de ser definida em conformidade com a época que é apresentada pela Autoridade Marítima Nacional. É sabido que vários municípios portugueses, já procederam à contratação de nadadores-salvadores para esta época balnear e já que o Executivo adora que a oposição traga alguns exemplos, eu trouxe cinco: Sines, Portel, Almada, Amarante e Cascais. Como os que acabei de referir, ainda existem muitos mais. Pergunto assim: quando estará disposta a Câmara Municipal a contratar estes serviços, para garantir a máxima segurança nas nossas praias? Refiro também que a Câmara de Matosinhos tem um sistema de salvamento balnear que se encontra ativo todo o ano e pergunto se não seria de ponderar também a existência de um sistema semelhante, aqui para o nosso território. Além da falta de nadadores-salvadores nas nossas praias, outra queixa que nos tem chegado, é o facto dos sanitários nas nossas praias ainda não estarem disponíveis. Para quando a abertura dos mesmos?"-----

**3.10. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte:-----**

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----  
----- Neste Período Antes da Ordem do Dia, gostaria de focar três questões. Uma delas, na tentativa de procurar aqui uma intervenção, que a Câmara possa trazer aos munícipes. -----  
----- Nós temos verificado... aliás houve já duas queixas de munícipes que chegaram a nós. O nosso Concelho tem sido invadido na hora de ponta, em algumas das rotundas principais, por equipas de homens vestidos com fardas muito semelhantes às dos bombeiros, que sem qualquer

legitimidade mandam parar os carros e levam a cabo um peditório, que me disseram que seria para uma associação de antigos combatentes. Esta prática tem complicado muito o trânsito em Oeiras, tem intimidado muitas pessoas que se veem rodeadas de três elementos e, portanto, que não têm outra hipótese senão comprar as tais rifas e dar os tais donativos. Estamos a falar da rotunda de Miraflores, junto à igreja; estamos a falar da Rotunda das Seleções; estamos a falar do espaço junto a Nova Oeiras, junto ao Continente e estamos a falar de muitos outros sítios pelo nosso Concelho. Há dois meses, que isto tem sido uma prática reiterada. Saber se efetivamente o nosso Executivo, através da Polícia Municipal, poderia tentar ordenar este tipo de práticas, que me parece que são um “bocadinho” desproporcionadas.-----

-----Dizer também, que nos chegou por parte de uma munícipe, um pedido para fazermos chegar ao nosso Executivo, no sentido de ser feita a manutenção do espaço contíguo à ciclovia, que fica entre Pedrouços, o Dafundo e a Estação da Cruz Quebrada. Sei que este é um espaço que não pertence à Câmara, sei que é um espaço onde efetivamente as intervenções que a Câmara lá faz são por via indireta. De qualquer forma, se isso puder contribuir para o bem-estar dos nossos munícipes, seria sempre bem-recebido, até porque as pedras e a vegetação que cresce sem qualquer tipo de ordenamento, acaba por prejudicar a passagem dos munícipes nessa ciclovia, que é muito utilizada para a prática desportiva. -----

-----Por fim, deixar aqui um repto e fazer um convite a todos os deputados e aos membros do Executivo, porque no próximo sábado, dia vinte e dois, vai realizar-se uma festa, que é já uma festa muito tradicional, na escola secundária de Linda-a-Velha. É a festa de antigos alunos, é uma festa que costuma ter uma grande afluência e deixar aqui o convite para os deputados e os membros do Executivo, que se queiram juntar a nós no próximo sábado, a partir penso que é das vinte e três horas (mas depois corrijo a informação se não for). É uma festa muito animada, tem música dos anos oitenta, tem DJ's que foram alunos da escola e não esquecendo, que todas as quantias que a associação de antigos alunos consegue angariar com estas festas, é depois empregue em favor da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

escola e dos alunos. É um valor que é depois entregue para melhorar o funcionamento e a vida dos alunos da escola. -----

----- Só para terminar, a associação está a organizar para este final do mês, está a preparar uma feira universitária, com a presença de algumas instituições de ensino. Convidou antigos alunos para irem falar e dar o seu testemunho sobre a escolha das profissões e sobre a vida profissional que levam a cabo e, portanto, tudo o que possamos fazer - nós antigos alunos – para ajudar as novas gerações, no sentido de as encaminhar e de lhes fornecer toda a informação, acho que é importante. Fica o convite feito, no sábado se não tiverem (obviamente quem está aqui presente e a todos lá em casa) ... Quem quiser passar um serão divertido, a festa de antigos alunos da escola secundária de Linda-a-Velha está à vossa espera e eu também lá estarei, com certeza para passar alguns bons momentos. -----

----- Eram só estas três questões que eu queria colocar. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

**3.11. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) disse o seguinte:** -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Gostaria apenas de colocar uma questão, que tem a ver ainda com algumas intervenções que estão a ser necessárias, na sequência das intempéries de dezembro e que continuam a perturbar a vida quotidiana das pessoas, nomeadamente o estado da obra necessária na Rua Sacadura Cabral, no Dafundo. A contenção do muro e a solução do problema parece ainda não estar encontrada (e demorada) e naturalmente é uma via com grande impacto e que urge intervir. Perguntar à Câmara como é que está essa situação, até porque há outras que também se têm demorado a resolver, nomeadamente os estragos feitos no passadiço do Eixo Verde e Azul, entre o Jamor, o Estádio Nacional e a zona de Carnaxide, Linda-a-Velha. Mais recentemente, vimos também o muro da escola básica Sofia de Carvalho, da antiga escola na Avenida da República, em Algés, que também aparenta estar a ceder e será uma obra complicada, porque é de

uma grande extensão e num terreno complicado. Também o passeio (que já foi aqui referido), a ciclovia, passeio ribeirinho, entre Algés e a estação da Cruz Quebrada, que tem também uma intervenção provavelmente aqui mais em articulação com outras entidades, o Porto de Lisboa ou a APA, não sei. Vemos todos os fins de semana, todos os dias imensa gente a passar, a ultrapassar as barreiras que lá estão, o que naturalmente nos preocupa.-----

-----Eram estas questões. Muito obrigada.”-----

**3.12. O Senhora Deputada Carla Santos (CH) observou o seguinte: -----**

-----“Excelentíssima Vereação da Câmara Municipal de Oeiras, a todos os presentes e pessoas que nos assistem em casa, as nossas mais cordiais felicitações em nome do Partido Chega.

-----Para que conste em ata, as questões trazidas pelo Partido Chega à vereação não são respondidas (está gravado e testemunhado), mas sim ironizadas, quando não convém responder por parte da vereação, já sendo mais de dez, à data.-----

-----Viola a vereação da Câmara Municipal de Oeiras o artigo duzentos e sessenta e oito, número um, da Constituição da República Portuguesa e outros imperativos legais, que garantem o acesso à informação dos cidadãos em geral, consubstanciando na obrigação de uma administração aberta e transparente por parte da Câmara Municipal de Oeiras, em dar conhecimento aos destinatários as resoluções definitivas tomadas, bem como informar os cidadãos que o requeiram sobre o andamento dos processos em que sejam diretamente interessados, e aqui, a nossa qualidade de deputados municipais legitimados pelo povo, para fiscalizar os vossos officios, em nome da democracia.-----

-----Faço mais duas simples questões. Coisas complexas, parece esquecerem-se, omite a vereação em responder, especialmente o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, que brinca com as respostas e com alguns deputados, talvez por falta de maturidade política ou de não estar à altura do seu mestre.-----

-----Questão um. Pergunto ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Oeiras, reiterando



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

novamente: quem são os membros que compõem o gabinete anticorrupção em Oeiras? Quem é o seu presidente? Os critérios de escolha? É um gabinete de cartaz ou efetivamente labora? -----

----- Segunda questão. Pergunto à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, sendo uma deputada municipal como qualquer membro desta Assembleia (apesar de Presidente), qual a base legal para a atribuição de viatura de grande porte, mais chofer, mais gasóleo, a Vossa Excelência? Quem paga? É o município, Vossa Excelência? Caso seja a Assembleia Municipal (ou seja, todos nós), como está cabimentada essa avultada despesa nas contas da Assembleia Municipal, ou no seu recibo de vencimento? -----

----- Nestes termos, assiste aos membros da Assembleia Municipal, para cumprimento dos seus deveres de fiscalização, o direito a serem informados e terem acesso à informação, devendo, contudo, os dados serem limitados à finalidade, nos termos do artigo quinto, número um, alínea C, do Regime Geral da Proteção de Dados.-----

----- Que se cumpra a lei. Disse.” -----

**3.13. O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) referiu o seguinte:-----**

----- “No passado dia dezassete de janeiro, a bancada do PSD trouxe a esta Casa uma proposta relativamente aqui aos daltónicos. O principal objetivo desta proposta passava por facilitar também a vida, o acesso aos serviços públicos inclusivos e o estímulo em literacia em saúde. Nesse sentido e uma vez que a proposta já foi apresentada, foi votada aqui nesta Assembleia por unanimidade, queria também questionar o Executivo sobre a aplicabilidade, qual o ponto de situação dessa mesma proposta, se já está a ser executada por parte do Executivo Camarário.-----

----- Muito obrigado.”-----

**3.14. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) fez a seguinte intervenção:-----**

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Boa tarde a todos. -----

----- Queira fazer uma referência ao papel determinante no salvamento da Erica Vicente, que teve a ver com o Centro de Controlo e Vigilância Costeira que temos em Paço de Arcos, na

Escola Náutica, que em coordenação com a Autoridade Marítima Nacional, conseguiu sensibilizar o comandante do navio para fazer busca e salvamento, com o êxito que todos conhecem. Acho que estamos de parabéns em Oeiras, por termos um centro de controlo costeiro, com esta eficiência e com esta determinação. Parabéns aos seus profissionais, uma referência que aqui fica. -----

-----Queria aproveitar esta oportunidade para solicitar à Câmara, que faça o ponto da situação da requalificação do Bairro dos Navegadores. Há uma situação de um projeto que eles se queixam, do “Bairro Feliz”, que tem a ver com limpeza do bairro, que está parado e eles querem que este projeto prossiga, para fazerem eles próprios a higienização, o “dois em um”. Eles levantam a questão da formação, da literacia digital, o projeto de recuperar a lavandaria, o espaço multifunções, a requalificação em geral do bairro e também uma coisa muito sentida pelos jovens (que no domingo tive o privilégio de estar com eles, durante três horas de manhã), que falavam que este ano, não conseguiam fazer o torneio de futsal que todos os anos fazem, porque o campo não está em boas condições. Tentar colocar à Câmara se é possível resolver este problema atempadamente, para eles mobilizarem a organização deste torneio, que envolve muitos bairros e é uma festa para eles. -----

-----Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

**3.15. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----**

-----“Queria só fazer aqui um comentário, porque enfim também há coisas que temos de louvar. -----

-----O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), já me tinha relatado ontem o importante que foi o Centro de Controlo Costeiro, sediado aqui em Paço de Arcos, para que o navio que estava ao largo, procurasse e tivesse encontrado a jovem de que nós todos ouvimos falar e que estava há cerca de vinte horas perdida no mar. É realmente um orgulho para nós termos aqui no nosso Concelho uma entidade como este Centro de Controlo Costeiro. Muitos munícipes não saberão, realmente, que existe, nem quais as suas funções. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Quase que me atrevia a pedir ao Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) se podia dar-nos uma maior explicação deste centro, para que serve e o importante que foi na busca e no encontrar daquela jovem. Pedia-lhe esse favor, se realmente tiver disponibilidade. Assim como me explicou e a nós que estávamos para uma reunião, nos contou o facto, achava importante que todos nós, todos os senhores deputados e quem nos acompanha também em suas casas, tivesse conhecimento disso. Poderá ser? Muito obrigada.”-----

**3.16. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) prestou os seguintes esclarecimentos: -----**

----- “Claro que sim, Senhora Presidente. -----

----- De facto, trata-se de um serviço que está centralizado no Concelho de Oeiras, para fazer a vigilância de toda a costa continental portuguesa. Esse serviço é designado por uma sigla: VTS (Vessel Traffic System). Existem subsistemas, um deles está também no Concelho de Oeiras, em Algés, que é um VTS portuário, que tem apenas a função mais restrita em águas confinadas, águas interiores, neste caso o Porto de Lisboa. Mas o VTS costeiro que faz a vigilância de toda a costa, beneficia de olhos que são antenas em zonas estratégicas ao longo de toda a costa, que permite aos operadores vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, fazer a atividade de controlo do tráfego, mas também busca e salvamento, que foi o caso concreto desta situação, para além também de uma valência anti poluição. Este sistema vai ser alargado também aos Açores e à Madeira, porque como sabem, o nosso país tem quarenta e quatro vezes área marítima em relação à área continental (área terrestre). Temos quatro milhões de quilómetros quadrados e isto obriga a uma extensão de uma plataforma, que foi definida internacionalmente a trezentas e cinquenta milhas. Portugal tem uma área marítima extraordinariamente vasta e que precisa de ser vigiada. -----

----- Esse serviço está aqui, está em Paço de Arcos e acho que recomendava à Senhora Presidente, se estivesse de acordo, a Assembleia, os colegas, fizessem uma visita a este serviço. Tem que ser pedida a autorização à entidade responsável (neste caso à DGRM) por este serviço e

naturalmente eles vão deixar. É coordenada por uma senhora, uma oficial da Marinha, que é a Comandante Ana Faneca e com certeza que receberá com todo o gosto e explicará melhor que eu as valências e a forma de atuar deste serviço. Caso a Assembleia esteja disponível, posso fazer a ligação imediata (ou quase imediata), para programar essa visita.”-----

**3.17. A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Muito obrigada e também pela proposta desta Assembleia poder visitar este centro. Oportunamente iremos pedir os seus bons officios para agendarmos essa visita. Mas enfim, é sempre bom nós ouvirmos algo de muito positivo que acontece no Concelho de Oeiras e que é trazido aqui a esta Assembleia. -----

-----Muito obrigada.-----

-----Não sei se mais alguém está inscrito?”-----

**3.18. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- No passado dia doze celebrou-se o dia Nacional do Ar em Portugal. Este dia foi instituído em dois mil e nove com o objetivo de destacar a importância da qualidade do ar e sensibilizar a população para a necessidade de conhecer e atuar com vista à proteção e melhoria deste recurso indispensável à vida.-----

-----A dezanove de abril de dois mil e vinte e dois o Grupo Político Evoluir Oeiras questionou o Município através de um requerimento a esta assembleia sobre a lista de estações de medição de qualidade do ar e de ruído que existem no Concelho de Oeiras e também os valores das medições mais recentes dos locais ou sítios de maior fluxo de trânsito, a saber, nomeadamente os núcleos urbanos de Paço Arcos, Miraflores, Carnaxide, Linda-a-Velha, etc.-----

-----Em resposta a este requerimento ficámos a saber (portanto, quase com um ano) que no território do Município existe apenas uma estação de qualidade do ar, na Quinta do Marquês (junto a uma escola secundária) e que pertence à Agência Portuguesa do Ambiente.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em relação ao pedido de valores de medições recentes de ruído nos locais de maior fluxo de trânsito, foi também indicado na mesma resposta que não existem mas contudo indicam que foi elaborada uma campanha durante o ano de dois mil e vinte e dois, em cento e vinte e sete locais, no âmbito da revisão do Mapa Estratégico do Ruído, que uma vez concluído e aprovado pelos Órgãos Autárquicos, será disponibilizado na página de Dados Abertos do Município. Portanto, queria colocar hoje a questão: qual é que é o ponto de situação um ano depois desta resposta? Quando está prevista a conclusão deste estudo, a sua aprovação e a disponibilização dos dados no Portal de Dados Abertos? -----

----- Em relação aos dados da qualidade do ar, a resposta foi completamente omissa, o requerimento não respondeu à questão. Perguntar (apesar de ter sido feito uma insistência não foi respondido) qual é que é a informação existente? Para quando uma rede de sensores em Oeiras por todo o território, que possa então fazer esta medição?-----

----- Lembramos que a Diretiva Quadro do Ar transposta da Diretiva Europeia exige que, para as zonas que tenham problemas de incumprimento dos parâmetros de qualidade do ar, existam e sejam feitos Planos de Melhoria de Qualidade do Ar e Programas de Execução. -----

----- Muito obrigada.”-----

**3.19. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----**

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O Chega, que no início do mandato se apresentava aqui algo diferente das características peculiares que caracterizam o seu dirigente máximo, tem vindo pouco a pouco a manifestar-se na sua total plenitude. Total plenitude que passa pelo desrespeito completo por tudo quanto não seja Chega, por tudo quanto não seja o ódio que destila a tudo quanto é democracia. -----

----- Esta minha intervenção é provocada pela intervenção da Senhora Deputada do Chega, que hoje começou por se dirigir ao palanque desta Assembleia e ignorar totalmente na mais descarada falta de respeito pela Assembleia, porque quando inicia a sua intervenção, preocupa-se

em dirigir-se à vereação, mas ignora totalmente que esta Assembleia não é composta pela vereação, esta Assembleia é composta pelos deputados municipais. Ela ignorou-os totalmente. É a falta de respeito total pela democracia a funcionar. Falta de respeito ainda mais significativa quando atribui ao Vice-Presidente do Executivo, falta de maturidade política. Falta de maturidade política que ela naturalmente não tem e não tem de tal forma, que acaba por faltar também ao respeito a esta Assembleia, quando questiona o direito da Presidente desta Assembleia, ter o direito de usufruir de carro e de chofer próprio. -----

-----Acontece que a Presidente da Assembleia ou o Presidente de qualquer Assembleia, não está aqui enquanto deputado, está aqui enquanto representante de uma instituição e essa instituição chama-se Assembleia Municipal. Pelos vistos, para a Senhora Deputada do Chega, esta instituição não tem peso suficiente, não tem valor suficiente que mereça ser dignificado. Para além de esquecer (o que ainda é mais complicado, o que me surpreende em quem, à partida, politicamente está bem preparada), ignorar que enquanto Presidente da Assembleia, tem responsabilidades nomeadamente de deslocações, que não devem, na minha opinião, ser assacadas ou ser responsabilizadas pela sua viatura particular. Lembro-lhe que há deslocações que inclusivamente se dirigem a áreas bastante longe, bastante distantes da área do Município, onde nós nos encontramos. Insinua de forma torpe, de forma baixa, que há aqui algum direito, algum despudor na utilização dos recursos públicos, o que é absolutamente estranho. Fiquei altamente surpreendido, sabe Senhora Deputada? Fiquei altamente surpreendido, sobretudo vindo de uma Senhora Deputada, de um partido que tem como Deputado habitual nesta Assembleia, o Senhor Deputado que a Senhora hoje está a substituir, que ainda numa reunião muito recente exigiu assinar uma folha de presenças, numa reunião onde não tinha estado presente. Onde não tinha estado presente, com o único objetivo, naturalmente, de receber indevidamente (porque não esteve presente) a senha de presença, numa reunião onde não só não trabalhou, como não esteve presente.”-- -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Houve algumas intervenções, mas dado que foram feitas com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

**3.20. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:**-----

----- “Como é que os senhores que não estiveram presentes nessa reunião, podem dizer se é ou não verdade? Como a Senhora tem estado a dizer que não é verdade? A Senhora não estava lá. Não assistiu.”-----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “Se a Senhora Deputada... A Senhora Deputada, que não esteve presente na reunião, vem dizer que é mentira, aquilo a que eu assisti?”-----

----- A Senhora Deputada Carla Santos (CH) perguntou o seguinte:-----

----- “O Senhor para de gritar comigo? Para de gritar comigo?”-----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) respondeu o seguinte:-----

----- “Eu não estou a gritar consigo. Eu não estou a falar para si, Senhora Deputada.”-----

----- A Senhora Deputada Carla Santos (CH) perguntou o seguinte:-----

----- “Está, está exaltado. Está muito exaltado. O Senhor acalme-se. Acalme-se um “bocadinho”. Parece que se exaltou.”-----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “Eu não estou a falar para si, Senhora Deputada, eu estou a falar para os deputados desta Assembleia e para os munícipes, porque é importante...”-----

----- A Senhora Deputada Carla Santos (CH) disse o seguinte:-----

----- “Então fale, fale para os munícipes.”-----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“... é importante, Senhora Deputada, que os munícipes de Oeiras tenham consciência do estatuto moral dos seus deputados. É importante que tenham consciência da elevação moral dos seus deputados, da ética dos seus deputados.”-----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Fale mais baixo.”-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“A ética pelo menos do Senhor Deputado, que a Senhora Deputada hoje está a substituir, é essa. É de alguém que exige assinar uma folha de presenças, de uma reunião onde não esteve presente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhores Deputados, nós estamos numa reunião...”-----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** observou o seguinte:-----

-----“Parece uma feira.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:---

-----“... e, portanto, todos os senhores têm direito a usar da palavra atempadamente. Não vale a pena estarmos a falar uns em cima dos outros. Eu não iria fazer qualquer comentário à intervenção da Senhora Deputada Carla Santos (CH). Não iria fazer nenhum comentário, porque a Senhora Deputada não sei se sabe, que está numa Assembleia Municipal, porque se dirigiu e criticou o facto de os senhores vereadores não terem respondido a questões que ela colocou, portanto eu desconheço se pôs alguma questão a algum dos senhores vereadores e eles não responderam. Nós estamos numa Assembleia Municipal, numa Sessão Ordinária de uma Assembleia Municipal. Portanto...”-----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** interveio e disse o seguinte o seguinte:---

-----“...tem que ser respondido.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, desculpe. Eu estou a falar.” -----

----- A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** interveio e disse o seguinte o seguinte: ---

----- “Eu também.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Não, não está. Ao mesmo tempo que eu não está. -----

----- A Senhora pede a palavra, eu dou-lhe a palavra e a Senhora fala na sua altura.” -----

----- A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** disse o seguinte: -----

----- “O pior é que não dá.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Não a interrompi. Senhora Deputada, realmente não vale a pena. É que convosco não vale a pena mesmo. A Senhora Deputada fez a sua intervenção, disse aquilo que disse, eu não lhe disse absolutamente nada, não fiz qualquer comentário. Ouvi e atempadamente lhe vou responder. Agora, a Senhora fará o favor (a Senhora e os seus colegas) de nos ouvirmos respeitosamente uns aos outros, porque acima de tudo nós fomos eleitos e, portanto, há uma responsabilidade para com os munícipes deste Concelho. Não é para estarmos aqui assim numa chicanice, numa falta de respeito uns para com os outros. Todos terão direito a usar da palavra. Agora não podemos, não devemos e fica-nos muitíssimo mal, nós estarmos aqui a caluniarmo-nos uns aos outros e desrespeitosamente nos referirmos uns aos outros. Volto a pedir, já o fiz mais do que uma vez: nós temos de saber fazer política, ser democratas, viver em democracia. Mas não é de qualquer maneira. Não é tornar estas Assembleias numa libertinagem. Já o disse uma vez e volto a dizer.--

----- Tenho aqui... está inscrito o Senhor Deputado António Vicente (IN-OV). O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu-se a uma situação passada numa comissão, não vale a pena dizermos se é verdade ou é mentira. É um facto, aconteceu. Eu não trouxe para aqui... As atitudes ficam com quem as pratica e a Senhora não vai dizer o que se passou, porque não sabe.

Não estava lá. Penso que este assunto não merece por si que nós percamos o nosso tempo com ele.” -----

**3.21. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa: --**

-----“Senhora Presidente, peço desculpa, queria fazer um Ponto de Ordem à Mesa. Já não tenho tempo para intervir, mas quero pedir um Ponto de Ordem à Mesa.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Faça favor. Mas pode... Ah, porque não tem tempo de intervenção.” -----

-----A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:- -----

-----“Mas quero pedir um Ponto de Ordem à Mesa. Estive presente na referida reunião, acabei de assistir àquilo que o Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV) acabou de dizer e acho que nesta Assembleia estamos a passar limites (como a Senhora acabou de dizer), que não são aceitáveis. -----

-----Há uma história por trás das alegações que o Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV) acabou de fazer e, portanto, acho que não estando presente um deputado, estarmos a fazer considerações sobre uma situação que é complexa, é estarmos a passar alguns limites de urbanidade. Pedia à Senhora Presidente...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, olhe que está a fazer um Ponto de Ordem à Mesa.” -----

-----A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:- -----

-----“Eu estou a fazer o meu Ponto de Ordem. Pedia à Senhora Presidente, que quando houvesse intervenções relativamente a estas situações, que não se passam em plenário e mais ainda de deputados que não estão presentes, pedia que a Senhora tivesse o mesmo tipo de intervenção que acabou de ter.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigada.”-----

**3.22. A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Portugal foi um dos países que em dois mil e dezassete apresentou de forma voluntária um Relatório nacional sobre a implementação da Agenda vinte trinta para o desenvolvimento sustentável, estando o governo do Partido Socialista a preparar o segundo relatório. -- -----

----- Nesse primeiro relatório, foram definidas as prioridades estratégicas na materialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Educação, Igualdade de Género, Redução das Desigualdades, Ação Climática e Vida Marinha/Oceanos. -----

----- Em Oeiras, apresentámos um conjunto de propostas no âmbito dos ODS, para serem integradas nas GOP de dois mil e vinte e dois. Nomeadamente:-----

----- Que toda a comunicação impressa fosse produzida em materiais com o selo FSC; ----

----- O lançamento de programas de redução de consumos energéticos na rede empresarial do concelho, associado à criação de programas de benefícios e apoios municipais;-----

----- E por último, a criação de um grupo de trabalho que estudasse o impacto da “instalação de painéis solares no parque escolar municipal, tornando os edifícios escolares autossustentáveis” no que aos consumos de energia diz respeito. -----

----- Senhora Presidente:-----

----- O Município de Oeiras aderiu ao Pacto de Autarcas com objetivos definidos para dois mil e cinquenta, a saber:-----

----- Descarbonização do território;-----

----- Territórios mais resilientes, preparados para os impactes adversos das alterações climáticas; -----

----- Acesso universal a serviços energéticos seguros, sustentáveis e a preços abordáveis para todos, e o reforço da segurança energética. -----

-----Saudamos, assim, a participação do município na Conferencia anual do Pacto de Autarcas, este ano sob o lema “Cidades na linha da frente da Crise Energética”, sobre o papel dos municípios para enfrentar a crise energética, a transição para energias renováveis e da economia circular. São medidas que visam estabelecer estratégias de longo prazo de forma a redefinir os estilos de vida europeus, nacionais e locais face às alterações climáticas. -----

-----Senhora Presidente, Senhor Presidente: -----

-----Oeiras é um território onde alguns dos ODS nacionais têm melhor desempenho.-----

-----Das diferentes propostas apresentadas pelo Partido Socialista, e volvidos que estão largos meses da sua aceitação, está o município a estudar o alargamento de materiais com o selo FSC aos materiais de marketing? Foi avaliado e promovido o acolhimento junto da população para esta alteração? -----

-----No que toca à transição para fontes de energias renováveis, o executivo tem finalmente medidas de intervenção com sistemas fotovoltaicos, em cinco escolas do ensino básico do concelho. Quanto à possibilidade de instalação de painéis solares para água quente sanitária, ainda nada é referido. -----

-----No conjunto das candidaturas, e do novo protocolo com o governo no âmbito da descentralização de competências, já existe uma programação calendarizada para intervir no conjunto do parque escolar neste âmbito?-----

-----Finalmente, considera o Senhor Presidente que face às medidas em curso, e aos bons resultados obtidos, pode confirmar se o município está em condições de alinhar com objetivos mais ambiciosos de reduzir as emissões em setenta por cento até dois mil e trinta em relação aos valores de referência de dois mil e oito, e de cumprir a meta europeia de atingir a neutralidade carbónica para dois mil e cinquenta? -----

-----É tudo, muito obrigada.” -----

**3.23. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Quería apenas deixar aqui uma nota. A poesia está de luto, a cultura portuguesa está de luto, pelo falecimento ontem do grande poeta português, ativista, artista plástico, Joaquim Maria Pessoa, que nasceu no Barreiro a vinte e dois de fevereiro, de mil novecentos e quarenta e oito. Ele era um conhecido poeta, artista plástico, publicitário, aliás marcou a minha geração, porque era o autor da Rua Sésamo. Quería deixar aqui umas palavras que ele proferiu, porque são importantes. Antes de dizer as palavras dele, queria dirigir-lhe umas palavras: “sempre que morre um poeta, morre com ele uma parte do seu povo, do seu sentir, do seu pensar. Sempre que morre um poeta, a cultura fica mais pobre e a literatura chora e vela por ele”. E dizia Joaquim Maria Pessoa: “Julgo que a poesia tem também a obrigação de palpar o mundo, estar atenta aos sintomas e ajudar ao diagnóstico”. -----

----- Muito obrigado.” -----

**3.24. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----**

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar, uma nota a propósito de parquímetros e da filosofia de parquímetros. Para a Câmara Municipal, para esta Câmara Municipal, o problema é muito simples. Uma coisa são as movimentações de grupos políticos, ou programadas por grupos políticos, como aconteceu há dias, um senhor de Santarém que veio aqui reclamar dos parquímetros em Oeiras. Há dias fui a Trás-os-Montes, almocei em Vila Real e andei para aí um quilómetro para conseguir estacionar. Por acaso fiquei surpreendido, porque não imaginava que Vila Real (já não ia lá há muito tempo) tivesse os problemas de estacionamento que tem. Andei para aí um quilómetro e tive uma vontade enorme de reclamar junto do Presidente da Câmara, mas depois pensei: não voto aqui, é melhor estar calado. De maneira que, problemas de estacionamento, há um pouco por todo o lado. Uma coisa são pessoas que são por vezes manipuladas para protestarem sobre isto ou sobre aquilo, outas coisa são as pessoas verdadeiramente interessadas, aquelas que sentem o problema e

que reclamam disto ou daquilo. O problema dos parquímetros em Oeiras, como disse é uma questão muito pacífica: só há parquímetros onde os moradores querem. Quando os moradores dizem que não querem parquímetros, a Câmara não instala parquímetros. Agora não é, como digo, um ou dois que vêm dizer que não queremos parquímetros. A Câmara Municipal tem meios de aferir se os cidadãos querem ou não querem parquímetros. Já temos uma larga experiência nessa matéria. Neste momento, no que diz respeito à questão que foi referida nas últimas reuniões aqui, designadamente no Bairro da Figueirinha, é um assunto que está a ser analisado pela Parques Tejo, estão a ser ouvidas as pessoas, estão a ser ouvidos os comerciantes e a regra é esta: se a maioria dos cidadãos não quiser os parquímetros, não se instalam. Se quiserem os parquímetros, instalam-se. Estamos fartos de dizer aqui que realmente isto é um problema de mobilidade, não é um problema financeiro. A Câmara Municipal não está interessada nas receitas provenientes (absolutamente nada) dos parquímetros. O que nos interessa é regularizar o tráfego e dar mais conforto aos cidadãos.-----

-----Nadadores-salvadores. Está determinado que há nadadores-salvadores a partir de um de maio. Apesar da época balnear normalmente começar em junho, nós temos nadadores-salvadores a partir de princípios de maio. De resto, como sabem, com frequência até, os concessionários de praia é que devem pagar os nadadores-salvadores e a Câmara Municipal suporta a maior parte da despesa com eles. Naturalmente que é um assunto que pode ser ponderado, mas qualquer dia estamos em fevereiro, se vier um dia bonito em fevereiro, as praias enchem, não é apenas no mês de março ou abril. Nós sabemos que hoje a localização das nossas praias estuarinas, aqui ou mesmo as de Cascais, Carcavelos por aí fora, têm uma proximidade tão grande de Lisboa e a outros municípios de grande densidade populacional, que é natural que esteja um dia bonito e as pessoas vêm para a praia. A Câmara não pode ter ali nadadores-salvadores, só porque está um dia bonito. Há uma época balnear e é nessa época que se garantem os nadadores-salvadores. Mesmo assim, garantimos um mês mais cedo. Não significa que não se possa vir a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ponderar a possibilidade de antecipar, se se vier a confirmar que nos próximos anos o mês de abril (ou pelo menos metade do mês de abril) já tem uma grande afluência às praias. Mas para já, a partir de maio estará garantido. -----

----- No que diz respeito aos peditórios. Eu próprio, por acaso, já fui confrontado com isso, justamente na rotunda de Miraflores. Vi uns fulanos com uma farda esquisita, pareciam bombeiros e realmente, parei o carro. Perguntei... porque mesmo os bombeiros, devo dizer-vos, sou frontalmente contra os peditórios, que os nossos bombeiros já não fazem. Se a Câmara não estiver atenta, mesmo os nossos bombeiros, até na altura das eleições, era vulgar colocarem-se junto a uma assembleia de voto e tal. Tive oportunidade já de dizer a todas as nossas associações, que é uma situação absolutamente inaceitável, por uma razão: fazem esses peditórios, se for preciso durante um dia inteiro arranjam cem euros, dizem que é para uma ambulância e depois a Câmara Municipal paga os outros quarenta e sete mil, porque a ambulância custou quarenta e oito mil, a Câmara paga quarenta e sete mil e os doadores deram cem euros. Depois ainda por cima, com a hipocrisia habitual, diz-se que realmente o cidadão participou. O cidadão hoje, há determinados serviços que pode participar, há outros que entende (e bem) que deve ser o Estado ou a Câmara Municipal a satisfazer. Neste caso, o equipamento dos bombeiros não pode estar dependente de donativos na rua. Tive oportunidade de confrontar esses três senhores que estavam lá e eles fugiram de mim. Tratei-os de tal modo, perguntei quem é que os tinha autorizado, para quem é que era o dinheiro e eles desapareceram. Não quiseram saber nada comigo. Desandaram. Mas admito que a Câmara Municipal, considerando que há aqui talvez uma reincidência significativa, possa fazer um comunicado a esclarecer as pessoas que realmente não devem contribuir nestas circunstâncias, até porque não se sabe bem quem são. Se for uma associação de deficientes devidamente identificada, etc., mas não. Realmente, eles também não souberam dizer. “Antigos combatentes”, mas os antigos combatentes têm a Liga dos Combatentes. A Câmara Municipal apoia a Liga dos Combatentes aqui em Oeiras.-----

-----Relativamente à ciclovia de Algés/Cruz Quebrada, é um assunto que está em andamento. Pura e simplesmente é uma obra que ainda vai custar algum dinheiro e, portanto, é necessário fazer uma reformulação do projeto, mas está em curso. Em breve será feita essa obra, porque ela foi muito afetada com as cheias e nomeadamente com as marés naquela zona. -----

-----Festa em Linda-a-Velha. Há uma festa, eu tinha muito gosto em ir a essa festa, mas há uma festa muito bonita também no dia vinte e dois, no mesmo dia. Uma festa lindíssima, que é a inauguração do Pavilhão Desportivo dos Unidos Caxienses, que vai decorrer no dia vinte e dois, onde o Presidente da Câmara vai proceder a um cozinhado, a uma feijoada, para todos aqueles que estiverem (para todos, vejam bem) presentes na inauguração, Não é para chamar mais gente, atenção, está mais ou menos previsto quantas pessoas serão e, portanto, irá haver um almoço aí para cem pessoas. Se estão à espera de uma feijoada à transmontana que é a minha mais habitual, não vai acontecer. Vai ser uma feijoada de feijão branco. Não é à transmontana, é uma feijoada diferente. De maneira que os senhores deputados estão todos convidados para irem a essa...” ----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-

-----“Não há problema nenhum. Os que porventura são apologistas da alimentação vegan, também não tem nenhum problema. Posso cozer cinco ou seis quilos de toucinho entremeado, depois na água onde foi “cozido o cozido”, meto hortaliça para os vegans. E nem se apercebem que foi cozido em carne de porco.”-----

-----Relativamente às intempéries de dezembro. O Senhor Deputado da CDU referiu-se à gestão das intempéries de dezembro. As coisas estão a correr bem, porque neste momento já temos cerca de quarenta e tal candidaturas, no que diz respeito a indemnizações aos comerciantes. A cerca de vinte e quatro ou vinte e cinco, já foram atribuídos os subsídios. Foram atribuídos neste momento subsídios na ordem dos setecentos e cinquenta mil euros, entre os quais duzentos e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cinquenta mil para o Sport Algés e Dafundo. Está a decorrer o concurso para as obras do Centro de Saúde, que andar­á na ordem dos quatrocentos mil euros, como está a decorrer a empreitada já do muro do Dafundo, que é uma obra cara, é uma obra que vai andar na ordem do milhão de euros. Todas as outras obras que eram necessárias, por exemplo há o caso da Ribeira de Tercena, que está o projeto está em fase de revisão e estamos em negociações com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) no sentido de se definir um calendário para as obras da Ribeira de Algés. Está tudo em andamento.-----

----- Relativamente à Senhora Deputada do Chega, que falou em maturidade política. Quero dizer que tenho muita simpatia por si. É verdade, mas de facto, em matéria de maturidade política, tenho sempre uma grande dificuldade em a entender. Esteve ali no palanque e quando vão ao palanque, eu até estou mais atento, mas não consegui perceber nada. Imagino o que é que os cidadãos que estão a ouvir pela internet..., se perceberam alguma coisa. Realmente, a Senhora Deputada ainda precisa de adquirir muita maturidade política, muita rodagem para poder expressar-se, ao menos. Fiquei sem saber o que é que pretendia. Isto é: diz que a Câmara viola direitos de informação e mais isto, mais aquilo, mas não concretizou rigorosamente nada, porque repare, faz perguntas que traduzem um desconhecimento total da realidade. Isto faz-me lembrar muitas vezes, propostas que são aqui apresentadas para se realizar isto ou aquilo, que já se realiza às vezes há mais de vinte anos. -----

----- Membros do gabinete anticorrupção de Oeiras. Não há nenhum gabinete anticorrupção, nem há membros do Gabinete Anticorrupção. Os membros anticorrupção, em princípio, serão todos os dirigentes da Câmara, todos os técnicos e todos os funcionários. É por isso que há um Plano de Riscos de Corrupção, aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, que estabelece o que devem ser as boas práticas, quais são as regras de funcionamento ao nível dos concursos, ao nível das adjudicações, ao nível dos fornecimentos, das empreitadas, etc. A Senhora Deputada faz considerações que... “Quem paga o carro da Presidente da Assembleia

Municipal?”. Reparem, isto, é de uma ingenuidade... é claro que isto tem alguma maldade, não sei se estão a ver. Tem alguma maldade a pergunta da Senhora Deputada. Como sempre, nós sabemos que há sempre alguma maldade por trás disto.”-----

-----**A Senhora Deputada Carla Santos (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-

-----“É a minha leitura, Senhora Deputada. Nunca a interrompi. Em democracia também é assim. Mas há sempre um “pouquinho” de maldade por trás disto. Mas imaginem: quem é que havia de pagar o carro em que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal se transporta? Será o Chega?”-----

-----**A Senhora Deputada Carla Santos (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-

-----“Quem é que haveria de ser? Alguém tem dúvidas aqui, de quem paga o carro em que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal se transporta? Aquilo que posso dizer é que para além da Assembleia Municipal de Lisboa (e considero isto positivo), a Assembleia Municipal na Área Metropolitana que mais reuniões faz, é a de Oeiras. É produtiva, não posso dizer que não é. Naturalmente que há um expediente significativo, há reuniões de comissões, há isto, etc. e a Presidente da Assembleia Municipal tem necessidade de transporte. O carro não é dela. O carro não é da Presidente da Assembleia Municipal. Tem transporte, tem direito a transporte. Nos termos da lei, tem direito a transporte.”-----

-----**A Senhora Deputada Carla Santos (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-

-----“Ora bem.... Estão a ver a maldade? O problema é... Imaginem agora irmos comprar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quarenta carros, um para cada deputado. Nem os deputados da república têm carro. Ser deputado não é ter mordomias. Ser deputado é servir o povo. É claro que também há deputados que se questionam porque é que um vereador tem carro, numa câmara e um deputado da nação sendo muito mais importante, não tem carro. Também os há, na Assembleia da República, que pensam isso. Como há juízes que estão nos tribunais da relação e por aí fora, e que também se questionam. Porque é que um vereador tem carro e eu não tenho? São circunstâncias muito diferentes. Há determinadas atividades que são realizadas em gabinete e que só se precisa de transporte de manhã e à noite e há outros em que se anda de um lado para o outro todo o dia e, portanto, é necessário ter essas ferramentas. Não é só vereador... há engenheiros, arquitetos da Câmara que todos os dias... Uns (e bem) têm muito gosto em ser eles próprios a conduzir, mas não faltam os invejosos que dizem: “Olha, aquele tem carro. Tem carro do Estado.”. Pois, mas é que há outros arquitetos e engenheiros que não querem conduzir e têm esse direito de não conduzir.”-----

----- **A Senhora Deputada Carla Santos (CH)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “É o caso da Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -

----- “A ligação deles é técnica, é de acordo com as competências que exercem. A função não é ser motorista, portanto, nesses casos, a Câmara tem de pôr um motorista. Saem muitos mais carros - esses, não sei se estão a ver, que utilizam motorista - do que os que vão fazer uma vistoria a um prédio, vai um engenheiro, vai um arquiteto, vai um assistente operacional e conduzem eles o carro. É, de facto, o Município que suporta as despesas de todos os carros (já agora da gasolina também ou do gasóleo) e também paga aos motoristas, claro. -----

----- Literacia. A literacia na saúde, também não percebi bem o que é que o Senhor Deputado quis. Se é a questão do daltonismo, se é esse problema.... Porque literacia em saúde faz-se todos os dias. A Câmara Municipal tem diversos programas na área da saúde, diversos programas ao nível dos jovens, ao nível da adolescência, ao nível da sexualidade, ao nível da

terceira idade. Até temos as “férias em saúde”, que são destinadas justamente a pessoas com mais de sessenta e cinco anos e que visa ensinar as pessoas a como é que devem automedicar-se em determinadas circunstâncias, etc. Há muitos programas na área da saúde. O problema do daltonismo, de acordo com os contactos que fizemos com os serviços de saúde, a Câmara Municipal de Oeiras não utiliza cores, o que dizem é que não é uma prioridade, não é considerada uma questão importante. Não tem relevância. De maneira que se nos disserem que sim, que tem relevância, faz-se. Mas até agora, aquilo... nos contactos que fizemos, é que não tem relevância. Pode ser uma excentricidade e nós não podemos trabalhar só com excentricidades. -----

-----Relativamente ao Senhor Deputado Coutinho (CDU), o problema da requalificação do bairro. Já foi adjudicada, foi repartida em fases, foi dividida em três fases. Já foi adjudicada a primeira fase, julgo que as obras devem estar a começar. No que respeita ao polidesportivo, também estão previstas obras de requalificação e no que toca ao problema de torneios, etc... Neste momento quero dizer que ao nível... Os Leões de Porto Salvo estão a fazer um trabalho extraordinário com jovens do Bairro dos Navegadores, um trabalho excelente, mas se havia esses torneios que desconhecia, esses torneios dos jovens, aqui o Vereador Pedro Patacho vai averiguar isso. Sabe alguma coisa? Vai averiguar essa questão. -----

-----Relativamente aos estudos de ruído, sensores, etc., tudo isso está em andamento. Quando os estudos estiverem prontos, serão remetidos como é óbvio, à Assembleia Municipal. O estudo da mobilidade, o estudo de tráfego, que foi apresentado há dias, estávamos há quatro anos à espera dele. Foi muitas vezes falado aqui na Assembleia Municipal: “quando é que chega, quando é que chega?” .... Às vezes até parece a Capela Sistina, o Miguel Ângelo, o Papa Alexandre VI (era esse?) também lhe perguntava muitas vezes, quando ele estava lá pendurado a pintar a Capela Sistina: “quando é que acabas?” e ele respondia: “quando acabar”. Os estudos que nós encomendamos no exterior... sim, só os podemos... quando estiverem prontos. De maneira que, Senhora Deputada, quando estiverem prontos ser-lhe-á dado conhecimento. No entanto, sei que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ainda este ano irão ser instalados sensores na área do ruído, na área da qualidade do ar e designadamente sistemas de alerta nas ribeiras. Até ao fim do ano, iremos ter esses trabalhos feitos. A seu tempo, logo que tenhamos os estudos, serão entregues. Até porque estamos a falar, repare, de algo que motiva muito as pessoas, que dá azo a muita teoria a propósito da sustentabilidade, das alterações climáticas, isto e aquilo, mas são trabalhos muito baratos. Instalar hoje... O problema não é o dinheiro, o custo desses sensores hoje em dia é muito barato. Com quarenta ou cinquenta mil euros, instalam-se sensores no Concelho todo. Logo que isso esteja concretizado, daremos informação aqui à Câmara. -----

----- Senhora Presidente, muito obrigado.” -----

**3.25. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte: -----**

----- “Senhora Presidente, muito obrigada. -----

----- Queria reiterar as perguntas que foram feitas pela Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) ao Senhor Presidente da Câmara e pedir-lhe para nos dar resposta, se puder, ainda hoje. ----

----- Nós perguntámos relativamente à existência do estudo sobre a utilização de materiais FSC como materiais de marca, que são materiais mais amigos do ambiente e perguntámos se esses materiais e essa avaliação já está efetivamente feita pela Câmara Municipal. Perguntámos também relativamente ao conjunto da candidatura da instalação de painéis solares para água quente sanitária, nas escolas básicas do Concelho, se elas foram consideradas. Neste conjunto de propostas e da descentralização das competências, se já está ou não está prevista uma calendarização para intervir no conjunto do parque escolar, portanto do ponto de vista das alterações da eficiência energética no parque escolar, se há ou não há uma calendarização e se nos podem ceder essa calendarização. -----

----- Finalmente, Senhor Presidente, a última pergunta que a Senhora Deputada lhe dirigiu foi que, face a todas estas medidas em curso e aos resultados que a Câmara tem vindo a alcançar, se o Senhor Presidente está em condições de confirmar, que o Município vai ou não vai alinhar

com aqueles que são os objetivos mais ambiciosos de reduzir as emissões, em setenta por cento até dois mil e trinta, em relação àquilo que eram os valores de referência em dois mil e oito e de cumprir ainda a meta europeia para atingir a neutralidade carbónica em dois mil e cinquenta, como protagonizado pelo Engenheiro António Guterres, Presidente (como todos sabemos) da ONU.---

-----Muito obrigada.”-----

**3.26. A Senhora Deputada Carla Santos (CH) referiu o seguinte: -----**

-----“Gostava só que ficasse em ata, para memória futura, a resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

-----Obrigada.”-----

**3.27. A Senhora Presidente da A.M. esclareceu o seguinte: -----**

-----“Senhora Deputada, tudo quanto se passa nesta Assembleia fica em ata. Tudo, até mesmo às vezes umas pequenas “bocas” e umas brincadeiras que se dizem fica em ata. Resulta que pode ter a certeza que fica em ata tudo aquilo que a Senhora disse e tudo aquilo que foi dito nesta Assembleia hoje, desde que ela teve início, até à altura em que termina. A Senhora terá oportunidade de ler a ata e verificar se, na realidade, lá está tudo aquilo que disse.”-----

-----A Senhora Deputada Carla Santos (CH) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada. E o que foi respondido.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“Como?”-----

-----A Senhora Deputada Carla Santos (CH) respondeu o seguinte:-----

-----“Disso e o que foi respondido, claro.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Sim, tudo. Tudo fica em ata. Fica gravado. Aliás, a Senhora pode hoje, quando for para casa, ir ouvir. “-----

-----A Senhora Deputada Carla Santos (CH) interveio, mas dado que o fez com o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

**microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo: -----

----- “Pronto, então ótimo, muito bem. -----

----- Meus senhores, penso que chegámos ao fim do nosso Período.... Tem uma resposta, Senhor Presidente? Faça favor. Desculpe.” -----

**3.28. O Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Nunca digo: “tenho mais que fazer”. -----

----- Não, nunca digo. Digo sempre: “quero fazer mais”. -----

----- Relativamente à questão das boas práticas, do ponto de vista da sustentabilidade, como sabem, seja ao nível do uso de materiais mais amigos do ambiente, mais recicláveis, ou seja, com uma degeneração mais.... Estão a ver... Ia cometer aqui uma inconfidência, a Vereadora do Partido Socialista a ajudar-me aqui nas respostas que tenho que dar. É importante, é isto que é assim, o bom entendimento. Mas estava eu a dizer então, que no que respeita às boas práticas, seja nos materiais utilizados, não só na comunicação, mas em toda a Câmara Municipal... -----

----- Como sabem, nós temos um programa que há muita gente que ainda não percebeu, designadamente aqui na Assembleia Municipal possivelmente, que é o POS (Programa Oeiras Solidária). O Programa Oeiras Solidária é um programa que nasceu muito virado para a questão da solidariedade. Havia muitas instituições, associações culturais, associações desportivas, que solicitavam por exemplo, apoio à Câmara Municipal, para comprar uma carrinha para transporte de doentes, uma carrinha para transporte de atletas, ou para comprar uma câmara frigorífica para guardar géneros. Enfim, as coisas mais diversas que uma instituição pode usar. Estamos a falar há cerca de vinte anos a esta parte, ao mesmo tempo que muitas empresas começaram a ter uma maior consciencialização do ponto de vista da responsabilidade social. O que é que esse Programa Oeiras Solidária procurou fazer (estamos a falar na primeira fase)? Aproximar as instituições no sentido de poder juntar, fazer uma conjugação de esforços e por exemplo, se para entregar a uma

instituição de solidariedade social uma carrinha que custava por hipótese quarenta mil euros, para uma única empresa era muito dinheiro, a Câmara Municipal divulgava pelas duzentas e tal empresas que fazem parte desse programa e dizia: “a associação A ou a associação B está a precisar deste equipamento, vejam lá como é que é”. Juntavam-se quatro ou cinco empresas, se para uma era muito, quatro ou cinco já podiam dar cada uma dez mil euros e consegue-se obter esse financiamento. Acontece que esse programa foi evoluindo, justamente numa senda virada mais para a sustentabilidade. O que é que hoje faz? Aumentou o número de empresas associadas e com frequência (mas durante o ano, durante o ano são feitas duas ou três reuniões com empresas) ..., em que já se procura... não é a Câmara estar a dar lições de sustentabilidade, a Câmara tem muito a aprender com as empresas mais avançadas. Acontece que há empresas que têm realmente boas práticas na área da sustentabilidade, podem ser pormenores que nós podemos até achar excêntricos, de um funcionário estar a tomar um café numa chávena e em vez de por em cima do balcão, ele próprio lava a chávena. Sim, ali a Senhora Deputada do PAN acha normal, pois, mas não é assim tão normal. A maioria dos funcionários ainda está à espera de tomar o café e alguém há de lavar a chávena, uma empregada ou... O papel. Está um cesto do lixo ao pé de cada secretária e põe-se o papel no cesto do lixo. Hoje há empresas que já não fazem isso, a pessoa mete o papel no bolso e vai pô-lo depois num único contentor, que está por exemplo ao nível do primeiro piso e eliminaram, por hipótese, trinta ou quarenta caixotes do lixo. Há realmente empresas que têm boas práticas e que a Câmara Municipal ao ter conhecimento dessas boas práticas, o que é que faz? Faz a mediação. Realizam-se encontros, conferências, etc., em que cada um vai falar da sua experiência, de maneira a que possa alargar-se a outras empresas. Conforme fazemos isso com as empresas, procuramos fazê-lo também na Câmara Municipal. De maneira que esse é um aspeto que está cada vez mais incorporado, naquilo que é o comportamento dos funcionários e procuramos que esteja. -----

-----No que diz respeito às questões de eficiência energética nas escolas, nós assinámos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aqui há três ou quatro anos já, um acordo com o Governo, no sentido de retirar das escolas todo o amianto, como fizemos uma candidatura que está aprovada, para introduzir critérios de eficiência energética em todas as escolas. De maneira que estão a decorrer essas obras e há mesmo um programa para conclusão. É o Departamento de Obras Municipais que está a realizar esse trabalho, nós podemos dar um calendário de quais são aquelas escolas que já foram intervencionadas e aquelas que irão ser. -----

----- No que diz respeito à neutralidade carbónica, a matriz energética que foi apresentada ainda há bem pouco tempo, diz-nos que estamos em condições de ir para além das metas estabelecidas, porque nós já estamos neste momento numa situação que julgo que só pensámos atingir em dois mil e trinta. Estamos muito... julgo que Oeiras está muito ao nível de Lisboa (acho que é isso, não é Filipa?), o que significa que na verdade, que quer por intervenção da Câmara, quer por intervenção do Governo, quer por intervenção das empresas, há realmente... Por exemplo, ainda há dias estive na inauguração de uma empresa, a AstraZeneca, que instalou (e isso está a ser alargado cada vez mais, não é um caso único) painéis fotovoltaicos e tem um excedente de energia, cerca de um terço daquilo que eles necessitam. Pode ser doada a instituições (ou outras) até dois quilómetros de distância. A quem é que eles estão a doar essa eletricidade em excesso? Ao Hospital Amadora-Sintra, que naturalmente tem ali uma poupança de energia. Acho que estão a acontecer coisas maravilhosas, que muitas vezes não nos apercebemos, quer ao nível das instituições, quer ao nível das empresas. As comunidades energéticas no Taguspark já estão a funcionar e neste momento a Câmara Municipal, nós já temos o levantamento de toda a capacidade de aproveitamento da exposição solar e, ou por iniciativa da Câmara, ou por incentivos que a Câmara possa dar, julgo que vamos ter condições nos próximos anos, de emergirem algumas comunidades energéticas aqui no Concelho, sobretudo ligadas à comunidade empresarial. Portanto, acho que estamos em condições de antecipar aquilo que são as metas em termos de neutralidade carbónica.

----- Muito obrigado.”-----

**3.29. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:**-----

-----“Muito obrigado. Senhor Presidente.-----

-----Terminamos este Período Antes da Ordem do Dia, vamos entrar na Ordem do Dia.”-

**4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**4.1. Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2, do Artigo 25.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro (os documentos relativos a esta Informação Escrita ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)**-----

-----**Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“Não sei se o Senhor Presidente quer fazer uma intervenção inicial, se quer responder a questões que lhe sejam colocadas.-----

-----Então deste ponto, eu pergunto: quem pretende usar da palavra? Os Senhores receberam a Informação Escrita, portanto puderam apreciá-la.”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Analisamos hoje a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras no período de fevereiro e março de dois mil e vinte e três.-----

-----Começo não pela informação que temos disponível para análise, mas pela que não temos.-----

-----Senhora Presidente da Assembleia indica a lei e o regimento desta assembleia no seu artigo sexto no número três – “A informação escrita que seja apresentada pelo presidente da câmara na segunda sessão ordinária de cada ano será acompanhada do relatório a que se refere o estatuto do direito de oposição”. Pelo que questiono onde está esse relatório? E porque a Senhora Presidente não garantiu o cumprimento do regimento e da lei?-----

-----Iremos focar a nossa análise na informação que foi prestada e relativamente a quatro



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

gabinetes e alguns assuntos, colocando então questões: -----

----- O primeiro gabinete é o Gabinete Municipal de Auditoria. -----

----- Gostaríamos de questionar como está a revisão da Norma de Controlo Interno. Porque é que há meses que este documento não consta no site da Câmara Municipal sendo obrigatório por lei constar e porque apresenta neste relatório uma taxa de execução de zero por cento na sua revisão. Até ser revisto, o documento em vigor deve estar no site da Câmara Municipal e, portanto, solicitar que seja colocado até que a revisão esteja concluída. -----

----- Depois, relativamente à auditoria à Município, indica-se que no exercício das funções de acompanhamento, que foi iniciado o processo de contratação de uma Auditoria Externa conforme deliberado pela Câmara Municipal, com conhecimento da Assembleia Municipal desenvolvendo os procedimentos de consulta preliminar ao mercado. Perguntar em que ponto está este trabalho? Quantas empresas foram consultadas e quais, se já existirem algumas? -----

----- Depois, aborda-se também o Relatório Anual de Denúncias Externas. Refere-se que foi desenvolvido este relatório e gostaríamos de saber os resultados deste relatório. Gostávamos que estivesse pelo menos alguma descrição feita nesta Informação Escrita e gostaríamos então de requerer o acesso e que fosse dado conhecimento aos deputados municipais deste Relatório Anual de Denúncias Externas.-----

----- Relativamente ao Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico.-----

----- Queríamos referir uma das sentenças que está referida neste ponto da Informação, em que se refere que no âmbito do processo de intimação para a prestação de informações (no Tribunal de Sintra), o Município foi condenado à disponibilização de informação e documentação solicitada, neste caso relativa a um conjunto de informações relacionado com aquisições de serviços, apoio técnico-jurídico, contrato de aquisição de serviços de patrocínio judiciário e um contrato de aquisição de serviços. -----

----- Perguntar ao município porque é que o município continua com esta política de

opacidade e falta de transparência relativamente ao acesso a documentação que devia ser pública. Porque se demora semanas ou meses a responder a pedidos que têm prazos legais para resposta e porque continuamos a ver este tipo de processos a chegar a tribunal?-----

-----Depois gostaríamos de referir que fala-se na página vinte e um do Regulamento de Renda Acessível de Oeiras, que ao contrário do que diz neste relatório, não está nem em elaboração, não está em revisão, já foi até aprovado por esta Assembleia Municipal, portanto a informação é errada na página vinte e um. Vemos de facto o ponto de situação real na página cento e quarenta e oito, no capítulo do Departamento de Habitação Municipal mostrando então também descoordenação na elaboração deste documento. -----

-----Também referir que na mesma página vinte e um encontramos a informação de que foi finalizada a revisão do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município (vulgo RPATOR), e informa ainda que se encontra em consulta pública até ao dia dois de maio! Ora a primeira consulta pública terminou a oito de abril e achamos muito bem que seja feita uma nova consulta já que o senhor presidente efetuou um despacho para que os serviços da Câmara fizessem a revisão do documento que já estava em consulta pública e pudessem fazê-lo então até trinta de abril. Ora, se a revisão só termina a trinta de abril, achamos muito bem que seja feito um novo período de consulta pública após trinta de abril sobre o texto final do RPATOR e esta consulta pública que também se refere aqui que está em curso a dois de maio, também não houve nenhum edital que a publicitasse. Portanto, não deve estar em curso e deve ser um lapso aqui no relatório. -----

-----Por fim, referir a Divisão de Contratação Pública, relativamente aos contratos.-----

-----Nestes últimos dois meses realizaram-se trezentos e dezasseis novos procedimentos de contratação pública. E perguntar: quais destes procedimentos geram contratos e quais são relativos a aquisição de serviços, a aquisição e locação de bens ou a empreitadas? É algo que não consta nesta Informação e até achamos que seja relevante passar a constar. Sem esta informação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

continuamos a ter de consultar (como complemento à Informação do Presidente) o portal base.gov. Lá, verificamos que foram assinados noventa e seis contratos, dos quais sessenta e oito são de aquisição de serviços e destes, dezanove são consultas prévias. -----

----- Gostaríamos de questionar, uma vez que a lei recomenda que nas consultas prévias se convide, pelo menos, três entidades (e sabemos que a Câmara o faz), se não será conveniente começar a convidar mais, para ter pelo menos a garantia de uma verdadeira e efetiva concorrência, dado que apesar de convidarem três, é muito raro os casos em que as três respondem ao concurso?

----- Finalmente, para terminar, continuamos a ver consultas prévias realizadas pela Câmara Municipal com um número significativo de consultas apenas a uma ou uma ou duas entidades e que essas apresentam propostas. Dar-se-á então aqui o caso de estarmos perante ajustes diretos mascarados de consultas prévias? Questionar também em relação a este ponto. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Deputada Carla Santos (CH)** disse o seguinte: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, relativamente à Informação do Senhor Presidente, mais uma vez peca por falta de literacia face à Informação extensiva, mais parecendo um “copy/paste” das anteriores. Que seja simplificada essa Informação, por forma a ser perceptível a sua leitura e análise”. -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Antes mesmo de entrar na apreciação material do documento, gostaria de deixar algumas considerações que considero relevantes para as informações futuras que nos sejam remetidas pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Ao analisarmos este documento constatamos que nos foram remetidas cerca de duzentas e cinquenta páginas. Estas páginas espelham a informação ou o conjunto de referências feitas pelos vários serviços da Câmara. Ora, algumas destas informações ou referências são

ambíguas e imprecisas o que em nada acrescenta ao objetivo subjacente a este documento. De facto, a Informação Escrita do Senhor Presidente deveria permitir conhecer os pilares fundamentais da atividade camarária para o período em análise.-----

-----Esta Informação deveria servir o propósito mais que relevante de dar a conhecer o que de mais importante e produtivo aconteceu na prossecução dos interesses dos nossos munícipes.--

-----Assim, deixo aqui um pedido ao Senhor Presidente: Que a equipa que é responsável por compilar as informações recebidas dos vários serviços, procure criar um documento relevante e incisivo que contenha as principais questões, com interesse para o Município, e que não se limite a compilar páginas e páginas de informação redundante, ambígua e dispensável. E quando formulamos este pedido não o fazemos unicamente por razões de economia analítica, mas, essencialmente para tornar o documento mais perceptível e revelador das verdadeiras questões que interessam aos oeirenses. -----

-----Ora, entrando no corpo denso do documento e procurando focar algumas das várias questões que o constituem (até porque o tempo não é muito), cabe-nos em primeiro lugar referir, no que respeita ao Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida, mais concretamente ao Núcleo de Sensibilização Ambiental, gostaríamos de referir que se constatam algumas melhorias quanto às condições sanitárias mantidas nas imediações do comércio a retalho verificando-se que tem sido levado a cabo um trabalho (um bom trabalho) de fiscalização e sensibilização que tem contribuído para uma maior limpeza junto às zonas de cargas e descargas de mercadorias e aos armazéns das superfícies comerciais, mais concretamente dos supermercados, no sentido de se regular a limpeza e organização desses espaços.-----

-----Falta ainda um caminho a percorrer, nomeadamente no que diz respeito à reciclagem de caixas e embalagens de armazenamento. Não é pouco comum em determinados dias da semana percebermos que os contentores de recolha de reciclagem, junto a espaços comerciais ficam rodeados de pilhas de caixas de papel e plásticas poluindo as ruas e prejudicando muitas vezes o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fluxo de circulação de pessoas e bens. De qualquer forma, achamos que esta situação pode ainda ser melhorada pelo diálogo com os responsáveis das superfícies comerciais apelando a uma parceria e o PSD reserva-se para na próxima Assembleia Municipal apresentar uma Moção para esta questão e para trazer ao Executivo as ideias que tem para aqui propor. -----

----- Verificamos também que tem sido levado a cabo um Programa de Educação Ambiental escolar, e salientamos a realização de duas ações de sensibilização a trinta e quatro auxiliares de ação educativa sobre boas práticas na recolha seletiva de resíduos nas escolas. Ora, esta é uma iniciativa muito relevante. Penso que é comum, a determinada altura, no processo da recolha seletiva de resíduos para efeitos de reciclagem enfrentarmos dúvidas e cometemos erros que são mais comuns do que aquilo que possamos supor. -----

----- Estas ações de sensibilização devem ter um caráter formativo no sentido de ajudarem na hora de determinar o contentor onde os resíduos devem ser depositados. E não pensemos que estas formações devem ser dadas apenas às escolas. Claro que devemos começar por aí, mas as principais dúvidas não se colocam na comunidade escolar que é talvez hoje a comunidade mais esclarecida a este respeito. As maiores dúvidas assaltam os mais velhos, pouco habituados a estas questões ambientais e de sustentabilidade. -----

----- A todos nós, estou certa que acontece termos dúvidas sobre o local onde deve ser depositada uma caixa de esferovite ou a folha de alumínio com que cozinhamos um determinado prato no forno. -----

----- Todas as iniciativas que visem educar os munícipes para as questões de ambientais, para a higiene urbana e organização do espaço público nunca são de mais. -----

----- Na análise efetuada ao documento, gostaríamos também de abordar as informações relativas à atividade levada a cabo pelo Departamento de Inovação e Tecnologias de Informação e Comunicação. -----

----- Ora, são destacadas algumas atividades consideradas relevantes. Estas atividades

retratadas são genéricas e não nos permitem concluir sobre o resultado e vantagens das soluções desenvolvidas. Consideramos por isso que seria muito útil que os serviços acrescentassem alguma informação crítica sobre a atividade do departamento que assume extrema importância no dia a dia da atividade do Câmara. -----

-----Assim, e cito: “no que diz respeito à área de análise e gestão de informação dentro das atividades que envolvem produção de informação de apoio à decisão, neste bimestre, o esforço centrou-se no desenvolvimento de relatórios para área administrativa, concretamente na análise aos dados de senhas de atendimento presencial, caracterização de emails recebidos no endereço geral e tempos de atendimento telefónico...”-----

-----Não conhecendo os sistemas internos e, portanto, esta informação é insuficiente. Necessitamos de perceber se o serviço que está a ser prestado ao Cidadão é um serviço de qualidade e se as ferramentas em causa permitem agilizar os tempos de resposta. -----

-----Ainda no que refere e volto a citar “A Área de Gestão de Informação... e estão a fazer-me sinal que já terminei o tempo, e como eu não gosto de passar do tempo previsto, vou concluir e muitas outras questões haveria aqui para focar a respeito das informações dadas por este Departamento. -----

-----Termino só com a relevância às questões ligadas Cibersegurança. É muito importante porque hoje a guerras não se fazem só com armas físicas, fazem-se com armas invisíveis. O nosso país tem sido, nos últimos tempos, consequentemente atacado quer entidades privadas, quer entidades públicas por ataques cibernéticos que põem em causa toda a informação que diz respeito não só às entidades, mas ao público em geral. Portanto, parece-me que a Câmara está a acautelar esta questão e, portanto, isso deixa-nos satisfeitos, deixando aqui a ressalva que de facto é um assunto que deve ter cada vez mais relevância e à qual a Câmara deve dedicar a máxima atenção possível. Muito obrigada Senhora Presidente.” -----

-----O Senhor Deputado Salvador Martins (IN-OV) referiu o seguinte-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Muito boa tarde a todos e mais uma vez, as minhas cordiais saudações para todos que aqui se encontram presentes.-----

----- Senhora Presidente, eu vou-me servir da Informação do Senhor Presidente para dizer algumas notas muito simples e diretas, relativamente às políticas fundamentais da Câmara Municipal, dos quais iremos depois nos pontos seguintes, fazer a discussão e votação desses documentos.-----

----- Mas em ordem, a Informação do Senhor Presidente, eu queria dizer que todos aqui, todos, mas todos, temos o direito de apoiar aquilo que o nosso Presidente nos informa, ou de nos opormos àquilo que o nosso Presidente nos informa. Mas devemos-lo fazer com urbanidade e com educação, com respeito uns pelos outros. Quanto maior for o respeito que nós tenhamos uns pelos outros, quando emitimos as nossas opiniões favoráveis ou desfavoráveis, maior é a força da nossa argumentação e eu gostava que em democracia, as pessoas aprendessem isto. Eu faço parte da Assembleia Municipal desde noventa e três, fui doze anos Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo e sempre segui esta norma. -----

----- Agora em relação ao que nosso Presidente nos diz, é importante, retermos algumas coisas.-----

----- O nosso país atravessa uma crise de governança sem paralelo. Também essa crise de governança se revela em muitos países da Europa e não só, mas o documento do nosso Presidente não revela essa crise e não revela porquê? Porque a política não se deve fazer aos ziguezagues, a política deve obedecer a uma diretiva e o nosso Presidente e a sua equipa na década de oitenta e noventa, traçaram para este Concelho uma diretiva. Diretiva essa que está a ser cumprida e quando, no nosso país, se discutem problemas da habitação, problemas sociais, problemas de apoio aos bombeiros e outras organizações fundamentais para a nossa vida coletiva, eu digo assim, a Câmara já apoiou essas atividades. A Câmara já traçou uma política muito direta em relação a tudo isso que é preciso apoiar. Não é por acaso que o nosso Concelho é um dos mais importantes do nosso

país, é porque não se tem governado aos ziguezagues, tem-se governado obedecendo a essa diretiva fundamental, de que eu estou falando. E quando eu, na televisão ainda vejo hoje algumas intervenções sobre a política da habitação em Portugal, eu não rio porque não é para rir, mas muito seriamente, olho para o televisor e digo: “Eh pá, porque não seguem o exemplo da Câmara de Oeiras”. Eu não estou a dizer isto para me vangloriar, com o que o nosso Presidente fez ou deixou de fazer. Com certeza que a Câmara fez muitas coisas ao longo destes anos, que eu também não concordei, mas quando expressei a minha posição de contraditório, fi-lo sempre com educação e sempre numa perspectiva de que nós aqui devemos ser amigos, temos o direito a ter opiniões completamente diferentes, mas não temos o direito de ser inimigos uns dos outros. A humanidade precisa de maior apoio entre nós, é preciso que o amor de alguma forma ultrapasse o ódio, o ódio só nos pode levar à desgraça moral e social dos próprios cidadãos.-----

-----Senhora Presidente. -----

-----Vou terminar, só quis dizer estas notas, agradecendo ao Presidente é à sua equipa, tudo aquilo que tem sido feito por Oeiras e dizer a todos: meus amigos não estão de acordo, expressem as vossas opiniões, mas não se esqueçam que, o que se está aqui a fazer hoje, é fruto de uma diretiva que foi muito bem colocada a seu tempo. O nosso Concelho hoje tem no seu seio empresas de gabarito internacional de primeira água em todo o mundo, mas isso não foi por acaso, nem foi ontem que foi resolvido, foi com base nessa diretiva.-----

-----Senhor Presidente, só queria acabar dizendo o seguinte: agradecendo a todos que nas Assembleias Municipais desde que o Senhor Presidente, pela primeira vez tomou o comando da Câmara Municipal de Oeiras e a todos aqueles que compuseram as diversas vereações, eu gostava que de uma forma reconhecida lhes dissesse: muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Antes de fazer a minha leitura sobre a Informação Escrita, tenho que obviamente dar resposta àquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado, dizendo-lhe que não consigo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

identificar-me minimamente com o facto de ter referido que há uma crise de governança no nosso país. -----

----- A crise de governança no nosso país, significa quarenta e um ponto trinta e sete por cento de votos no mesmo partido e é bom nós percebermos o seguinte: -----

----- Sempre que um democrata diz num espaço de democracia que há uma crise de governança, está a apelar ao populismo e, portanto, o apelo que eu faço aqui ao Senhor Deputado, é que compreenda que as suas palavras não têm a mesma leitura, que se calhar, quer transmitir. As palavras que o Senhor Deputado acabou de proferir dão a ideia ao povo que as escuta, que nós estamos sem rumo e que Portugal está sem rumo. Portugal não está sem rumo. Portugal tem um Governo, assim como a Câmara Municipal também tem um governo, que também teve a expressão de voto que teve, que foi uma expressão do voto maioritária e esse respeito, tem que ser aqui como em todos os espaços que são, obviamente, de democracia. -----

----- Dito isto, Senhora Presidente, eu gostaria de fazer a minha leitura sobre a Informação Escrita e começar por dizer que esta dá-nos conta de uma série de análises técnicas que tem vindo a ser realizadas para candidaturas a fundos europeus e a fundos nacionais em áreas muito distintas como a igualdade, os direitos, os valores, a cidadania, as redes de cidades, a pobreza energética, aquisição de equipamento digital, aquisições para cinema e vídeo, aquisições para equipamentos culturais, acessibilidades trezentos e sessenta, nova geração de equipamentos sociais, recolha seletivas de resíduos, construção de ciclovias, etc.-----

----- Estas entre muitas outras áreas são reportadas nesta Informação e neste primeiro momento o Partido Socialista quer associar-se ao Município e ao seu enorme esforço na procura constante de fontes de financiamento para melhoria da vida das e dos munícipes. -----

----- Esta Informação é tão mais importante dado que sabemos estar em consulta pública a proposta de alargamento do PRR que atualiza o montante de subvenções e cria novas oportunidades para novos investimentos.-----

-----Pela Informação Escrita que o Senhor Presidente nos apresenta ficámos a saber que “depois de aprovada a elegibilidade do Município na fase de manifestação de interesse, foi em março entregue a candidatura referente à fase final. O Município de Oeiras concorreu com os bairros comerciais da baixa de Algés, com o tema: “Algés tem tudo”.”-----

-----Ora, sendo este um desígnio que gera largo consenso neste espaço, a importância da digitalização dos bairros comerciais e o impacto no tecido comercial composto por micro e pequenas empresas, muitas das quais até de gestão familiar, e havendo um reforço significativo por parte do Governo da República Portuguesa no montante que agora está disponibilizado, questionamos o Executivo se há ou intenção de alargar ou de estudar o alargamento desta candidatura do bairro comercial de Algés a outras freguesias do nosso Concelho.-----

-----Por outro lado, Senhora Presidente e paralelamente a esta preocupação a de manter com vida os nossos bairros e os nossos centros históricos como temos vindo a sinalizar a importância de garantir também aos mais velhos, pois a alteração da estrutura demográfica no país e no Concelho, obrigam a repensar em soluções e paralelamente o reforço da rede de creches e a promoção de respostas para os mais novos, tem estado, de facto, na ordem do dia e dadas as dificuldades que as famílias tem vindo a reportar quando procuram soluções gratuitas, diferentes e inovadoras não só para os mais velhos com também para a educação dos mais novos.-----

-----Foi obviamente com este objetivo que o Governo da República reforçou o financiamento na nova geração de equipamentos e respostas sociais, com o alargamento da rede de equipamentos e respostas, com especial enfoque nas respostas inovadoras, na inovação do serviço domiciliário e no apoio à família, em particular para a infância, designadamente, através da implementação da progressiva gratuitidade das creches. Diz-nos também no relatório que este programa foi e está a ser alvo de análise na Câmara Municipal.-----

-----Este é um programa que visa dar resposta às questões mais atuais da nossa sociedade. Pretende-se, pois, “garantir uma proteção social suficiente e eficaz, bem como o apoio aos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

rendimentos” e assim, Senhor Presidente a pergunta que temos, neste momento, para lhe dirigir é como o Senhor Presidente entende que o Município pode ou não abarcar esta nova oportunidade? Está o Município de facto a estudar a possibilidade de se candidatar a este tipo de respostas sociais para o Concelho de Oeiras?” -----

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente à Informação Escrita do Presidente, do que nos é dado a ler nestas trezentas e seis páginas, queria destacar aqui alguns projetos. -----

----- Começar pela comparticipação financeira a entidades que prestam serviço de apoio domiciliário, permitindo que as entidades parceiras garantam o alargamento do horário de funcionamento das oito às vinte, sete dias por semana, com claros benefícios para os seus utentes e cuidadores informais. -----

----- Destacar também a comparticipação financeira ao BIPP-Inclusão para a Deficiência, nomeadamente no âmbito do Projeto Semear, que visa a plena inclusão na sociedade de pessoas com deficiência e a criação de comunidades mais inclusivas e sustentáveis. -----

----- Falar também do Projeto Gira no Bairro, cujo objetivo é apoiar crianças e jovens no desenvolvimento de competências escolares, pessoais e sociais, contribuindo para desmistificar preconceitos, prevenir comportamentos de risco ou desviantes, fortalecer competências pessoais e sociais, educar para o direito e cidadania e ao mesmo tempo, estreitar relações entre a PSP e a comunidade. -----

----- Falar também acerca das consultas de psicologia, no âmbito da Medicina no Trabalho que são proporcionadas aos funcionários do Município. O bem-estar mental e emocional é fundamental e tendo em conta o contexto que vivemos, este apoio psicológico torna-se bastante relevante. - -----

----- Falar também sobre o estudo de avaliação de riscos sísmicos e do tsunami no Concelho de Oeiras, pelo que podemos ler, irá realizar-se uma apresentação em reunião de Câmara pública

amanhã. E gostaria de perguntar à Senhora Presidente se também era possível fazer essa apresentação aqui na Assembleia Municipal, numa próxima Sessão.-----

-----Sobre os mercados biológicos, a informação que nos chega é que a afluência a estes mercados tem sido bastante favorável e realçar o crescente interesse e talvez umas couvezinhas para a feijoada que o Senhor Presidente há bocadinho falou, pode lá ir buscar. -----

-----Sobre o Projeto do Código Amarelo de Oeiras e quem não sabe o que isto é, consiste na colocação de um símbolo na trela de cada animal de cor amarela, para que seja identificado por todos que aquele animal precisa de espaço. Gostaria de perguntar quantos destes laços já foram entregues? - -----

-----Depois, fala-se dos parques caninos e que o primeiro está a funcionar desde dois mil e quatro e só por curiosidade, gostava de saber qual é que é este primeiro parque.-----

-----Sobre os abrigos, diz-se que há cento e quarenta e três cuidadoras e quinhentas e cinquenta e três colónias autorizadas pelo Município e dez abrigos distribuídos pelo Concelho. É pouco e gostaríamos de ver acelerar este processo.-----

-----Depois falar sobre o Projeto Mais Polinizadores, mais Biodiversidade no Município de Oeiras. Lembro-me da primeira vez que falei aqui nesta Assembleia sobre abelhas. Houve risos, mas este projeto está a ir para a frente e gostaria de agradecer à Ana Isabel Bessa, que foi uma pessoa que deu bastante por ele e ao Senhor Presidente, por acreditar também neste projeto. Obrigada.” -----

-----A **Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** disse o seguinte: -----

-----“Relativamente à Informação Escrita sobre a Atividade do Município, quero dizer para quem não sabe que este Relatório é muito mais do que está aqui escrito. Começou com setecentas e cinquenta páginas e ficaram com duzentas e cinquenta, porque isto passa por todos os departamentos, passa por todas as divisões e como todos os departamentos trabalham e todas as divisões trabalham, querem mostrar serviço. E se você souber quantos departamentos são e quantas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

divisões são, isto não tem nem metade da atividade da Câmara, porque muita coisa que está aqui, foi cortada depois. Isso porque eu tive o cuidado de ler uma série de coisas que vi que posteriormente foram cortadas, isto é só um aparte. -----

----- Passando ao que interessa, verifico com satisfação que este Executivo prometeu e está a cumprir para o mandato dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco. -----

----- Relativamente ao ordenamento do território verifico que já tem muita coisa mais, transformação digital, governança local e modernização administrativa, é muito mais. -----

----- Sobre o ambiente, sobre a mobilidade e transporte, sobre a habitação, sobre o desenvolvimento económico, segurança e proteção civil, educação, ciência e inovação, cultura, desenvolvimento social, comunidades e bairros sociais, promoção social, propostas para os jovens de Oeiras para o desporto, etc. -----

----- Este Plano de Atividades que aqui consta, não é nem um terço da atividade que a Câmara faz neste momento. Tenho dito e parabéns a todo o Executivo.” -----

----- O Senhor Deputado Salvador Martins (IN-OV) observou o seguinte: -----

----- “É só para dizer que agradeço e tomei a devida nota das palavras que me foram dirigidas, o que me leva à conclusão que perceberam perfeitamente a intenção daquilo que eu disse, pelo que sublinho e mantenho a espinha dorsal da intervenção que fiz. Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:** -----

----- “Perguntar à Senhora Presidente se os deputados do IN-OV tiveram acesso à Informação Escrita antes de ela ser distribuída aos outros deputados? Isto porque a Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) acabou de dizer que tinha tido o cuidado de ler a Informação Escrita e que aquilo que vê agora é que a Informação Escrita vem com alterações e, portanto, eu queria saber se há deputados de primeira e deputados de segunda?” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Não Senhora Deputada, quando chega... aliás é enviado para as vossas caixas de mail a documentação para todos e ao mesmo tempo... como? Não, poderá ser qualquer outra coisa, poderá ter visto como funcionária, mas não. É enviado para todos ao mesmo tempo. -----

-----Não havendo mais intervenções, Senhor Presidente, quer usar da palavra agora?” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Na realidade a pergunta foi dirigida à Senhora Presidente, mas podia ter sido dirigida ao Presidente da Câmara. -----

-----Na verdade, a Informação é preparada na Câmara, é enviada ao Gabinete do Presidente da Câmara e o Gabinete do Presidente da Câmara, remete à Assembleia Municipal. Portanto, não há qualquer intermediário no meio disso tudo. As informações vão para a Assembleia Municipal e é a Presidente da Assembleia Municipal que distribui a informação pelos Senhores Deputado. De maneira que, não percebi qual era a insinuação que estava subjacente à questão da Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD). -----

-----Relativamente à Informação Escrita propriamente dita, eu confesso que esta Informação nunca pode agradar a gregos e a troianos por uma razão muito simples, porque ela não pode conter tudo o que a Câmara Municipal faz. Isto porque, aí então, ainda se queixavam mais da proporção de textos e mais folhas, mais páginas. Mas, por outro lado, se repararem bem, as mesmas pessoas que criticam o excesso de informação, mas informação minuta, informação que é redundante, dizem que há falta de informação noutros aspetos. E, portanto, foi o caso da Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), mas eu já chego lá. -----

-----Portanto, é muito difícil numa Informação desta natureza, responder a tudo aquilo que é a preocupação do deputado “a” ou do deputado “b”, a Informação tem que ser um pouco genérica, no sentido de dar uma informação global da atividade da Câmara Municipal e naturalmente que a atividade global é interessante, porque parece não interessar aos Senhores Deputados. Isto porque na realidade vi poucas intervenções sobre aquilo que é a atividade da Câmara Municipal. Vi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

algumas intervenções sobre parte da não atividade, não sei se estão a ver. Mas esta informação requer uma avaliação política daquilo que a Câmara Municipal está a fazer.-----

----- Está em andamento um programa extraordinário na área da habitação. Estão em andamento programas na área do ambiente extraordinários. Estão em andamento obras fundamentais. Aliás, eu anunciei aqui a inauguração do Pavilhão Desportivo dos Unidos Caxienses e podia anunciar uma obra que era desejada há tantos anos e que finalmente vem à luz, que é o Auditório José de Castro que vai ser inaugurado no dia vinte e oito deste mês e é uma obra, quero vos dizer, é lindíssima ou o Centro de Saúde Mental, quando se fala tanto em saúde mental e que a Câmara não tinha qualquer obrigação em fazer. O Centro de Saúde Mental está instalado num apartamento na Medrosa e a Câmara Municipal entendeu fazer esse aproveitamento e naturalmente, que não para pagar a renda... até vai poupar dinheiro ao Ministério da Saúde.-----

----- Mas, por exemplo, já no próximo mês vai ser inaugurado o novo Quartel dos Bombeiros de Oeiras, que é um quartel extraordinário.-----

----- Até ao fim do ano, possivelmente, fica pronta a Casa dos Cientistas em Santo Amaro, para não falar das inúmeras obras que estão em curso na área da habitação jovem. Uma área que é exclusivamente financiada pela Câmara Municipal. De tudo isso, este Relatório fala e procura dar a conhecer realmente a atividade que a Câmara Municipal tem em mãos.-----

----- Relativamente ao Relatório do Estatuto do Direito da Oposição, a Câmara Municipal está a dar andamento àquilo que é o calendário que deve ser apresentado, até ao fim de março. Não esteve concluído no fim de março porque é um grande relatório, porque como calculam, há realmente muitas questões e a Câmara Municipal quer apresentar a todos e a todas os Senhores Deputados, aquilo que foi o exercício do direito à oposição durante o ano anterior e houve algum atraso na sua apresentação, porque há muitas questões que foram apresentadas, por exemplo, em outubro, novembro ou dezembro e que já não foram respondidas no ano passado, foram respondidas, por exemplo, até março deste ano. O relatório é datado a trinta ou trinta e um março

deste ano e naturalmente, que apreciam requerimentos não respondidos, sem qualquer explicação. De maneira que mandei isso para trás para serem corrigidos e embora se reportem ao ano anterior, respondidos já este ano teoricamente deviam constar do relatório do próximo ano, obviamente que irão constar do relatório do próximo ano, mas também devem constar deste, porque não faz sentido aparecer um requerimento não respondido, quando já foi respondido num prazo considerado razoável. --- -----

-----Acontece também que no ano passado, a Coligação Evoluir queixou-se de que não tinha havido discussão, que não tinha havido contraditório. Ora bem, já foram dadas orientações, o Relatório está pronto para ser distribuído pelos partidos que têm realmente esse direito e que por acaso são os partidos que não têm... o contraditório deve ser distribuído pelos partidos que não têm vereadores sem pelouros ou por aqueles que não têm representação na Câmara e estão na Assembleia Municipal. Portanto, deve entrar em circulação nessa discussão dez dias e, portanto, os partidos políticos vão poder pronunciar-se durante dez dias, depois desses dez dias vai à Câmara Municipal e da Câmara Municipal será remetido para a Assembleia Municipal. Portanto, está-se a cumprir os prazos normalmente.-----

-----Naturalmente que é um dossier... e quero-lhe dizer que esse Relatório não se limita a dizer que são tantos requerimentos, que foram respondidos, aqui e além, neste e naquele lado, não. É um relatório que tem as próprias respostas que é para todas as Senhoras e Senhores Deputados terem a noção do trabalho que envolve responder a muitas questões, porque são apresentadas questões diariamente e a Câmara Municipal não pode ter os funcionários, exclusivamente dedicados a responder a questões que os Senhores Deputados da oposição lhes colocam, tem que se ir respondendo. Portanto, para terem a noção do trabalho, vêm três dossiers enormes em papel, mas é claro que vai ser distribuído digital, mas para terem a noção do impacto que isso tem no funcionamento dos serviços, será enviado também em dossier em papel, não para todos os Senhores Deputados, mas eventualmente para cada um dos partidos, portanto, está em curso. ----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Não que diz respeito a condenações pelo Tribunal de Sintra para dar informação. Desconheço totalmente, a Senhora Deputada está melhor informada do que eu, desconheço totalmente que algum tribunal tenha condenado a Câmara a dar informação. Talvez, a Autoridade da Proteção de Dados... não, não é essa... não, há um outro organismo... exatamente a CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Essa instituição já requereu a propósito de uns pedidos de informação da SOCARTO, não sei se era isso que a Senhora Deputada se estava a referir, mas em relação à SOCARTO, porque foram feitos pedidos para a Município e para a Câmara Municipal e numa primeira fase fazia sentido que fosse a Município a responder, mas a Câmara Municipal também respondeu. -----

----- Portanto, esta coisa de falar em abstrato de condenações do Tribunal de Sintra, eu desconheço, sou o Presidente da Câmara e desconheço completamente qualquer condenação do Tribunal de Sintra, no que diz respeito a acesso à informação. Aliás, não é necessário porque a Câmara Municipal dá a informação toda e a toda a gente. Agora, obviamente, não dá em vinte e quatro horas, porque depende da complexidade daquilo que se está a pedir. -----

----- Relativamente, à Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) que disse que a Informação devia dar a conhecer aquilo que de mais importante acontece nos dois meses, mas ao mesmo tempo na área das tecnologias de informação devia haver um bocadinho mais de informação. Bom, foi o que eu percebi. -----

----- No que diz respeito, por exemplo, aos tempos de atendimento ao público, referiu essa questão. Que deveria haver informação sobre os tempos de atendimento ao público. Anualmente e aí é que está o problema, os Senhores Deputados às vezes... há relatórios que são de remessa obrigatória à Assembleia Municipal e a Câmara Municipal envia e há outros relatórios que pela sua sensibilidade política, eu próprio, olho para o relatório e vejo que tem a informação e até questões de mera informação estatística na área da habitação, na área do emprego, etc., eu próprio faço um despacho a dizer remeta-se à Assembleia Municipal para conhecimento. Naturalmente,

que há outros que eventualmente, não são enviados, porque não será reconhecido esse interesse, mas os Senhores Deputados, estão sempre a tempo de pedir à Câmara Municipal este Relatório, que a Câmara Municipal envia. -----

-----Relativamente ao problema dos tempos, o atendimento etc., anualmente é produzido um relatório que é distribuído à Assembleia Municipal e que dá toda atividade, os tempos de resposta, os assuntos, enfim, têm tudo. Eu posso remeter novamente e agora imaginem o que seria na Informação do Presidente da Câmara, conter essa informação também. Obviamente que procuramos que a informação que consta de relatórios próprios, não necessita de estar nesta Informação. -----

-----Em relação ao problema à cibersegurança, de facto, uma das áreas que eu julgo que estamos bem. Oeiras até é o único Município que faz parte dos exercícios de cibersegurança com o Ministério do Exército e fomos o primeiro a ter um acordo com o Gabinete Nacional de Cibersegurança. -----

-----Relativamente a programas, sejam programas digitais, sejam programas de respostas sociais, isto respondendo à Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), apresentadas pelo Governo, a Câmara Municipal vai a todas. Portanto, todas essas candidaturas nós apresentamos, por exemplo, tive agora a informação de que nas candidaturas recentemente aprovadas, consideraram elegíveis três creches, por exemplo, já tinham projetos com maturidade. Portanto, as três creches são aprovadas no âmbito do PRR. -----

-----Portanto, significa que tudo o que é suscetível de ser apresentado, nós apresentámos e, por exemplo, no caso destas três creches, sendo consideradas elegíveis e então se for a cem por cento, estamos a falar de doze ou catorze milhões de euros, só uma custa cinco milhões. A Escola Sofia de Carvalho em Algés, só essa custa cinco/seis milhões de euros. -----

-----Relativamente ao Projeto Semear, a Senhora Deputada Sílvia (PAN) falou nisso, tem todo o apoio da Câmara Municipal. E, neste momento até estamos a programar a construção, será



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

provavelmente de um pré-fabricado, para servir de uma espécie de mercado, onde as pessoas podem comprar os produtos hortícolas, produzidos ali.-----

----- Giro no Bairro, é um programa interessantíssimo e tem também todo o apoio da Câmara. --- -----

----- Consultas psicológicas, já estão a ser facultadas. É natural, nós fizemos recentemente um inquérito, que ainda não está totalmente apurado e vêm ao de cima realmente alguns problemas de depressão, questões de ansiedade ao nível dos funcionários, o que é natural, pouco dinheiro, salários baixos em muitos dos casos, problemas na vida e, portanto, obviamente que a Câmara Municipal, tem que ter em atenção essas situações. Portanto, estamos a acompanhar, todos esses casos.-----

----- No que diz respeito aos riscos sísmicos e tsunamis, realmente a Câmara vai apreciar esse relatório e naturalmente que acho que há todo o interesse em que possa ser apresentado aqui na Assembleia Municipal. Portanto, será apresentado oportunamente na Assembleia Municipal também.-----

----- No que diz respeito ao Laço Amarelo, a Câmara Municipal distribuiu até agora quinhentos laços. -----

----- Portanto, as creches que foram elegíveis, pelos vistos, é o Pingolé em Vila Fria, o Traquinas em Queijas e a Família Global na Outurela. Portanto, não é ainda a Sofia de Carvalho. Aliás, provavelmente a Sofia de Carvalho ainda não foi apresentada a candidatura, porque o projeto ainda não estará terminado. A Família Global é no Pátio dos Cavaleiros. Posto isto não tenho mais respostas. -----

----- Quanto ao resto, obviamente que eu compreendo que há um setor nesta Assembleia que não interessa olhar para o relatório e ver o que está lá. Isto porque o relatório tem uma pujança extraordinária, no que diz respeito à atividade deste Município, que naturalmente apesar das dificuldades, que se perfilam no horizonte em termos financeiros, a verdade é que continuamos

com um grau de execução que tudo indica chegaremos ao fim deste ano com uma taxa de execução, mais uma vez, muito próximo ou ultrapassar dos oitenta por cento. Isso tudo, no fundo também justifica a natureza quer do ponto de vista metodológico, quer do ponto de vista do conteúdo do relatório, porque, como calculam, há coisas que podem parecer redundantes aos olhos dos Senhores Deputados, mas não são aos olhos dos funcionários da Câmara, dos dirigentes, dos técnicos, etc., todos aqueles que colaboram na elaboração deste relatório. Naturalmente a motivação... o que é a motivação, como é que se faz a motivação dos funcionários, dirigentes, técnicos, operários, enfim, todos aqueles todos os dias contribuem para termos um Concelho melhor? Obviamente que salientando o trabalho que fazem. E acreditem que há muitos que têm grande orgulho naquilo que estão a fazer. Portanto, por vezes expurgar de um relatório em duas páginas relativamente aquilo que é a atividade de um serviço, é, de alguma forma, uma desconsideração também... sim é, uma desconsideração para os funcionários. Não estou a dizer que é o propósito de alguém que não fala... para os funcionários, para os técnicos e a Senhora Deputada Sónia (PSD) tinha a obrigação de saber isso, porque trabalhou na Câmara Municipal, para qualquer técnico ou dirigente da Câmara, se num relatório se põe lá a sua atividade, aquilo que seja mais burocrática ou menos burocrática, mais operacional menos operacional, com mais visibilidade ou não, no terreno, a verdade é que todos eles sentem esse orgulho em ver que o seu trabalho é reconhecido e divulgado. Portanto, muitas vezes podemos sacrificar a dimensão do relatório, ter mais trinta/quarenta ou cinquenta páginas que para quem tenha uma visão mais redutora da coisa, acha que se está ali com textos ou argumento redundantes, mas na realidade não são, traduzem aquilo que a atividade do trabalho da Câmara Municipal.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez o seguinte **Pedido de Esclarecimento**: -----

-----“É só para um pedido de esclarecimento. -----

-----O Senhor Presidente não conhece esta decisão do Tribunal de Sintra? Está esplanada



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

no relatório, no final da página vinte, na lista de processos, é o processo nove e está cá. “Sentença TAF Sintra, proferida no âmbito do processo de intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões, para satisfação do pedido de um conjunto de informações relacionado com a aquisição de serviços de apoio técnico-jurídico, um contrato para aquisição de serviços”. Eu vi todos os processos que aqui estão referidos e decidi escolher este para questionar, porque é que continuamos a não fornecer as informações e documentos em tempo útil, para evitar este tipo de processos. Não estou a referir-me a empresa nenhuma, nem documentação nenhuma em particular e estranho, de facto, que o Senhor Presidente não conheça, por isso é que questionei. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada está a fazer uma leitura que não corresponde, não estamos a falar, com certeza, da mesma coisa.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte. -----

----- “Então gostava de ouvir essa outra versão. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente nós podemos fazer um intervalo e a seguir...”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Afinal é da SOCARTO, será? Bem não sei. Não é, com certeza, uma questão de informação ser o Tribunal, porque não é habitual um tribunal dizer dê lá a informação. Não é ao Tribunal que compete fazer isso e por isso é que eu digo que não é na área da informação. A Senhora Deputada é que pode dizer na página vinte onde é que está.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Está no final da página vinte ou dezanove, depende se estamos a falar da página do documento físico ou do pdf, é dezanove no documento.”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“No final da página dezanove diz o seguinte: -----

-----“Sentença do Tribunal Administrativo de Sintra, proferida no âmbito do processo de intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões, para satisfação do pedido de um conjunto de informações relacionado com a aquisição de serviços de apoio técnico-jurídico, um contrato para aquisição de serviços de patrocínio judiciário, e um contrato para aquisição de serviços de consultadoria e assessoria jurídica; Em síntese, foi julgada parcialmente procedente a presente ação, tendo sido o Município condenado na disponibilização da informação/documentação solicitada, nas alínea a) a j), do pedido formulado pela requerente, mas indeferido o pedido de acesso aos documentos de execução e acompanhamento dos contratos.” Não faço ideia do que é isto. Continuo a dizer que não faço ideia, isto é um problema que decorre pelos serviços. Isto não é atividade do Executivo Municipal, isto é um problema que correu, com certeza, pelo Gabinete Jurídico e vejam bem a relevância que isto tem, que o Presidente da Câmara desconhece completamente. Agora imaginem, como eu não conheço...porque é que estão aqui estes requerimentos todos, estas coisas do Gabinete Jurídico? É o Gabinete Jurídico a mostrar a sua atividade, o seu trabalho. Portanto, relativamente a essa questão e é por isso é que eu disse, não é vulgar, que eu saiba, o Tribunal tomar decisões a condenar para se entregar informação, normalmente é a CADA, esta é que aparece com frequência. Portanto, é tão importante que eu não faço ideia e nem sequer diz aqui o que é que é. Portanto não faço ideia.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos fazer um intervalo e depois continuamos os nossos trabalhos.” -----

-----**INTERVALO** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo --- -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “É para clarificar a última questão colocada, relativamente à dita condenação pelo Tribunal de Sintra. Eu tive a oportunidade de questionar: Mas é da SOCARTO? Ficou na dúvida.

----- É mesmo da SOCARTO. -----

----- O que é que acontece? Até pode ter sido dado algum conhecimento, mas normalmente o Presidente da Câmara não se intromete nas questões estritamente jurídicas. Do que se tratou naquele caso, foi de um pedido de informação sobre a atividade da Municíпия, nas suas relações com clientes, e entendeu o Gabinete Jurídico, que afetava os princípios da concorrência. Ou seja, ao responder nos moldes em que a SOCARTO pretendia que se respondesse, estaria, digamos, a abrir-se o jogo no que diz respeito às regras da concorrência por parte da Municíпия. E, portanto, não terão respondido. O Tribunal entendeu de maneira diferente.-----

----- E a esse propósito, gostaria de dizer que, nestas matérias, quando são questões estritamente jurídicas, obviamente que o problema é entre o Gabinete Jurídico e entre as outras entidades.-----

----- Há até circunstâncias (falava no intervalo, com o Professor Domingos, sobre essa matéria), em que a CADA manda entregar determinada informação e depois vem a Comissão da Proteção de Dados a proibir. Exatamente sobre a mesma matéria. O que significa que há zonas de fronteira que são complicadas. Se de repente, se começa a dar determinada informação, que depois pode interferir com a proteção de dados, é um problema. -----

----- Nessas circunstâncias, o melhor é ser o tribunal a decidir. -----

----- Mas neste caso, em concreto, eu não sei bem qual é a questão. Sei que é um problema que tem a ver com concursos a que a Municíпия foi, a que a dita empresa também foi, e que a dita empresa considerava que a Municíпия não poderia ir porque teria um problema qualquer de natureza burocrático.” -----

----- **APRECIADA**-----

**4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO – DMAG/DFP/DPOC – relativa aos Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2022**-----

-----**RETIRADA**-----

**4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2022**-----

-----**RETIRADA**-----

**4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO – SIMAS – relativa à Aprovação do Relatório e Contas de 2022 dos SIMAS**-----

-----**RETIRADA**-----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte:-----

-----“Agradecendo o esclarecimento do Senhor Presidente da C.M.O., que vamos analisar, em relação a este tema.-----

-----A questão que me motiva a pedir a palavra é outra. O Grupo Político Evoluir Oeiras considera que o agendamento dos três pontos que se seguem, na Ordem de Trabalhos de hoje, é uma farsa e não participaremos dela.-----

-----Estes três pontos padeciam de discussão e aprovação prévia na Câmara Municipal, e nem uma coisa nem outra sucedeu ainda. Pelo que o agendamento destes pontos para a Ordem de Trabalhos de hoje, é puramente preformativo, e na verdade, de legalidade duvidosa.-----

-----Agendar propostas para uma Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal, sabendo todos nós, de antemão, que elas não estão em condições de serem ainda agendadas sequer e muito menos discutidas, é algo que não queremos validar de maneira nenhuma.-----

-----Por não querermos participar desta farsa, pedimos que fique registado em Ata, que nos ausentamos da sala durante o teatro, que se vai seguir dentro de momentos.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Faz favor.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Eu devo dizer-vos, da parte da Câmara, quero repudiar vivamente aquilo que acabei de ouvir, porque este agendamento não tem nada a ver com a Câmara. A Câmara não manda agendar...penso que terá havido propósitos dos Senhores Deputados, a que estes pontos fossem agendados, porque a Câmara Municipal não agenda propostas que não estejam prontas, que fique claro. A responsabilidade não é da Câmara Municipal. O que eu sei, é que terá havido Grupos Políticos que terão pressionado a Senhora Presidente, para agendar estes pontos.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não Senhor, não é verdade. -----

----- Senhor Presidente eu esclareço.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte:

----- “A Senhora Presidente esclareça. Porque, da parte da Câmara Municipal, não agendamos propostas que não estão aprovadas pela Câmara. Designadamente a questão do Orçamento do SIMAS, não foi agendado porque não estava aprovado pela Câmara, e enquanto não estiver aprovado pela Câmara (ou não estivesse aprovado pela Câmara), obviamente que nós não pedíamos o agendamento. -----

----- Portanto, é um assunto que a Senhora Presidente da Assembleia poderá esclarecer. ---

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, eu não sabia que era sobre este assunto que iriam falar. Pensei que dessem a oportunidade, a que na realidade, esclarecesse a situação. -----

----- A responsabilidade do agendamento é minha. Aliás disse, em Conferência de Representantes dos Grupos Políticos, que iria ser feito este agendamento. Porque a lei e o Regimento desta Assembleia Municipal assim o indicam, que durante o mês de abril, deve ser feito este agendamento, destes pontos que aqui estão. -----

----- Eu tinha dito, ao Senhor Presidente já em março, que iria fazer este agendamento, e

pensei que os documentos chegassem à Assembleia, entretanto. Não chegaram.-----

-----Agora, a responsabilidade dos documentos não chegarem na altura devida, não é minha, é da responsabilidade da Câmara Municipal. A responsabilidade do agendamento destes pontos, é minha, porque eu quis dar cumprimento à lei e ao Regimento desta Assembleia Municipal.- -----

-----Não foi a Câmara Municipal que me pediu para agendar. Foi uma deliberação que tomei e que comuniquei em reunião da Conferência de Representantes, que iria fazer.”-----

-----O **Senhor Deputado Alexis Gonçalves (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Era apenas para responder ao Deputado que falou sobre legalidade duvidosa, há aqui uma questão que é importante clarificar: em primeiro lugar, acho que a Senhora Presidente, não é propriamente caloirá nisso e sabe perfeitamente o que deve pôr à Ordem do Dia; -----

-----Em segundo lugar, se houver de facto, alguma ilegalidade ou algum ponto duvidoso, o Senhor Deputado deve esclarecer o que é que ele acha que é ilegal ou qual é a dúvida. Porque não é correto, mandar assim umas bocas para o ar: “há umas dúvidas, é ilegal” e por aí fora, e não esclarecer. Se há, ele que as esclareça.” -----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** disse o seguinte:-----

-----“Eu gostava só de fazer questões, antes de qualquer outra coisa. -----

-----Estes três pontos, quando a lei diz que têm de ser agendados, o agendamento não é simplesmente pô-los numa Ordem de Trabalhos, presumo eu. O agendamento pressupõe que eles sejam discutidos e votados. Portanto, a minha pergunta é: Como é que a Senhora Presidente, vai resolver o problema de primeiro, eles estão numa Ordem de Trabalhos, que pelos vistos não se vai realizar de acordo com a Ordem de Trabalhos. Porque, efetivamente, estes pontos não vão ser nem discutidos, nem votados. E a seguir, como é que a Senhora Presidente, vai resolver a questão destes pontos já não serem debatidos e votados, provavelmente este mês, conforme aquilo que está no Regimento e na lei. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu só gostava que me clarificasse estas questões, se fizer favor.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Quanto ao facto de os pontos estarem agendados, podem não ser debatidos nesta Reunião. Há várias hipóteses: uma, é a Câmara retirar os pontos, porque não estão em condições de serem apreciados. Outra hipótese é, os pontos passarem para uma futura reunião da Assembleia Municipal, uma Reunião Extraordinária. E há a terceira hipótese, de haver uma segunda reunião, desta Sessão Ordinária, em que estes pontos sejam apreciados. -----

----- Portanto, não há aqui nenhum poço, nem nenhum buraco sem fundo. Tudo isto a lei prevê e pode ser resolvido. Agora é uma questão de escolha.” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Relativamente a este ponto, eu gostaria de repetir aqui no plenário, a posição que nós manifestámos em sede de Conferência de Líderes.-----

----- Parece-me que o atraso na apresentação de documentos, que têm nos termos do Regimento da Assembleia Municipal datas concretas para serem apresentados, não têm desculpa. Inclusivamente, há outros documentos, com uma dimensão de extrema relevância, como seja o Orçamento do SIMAS, que este ano também, só vai ser apresentado em maio.-----

----- Na altura, a Senhora Presidente da A.M. explicou aquilo que exatamente, explicou aqui hoje e nós também dissemos que, daqui em diante, deveria adotar-se uma posição relativa à que adotámos, quando foi do atraso na apresentação do documento da Informação Escrita do Senhor Presidente. -----

----- Eu acho que a Assembleia, de uma vez por todas, e eu sei que a Presidente faz essa força, junto dos serviços, mas tentarmos que haja um cumprimento daquilo que está regimentado nesta Assembleia, para nós começarmos a tratar as coisas (ainda que a lei o permita), com a seriedade que elas merecem. -----

----- Se estas propostas têm que vir nesta Assembleia Municipal, que é uma Sessão

Ordinária de abril, então vamos cumprir aquilo que está estipulado no Regimento. E tem que haver uma pressão da Assembleia Municipal, junto da Câmara Municipal e junto das entidades, nomeadamente das Empresas Municipais e Intermunicipais, para que estes ditames sejam cumpridos, não basta só dizermos que cumprimos a legalidade, temos de ser sérios.” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“Eu, acima de tudo, lamento a farsa que acabámos de assistir nesta Casa, que de facto é uma farsa, o facto de um Deputado se ter dirigido a toda esta Câmara, imputando à Câmara Municipal e à Assembleia e à Mesa da Assembleia Municipal, levantando suspeitas e suspeições de casos e casinhos, que é assim que este Grupo se tem comportado desde o início desta legislatura.

-----É lamentável que a Coligação Evoluir Oeiras, que para evoluir tem trazido muito pouco, esteja constantemente a utilizar o palco da Assembleia Municipal, para definhar aquilo que é a democracia, batendo no peito “Sim Senhora, nós é que somos os democratas”. Este tipo de atitudes não são atitudes nas quais nós nos revemos. E, portanto, queremos lamentar profundamente, que estas atitudes aqui se mantenham, que continuem, e acima de tudo queremos pedir-lhe, Senhora Presidente, que não volte a permitir que isto aqui se dê e que não agende, por favor, propostas que não estejam em condições de serem trazidas aqui, para evitar dar-lhes palco. Porque isto, é aquilo que estes Senhores querem, que estes casos aconteçam para poderem fazer estes números. E nós como democratas que somos, não podemos permitir, Senhora Presidente, que isto continue a acontecer na Assembleia Municipal de Oeiras.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, deixe o Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) falar.” -----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), esteve presente em nome do Grupo Evoluir, na reunião de representantes desta Assembleia, em que esta questão foi resolvida. Suponho que tenha dado conhecimento a todo o seu Grupo Evoluir, exatamente esse facto. Isso



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

leva-me a questionar, o que é que se passará dentro daquele Grupo para que o Senhor Deputado venha apresentar a esta Assembleia a questão que apresentou, e sobretudo designando-a como teatro e farsa.-----

----- Se há melhor forma para desrespeitar, totalmente, esta Assembleia é de facto esta. E, de alguma forma (secundando as palavras da Senhora Deputada do PS), lembrar que estamos habituados a este tipo de processos, a este tipo de manigâncias de casos e casinhos, porque de outra forma talvez, não conseguissem fazer prova de vida.”-----

----- **A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** referiu o seguinte:-----

----- “Só voltando às minhas questões.-----

----- Obrigada, antes de mais, pela explicação que deu, das várias hipóteses.-----

----- A questão que subsiste é: qual das opções é que vai ser tomada? Se é a Câmara que retira as propostas, porque não estão em condições? Quando é que vamos agendar?-----

----- Isto porquê? Porque por mais que isto possa ter sido, articulado em conferência de líderes, a verdade é que há um edital que tem estas propostas todas, e eu acho que os oeirenses também precisam de perceber o que é que se passou e saber como é que vamos solucionar a situação e quando, para poderem acompanhar os trabalhos desta Assembleia que é pública e que é em prol dessas pessoas que estamos aqui.-----

----- Já agora, se a Senhora Presidente, pudesse clarificar.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada, eu posso repetir aquilo que já disse.-----

----- Eu lamento que haja pessoas que não têm o respeito que a Assembleia Municipal do Concelho de Oeiras merece, e não têm. Porque aquilo a que nós aqui assistimos, destas pessoas, que disseram que isto era uma farsa, que se ausentaram da sala e dizem que aqui é o teatro, não é, e o teatro também merece a mim, muita consideração. Agora, aquilo que se passou aqui, é falta de respeito para com a Assembleia Municipal, para com os membros da Assembleia Municipal, seus

colegas, e falta de respeito para com os munícipes do Concelho. É lamentável, profundamente lamentável. -----

-----Devo dizer-lhes, eu prezo muito a Assembleia Municipal, toda a gente o sabe. Mesmo enquanto fui autarca, e na Câmara Municipal enquanto Vereadora, eu sempre tive uma grande ligação com a Assembleia Municipal. Não serei eu, nunca, a faltar ao respeito à Assembleia Municipal. Tentarei sempre, fazer com que haja condições e funcionalidade nesta Assembleia, e que ela seja, realmente, um exemplo daquilo que deve ser uma Assembleia Municipal. -----

-----Eu não posso, nem estou na cabeça de toda a gente e cada um toma as atitudes que entende. Eu só posso lamentar. -----

-----Neste caso, e volto a dizer, é não só o Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras que diz que: -----

-----“Em abril deve ser apreciado a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, que deverá ser acompanhada do relatório a que se refere o Direito de Oposição, em conformidade com o artigo seis, número três do Regimento da AMO; -----

-----b) A aplicação do resultado líquido do exercício, referente ao ano anterior; -----

-----c) SIMAS: Envio do Relatório e Contas referente ao ano anterior.”-----

-----Tudo isto, vem na lei, não é só no nosso Regimento. A lei está cumprida, agendei, gostaria de debater estes assuntos, de os poder apreciar, essa já não é a minha responsabilidade. Com todo o respeito que a Câmara Municipal me merece, e eu não estou aqui, nem para apoiar, nem para fazer oposição à Câmara, estou aqui para definir as funções da Assembleia Municipal e aquilo que nós temos obrigação de o fazer. Assim como digo, desde já, que em junho será apreciada uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, e serão apreciados os documentos de prestação de contas consolidadas do ano anterior. -----

-----Eu não posso alterar isto, está na lei. Tem de haver, provavelmente, uma maior preocupação da parte da CMO, para que estes prazos sejam cumpridos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu tinha obrigação, enquanto Presidente da Assembleia e dei conhecimento, e o Senhor Vice-Presidente também tinha conhecimento, de que iria ser feito este agendamento, agora vamos aqui resolver: Se a Câmara pretende retirar os pontos, pode retirar os pontos, se a Câmara não o fizer, nós vamos então decidir outra metodologia, o que é que havemos de fazer. -----

----- Portanto, eu passava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e agradecia se pudesse esclarecer esta situação.”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

----- “Bom, está visto que aqui, ferve-se em pouca água e dá-se importância àquilo que não tem.-----

----- Poderão dizer assim: “Está-se a desvalorizar um prazo que...” De acordo com a informação que eu tenho dos serviços, estes relatórios devem ser apreciados pela Câmara Municipal, até ao fim de abril. Não estou a perceber, por favor conheçam a lei. Toda a gente debita leis, nesta coisa, mas na verdade, nos termos da lei, não é o Regimento da Assembleia, até ao fim de abril a Câmara Municipal deve apreciar estes relatórios.-----

----- Por outro lado, quero-vos dizer o seguinte, por esse país fora (até parece que isto é uma situação anormal) é vulgar, sejam os Orçamentos, seja o Relatório e Contas, não serem aprovados dentro do prazo.-----

----- Curiosamente, ninguém aqui (houve tantas intervenções) e ninguém perguntou porque é que o Orçamento do SIMAS ainda não foi apresentado? Porque é que os Relatórios não foram apresentados? Ninguém fez a pergunta. Só dizem, ainda não veio, quando é que vem, quando é que não vem? Eu já tive a oportunidade de dizer nesta Assembleia, vem quando estiver aprovado. Eu não posso mandar o Orçamento do SIMAS.-----

----- O SIMAS tem um Conselho de Administração que tem autonomia e responde perante a Câmara Municipal de Oeiras e Amadora, e a Assembleia Municipal de Oeiras e Amadora, nos termos da lei. Nem a Câmara Municipal de Oeiras, nem a Câmara Municipal da Amadora, pode

apontar uma pistola à administração do SIMAS, “têm quinze dias para fazerem o Orçamento”, podemos pedir responsabilidades. Mas na realidade, eles apresentam o Orçamento no momento que têm a possibilidade de o fazer. E houve razões de natureza técnica, que impediram que o Orçamento estivesse pronto na mesma altura que o orçamento da Câmara. -----

-----Há algum problema? Não há problema nenhum. A dificuldade é para o próprio órgão, porque enquanto não tiver orçamento, tem que funcionar em duodécimos. -----

-----Relativamente ao Relatório e Contas da Câmara ou do SIMAS, etc., não está pronto ainda, por razões técnicas. Basta que um dirigente, da área financeira, adoeça uma semana, no período em que devem estar a ser encerradas as contas, e já não há. E mais, o relatório do ROC chegou esta semana, nós não podemos estar a dizer ao ROC, “tens vinte e quatro horas para fazer”.

-----Portanto, há questões de natureza técnica, que fazem com que esses documentos se atrasem. Eu estaria muito mais preocupado se não tivesse o Orçamento da Câmara aprovado. Os SIMAS ainda têm condições de funcionar em duodécimos, a Câmara Municipal teria muita dificuldade. -----

-----Não há nenhum problema. O que estamos aqui a assistir, acontece em muitas Câmaras deste país, Assembleias Municipais e não há problema nenhum. É um prazo legal...mesmo que o prazo legal seja ultrapassado, não há nenhum problema. É explicado ao Tribunal de Contas (porque deve ser remetido ao Tribunal de Contas), as razões porque é que não foi enviado tempestivamente. Devo dizer-vos, que no momento em que é enviado à Assembleia Municipal, é enviado ao Tribunal de Contas (às vezes até vai primeiro para o Tribunal de Contas do que para a Assembleia Municipal), porque o prazo...procuramos, realmente, que chegue lá...por vezes vai para o Tribunal de Contas dentro do prazo e vem fora do prazo para a Assembleia Municipal. -----

-----Portanto, não percebo esta discussão dos Senhores Deputados. -----

-----Por outro lado, solução. Para mim a solução é muito simples, a Câmara não pode mandar desagendar o que mandou agendar. Não fomos nós que mandamos agendar. Parece-me,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

realmente, que não faz sentido. -----

----- Eu compreendo a intenção da Senhora Presidente, e acho que foi uma boa intenção, considerando que esta era uma reunião que nos termos do Regimento e da lei, diz que é para apreciar o Relatório e Contas (entre outras coisas), a Informação, o Direito de Oposição, etc., mas a verdade é que se esses documentos, materialmente, não estão disponíveis...”-----

----- **Por questões técnicas, momentaneamente torna-se inaudível o que foi dito pelo Senhor Presidente da C.M.O.** -----

----- “... Agendou no pressuposto que chegassem a tempo, não chegaram a tempo não podem ser discutidos neste momento.-----

----- Eu não vejo nenhum problema, absolutamente nenhum, que estes pontos saiam da agenda e quando chegarem à Assembleia Municipal são agendados. -----

----- A Câmara tem alguma urgência nisso? Não nos afeta.-----

----- É um documento que tem que ser aprovado, com certeza, pela Câmara, pela Assembleia Municipal, mas se não for hoje, é amanhã, se não for amanhã, é daqui a quinze dias, não cai o “Carmo e a Trindade” por causa disso. -----

----- Se o parecer do ROC só veio agora, o que é que se fazia? Mandávamos sem ROC? Então nessa altura é que a Câmara era objeto de críticas aqui por todos os lados, nem sequer relatório (não sei se era). Bem, se fosse enviado nessas condições, havia aqui críticas por todo o lado. -----

----- Portanto, não há nenhum problema. Retiram da agenda e quando estiver pronto é agendado e fazem uma reunião extraordinária, como já fizeram tantas, é mais uma. Qual é o problema? -----

----- Não há nenhuma razão para esta discussão, peço imensa desculpa, mas não há nenhuma razão. Podem dizer assim: “Mas não foi cumprido o prazo.” Muito bem, responsabilidade política da Câmara Municipal. -----

-----Os Serviços Municipalizados, não apresentaram...por acaso já foi aprovado pela Câmara e já deve estar aqui na Assembleia para agendamento. Não sei se já está?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O Orçamento? Não, não está. O Orçamento está agendado para dia dois de maio.”

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte:

-----“Bem, o Orçamento já está. Mas se não foi agendado antes é porque não estava aprovado. E não foi aprovado pela Câmara porque não foi disponibilizado pela administração dos Serviços Internos Municipalizados à Câmara, para o aprovar.-----

-----As coisas são assim, acontece. Uma coisa era sistematicamente acontecer. Bom, aconteceu agora por razões técnicas, não ter sido possível cumprir esse prazo.-----

-----Qual é a sanção? Já agora alguém sabe? Então estudem.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, no que se refere ao Orçamento do SIMAS só foi agendado, evidentemente, quando depois de aprovado pela Câmara foi enviado para a Assembleia. E por isso foi agendado para dia dois de maio, era a única terça-feira que nós tínhamos disponível. E neste momento está na Comissão de Economia e Finanças a ser apreciado. Ainda ontem tivemos uma reunião, em que se tratou desse assunto. -----

-----Não é o Orçamento do SIMAS que está em questão, isso é um problema que realmente lhes diz respeito. Eles têm estado a trabalhar em duodécimos, aliás, como ontem nos explicaram, porque eu pedi para vir um técnico do SIMAS, à Comissão, para dar alguns esclarecimentos de questões técnicas. Será avaliado e discutido, nesta Assembleia Municipal no dia dois, e nessa altura serão dadas outras explicações. -----

-----Aqui, somente me refiro a estes pontos, que é a “Aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano anterior” e do “SIMAS - envio do Relatório e Contas referente ao ano anterior”. Portanto, estes pontos não vieram e deverão ser retirados da agenda, da Ordem de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Trabalhos. Agora eu não sei como é que o Senhor Presidente quer fazer.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, simplesmente saem. Quer dizer, eles não estão cá, nunca deviam ter sido agendados. -----

----- Portanto, na minha opinião, são retirados pura e simplesmente e quando forem remetidos à Assembleia Municipal, nessa altura são agendados. -----

----- Acho que é a metodologia correta.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

----- “Então em ata, eu ponho é que os pontos foram retirados da agenda e ficarão para posterior apreciação.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Serão agendados e serão apreciados.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:

----- “Exatamente. -----

----- Portanto, isto refere-se aos três pontos que temos na Ordem de Trabalhos. E também o Direito de Oposição em conformidade com o artigo seis, número três do Regimento da Assembleia Municipal (também depois, será provavelmente enviada). -----

----- Senhores Deputados, alguém se opõe? -----

----- Retiramos estes pontos da Ordem de Trabalhos. -----

----- Só solicito Senhor Presidente, que a Câmara possa fazer um esforço, para dentro do prazo, e a próxima vez será em junho, podermos agendar e estarem connosco, para apreciação, aquilo que a lei diz, que deve ser aprovado nessa altura.” -----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** disse o seguinte: -----

----- “Entretanto foi decidido retirar os pontos. Eu gostava só de deixar registado o seguinte, que é: obviamente que a Câmara tem de garantir o cumprimento das suas obrigações, pode não ter

nenhuma sanção por não pôr cá as coisas a tempo e horas, mas há obviamente consequências políticas a retirar e ilações políticas a retirar. E como tal a sugestão é, há um esforço por parte da Câmara (que tem de haver, deve dar o exemplo no cumprimento da lei), há um esforço também, por parte da Assembleia, em garantir que os agendamentos só são feitos quando, efetivamente, há condições para fazer, porque, obviamente, não me posso opor em retirar os pontos porque não tenho cá documentos para apreciar e votar. É óbvio, que ficamos aqui numa situação em que não temos alternativa. Portanto, não há sanções, mas há ilações políticas a retirar do incumprimento da Câmara, sucessivamente, em atrasar-se na entrega da documentação que tem de entregar de acordo com a lei, com o Regimento e com as suas próprias obrigações, perante os Deputados Municipais e os munícipes.” -----

**4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 269/2023 – UPAG – relativa à Isenção de taxas do evento “Queijos Portugueses no Mercado”, no Mercado de Algés, nos dias 28 e 29 de abril (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----**

-----A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Gostava só de perguntar (hoje apetece-me fazer muitas perguntas), qual é a diferença entre os queijos portugueses no mercado, o Alive e os feirantes da feira de Oeiras, que alugaram os espaços durante a feira de Oeiras. Qual é a diferença entre estas três? Qual é a diferença do interesse destes três para o Município? Porque é que para uns vem cá um pedido para isenção de taxas e aos outros, nomeadamente o caso das pessoas que estiveram a ocupar espaço na feira de Oeiras, uns tiveram umas reduções, outros não tiveram redução nenhuma, pagaram as taxas por inteiro. Portanto, quais são as diferenças, por favor, para se perceber então qual é que é este critério da Câmara, na questão de isenção de taxas.” -----

-----O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) referiu o seguinte: -----

-----“Está uma tarde quente lá fora e aqui dentro também. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É hoje apresentado para Apreciação e Votação a Proposta de Isenção de Taxas do evento “Queijos Portugueses no Mercado” e, nesse mesmo sentido, o PSD irá votar favoravelmente esta Proposta.-----

----- Queremos destacar esta Proposta, porque traz diversos pontos positivos que demonstram o bom trabalho que tem sido realizado pela vereação do PSD.-----

----- Depois de intempéries ocorridas em dezembro de dois mil e vinte e dois, a zona da restauração no mercado Algés, reabriu neste fim de semana as suas portas.-----

----- Este evento, que será realizado entre os dias vinte e oito e vinte e nove de abril, irá permitir divulgar diversas variedades de queijos, de diferentes localidades do nosso país. Este evento é de salientar, pois, permite que o mercado volte a ganhar vida, que se dinamize o comércio local, que tantas e tantas vezes, que estes comerciantes passam por dificuldades e permite também, trazer pessoas de diferentes zonas do nosso país, para o nosso Concelho. -----

----- Estes eventos são vistos por nós, como diferenciadores e que trazem grande valor para a nossa economia local.”-----

----- **O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Aqui está uma proposta, que pelo menos fala de queijos, é de uma coisa boa. E que permite dar alma e vida ao espaço de Algés, como podia ser noutro local do Concelho. Mas a minha questão e a questão do Partido Socialista é a seguinte: na página três diz, “Considerando ainda que o contributo deste evento venha a dar ao mercado de Algés, existe a intenção de propor a isenção do pagamento de taxas”, depois na página quatro há aqui uma contradição, no ponto quatro da proposta diz assim: “...para isentar o evento de queijos, do valor da taxa”. Ora, é intenção ou é isentar? Num lado, diz que é uma coisa, aqui é outra. -----

----- A Senhora Vereadora Susana Duarte, que até já passou por esta Assembleia.... Há coisas que às vezes, se não tivermos o rigor de um revisor, do que está escrito, traz estas contradições e que não ajuda em nada a situação.”-----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

-----“É sempre louvável iniciativas para dinamizar os mercados. E a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL), por quem tenho muito apreço, tem andado a comer muito queijo, porque já colocou esta questão diversas vezes na Assembleia e permita-me lembrar-lhe, a diferença entre as três questões que colocou, são o promotor. Nas festas de Oeiras, ao contrário do Nos Alive, ao contrário desta atividade, o promotor é a Câmara de Oeiras, como aliás, o Senhor Vice-Presidente, já uma vez teve oportunidade de lhe esclarecer com muito rigor. E também lhe esclareceu.... Eu não tenho em conta a Iniciativa Liberal como um movimento populista. São, de facto, um Partido que defende as suas ideias, as suas causas e sabemos que para eles não haveria nunca taxas em lado nenhum, em lugar algum. No entanto, foi esclarecido, porque a Senhora Deputada deu a entender que haveria alguma injustiça no tratamento de alguns locatários das Festas de Oeiras, e foi esclarecida, que a natureza das atividades que lá são desenvolvidas, é diferente. Há uma diferença entre alugar um espaço para restauração e alugar um espaço para vender bonés.-----

-----Portanto, Mariana desculpe, mas é sempre, sempre arroz e mais arroz, e nós não saímos daqui. -----

-----Nós sabemos que a Iniciativa Liberal, quer acabar com todas as taxas. E os portugueses já sabem o que se espera, se um dia, este país for governado pela Iniciativa Liberal. Ou seja, todas as empresas públicas passam a privadas, deixa de haver taxas, portanto, esse é o seu pensamento que é legítimo. Agora, como já uma vez lhe foi respondido, primeiro, ganhe as eleições e venha governar a Câmara, ou ganhe as eleições e governe o país. Até lá, tente não nos vir massacrar (peço desculpa pela expressão, se calhar é um exagero), com questões que não são questões. São iniciativas diferentes, uma coisa é organizar um espaço para promover queijos, outra coisa são as Festas do Concelho que é um ponto alto, aliás, da vida oeirense. -----

-----Era isto que eu queria dizer.” -----

-----A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) referiu o seguinte:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Eu vou só relembrar que fiz uma questão, portanto, todas as ilações que tirou dessa questão, são problema do Senhor Deputado não meu. E segundo, eu digo aquilo que eu quiser nesta Assembleia Municipal, desde que em respeito para com as pessoas que aqui estão. -----

----- Portanto, não é o Senhor Deputado, certamente que me vai dizer o que é que eu posso, ou não posso dizer.-----

----- Se não gosta de comer arroz, olhe coma outra coisa qualquer.”-----

----- **A Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- “Eu gostava de vos dizer, há muitos anos que eu venho a esta Assembleia, tenho o maior respeito por toda a gente, mas há uma coisa muito importante, vamos respeitar a Câmara, a Assembleia e as pessoas que aqui estão, se não vamos estar uma tarde inteira a ouvir duas pessoas, um diz e o outro responde, e não chegamos a conclusão nenhuma, nem nos acrescenta nada. É que o problema, é que não nos acrescenta nada. E eu gosto de estar num sítio onde as coisas me acrescentem, onde eu aprenda qualquer coisa.-----

----- Senhora Presidente, obrigada pela sua paciência e gostaria muito que as pessoas respeitassem esta Casa, para podermos ir em frente.”-----

----- **O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Responder aqui também, e esclarecer o Deputado do Partido Socialista, Reis Marques. Relativamente à proposta que foi aqui apresentada, na primeira parte, o que aparece é a explicação de intenção da proposta, numa segunda parte, aparece então a proposta em si. Esta é a grande diferença, a intenção e depois a proposta. Espero que tenha ficado esclarecido.”-----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte:-----

----- “Eu queria, também, explicar ao Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD), que a nossa questão não foi colocada ao Senhor Deputado, foi colocada à Senhora Presidente, que endereça, caso entenda, ao Senhor Presidente e o Senhor Presidente, endereça, caso entenda, aos Senhores Vereadores.-----

-----Tendo o Senhor Deputado, tentado explicar uma coisa que não é explicável, eu vou clarificar o Senhor Deputado, que aquilo que ele explicou não explicou coisa nenhuma. A informação está mal escrita, ponto. Porque na página três diz: “Considerando ainda o contributo que este evento venha a dar ao mercado de Algés, existe a intenção de se propor a isenção do pagamento de taxas”, isto é uma proposta para isentar taxas, não uma proposta para demonstrar uma intenção de isentar de taxas. É preciso escrever português, porque os Deputados que aqui estão também sabem ler português, Senhor Deputado. No final, a proposta é que está certa, diz: assim “lá, lá, lá para isentar o evento, Queijos portugueses no mercado Municipal de Algés”, e isto é o que está certo. O que está errado é o texto prévio. -----

-----O Senhor Deputado, devia ter olhado para o texto e perceber que o texto tem que ser corrigido, devia ter sido corrigido e que o PSD só devia era lamentar que o texto tivesse esse erro.”

-----A **Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** disse o seguinte: -----

-----“Queria daqui felicitar a Senhora Vereadora Susana Duarte, por mais uma proposta para dinamizar o mercado. Já não é a primeira que o faz para dinamizar o mercado. -----

-----Muitos parabéns, Senhora Vereadora, por fazer tudo para dinamizar os mercados.” --

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Bem, Senhores Deputados, está em causa a isenção de taxa para este evento, “Queijos portugueses no mercado”, que vai decorrer no mercado de Algés, nas datas de vinte e oito e vinte e nove, uma isenção no valor de duzentos e quarenta e oito euros e trinta e dois cêntimos.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“O Senhor Deputado não leu? Duzentos e quarenta e oito euros e trinta e dois cêntimos.”- -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Eu também gosto de acrescentar um bocadinho de confusão. Já agora.-----  
----- Vejam como todos sorriram, duzentos e quarenta e dois euros, ou quarenta e oito. E, todos pensaram o tempo, que se está aqui a perder por duzentos e quarenta e oito euros. E lembro-lhes o seguinte, aos puristas da língua portuguesa, designadamente o Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) e a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), na deliberação, o preâmbulo da deliberação é uma tentativa, quando fala em intenção, podia dizer é o propósito, ou ainda outra coisa, são mais cinco ou seis palavras do ponto de vista conotativo, têm o mesmo significado.-----  
----- Ora bem... almeja-se, ou qualquer coisa do género..., mas não passa de arrazoado para justificar uma determinada decisão. O que conta, e disse muito bem, é a proposta que é muito clara: “Em todo o exposto, propõe-se ao Executivo Camarário, que delibera aprovar a solicitação de autorização à Assembleia Municipal, para isentar o evento Queijos portugueses no mercado”.----  
----- E a propósito de queijos, e este é o aspeto mais importante, eu espero que haja lá, queijo terrincho, da minha terra, lá de Trás-os-Montes, que é um queijo fantástico. -----  
----- Mas pode questionar-se, como a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal fez, realmente quais são as diferenças essenciais entre o Alive, a Feira dos Queijos e, eventualmente, um encontro folclórico, de ranchos folclóricos, por exemplo, das Flores da Beira, das Lavadeiras da Lage, realizado no Casal das Chocas, em que os ranchos vêm ali todos cantar de borla e depois teriam que pagar uma taxa de duzentos e quarenta e oito euros. Qual é a diferença entre tudo isto? Não há rigorosamente nenhuma diferença, são situações rigorosamente iguais. Vejam bem o que é que o queijo tem a ver, com um evento, com um festival cultural, com um rancho folclórico, é exatamente a mesma coisa. E o que é que é essa mesma coisa? É o propósito da Câmara Municipal (com o apoio da Assembleia Municipal, naturalmente, mas a proposta é da Câmara) em dar sinais simbólicos (porque duzentos e quarenta e oito euros, quer dizer) de que está interessado na promoção de uma determinada atividade e, simbolicamente, isenta aquilo que era uma taxa que

pagariam, para realizar um determinado evento, ou às vezes até a licença do ruído.-----

-----Portanto, são realmente manifestações do Município, no sentido de incentivar determinadas iniciativas.-----

-----Naturalmente que se fosse a Iniciativa Liberal a governar a Câmara, teria uma interpretação completamente diferente, mas não é a Iniciativa Liberal, é um outro Executivo, são outras forças políticas que estão no Executivo e que fazem a interpretação do que é o interesse público. E é à luz desse interesse público, incentivar determinadas iniciativas, que podem ser úteis para os mercados, para a dinamização dos mercados, para aproximar determinados produtos das pessoas, portanto, incentivar toda uma série, até do ponto de vista informal, de certas atividades, na leitura que este Executivo faz, isto é importante.-----

-----Obviamente, que uma Câmara Municipal liderada pela Iniciativa Liberal teria uma leitura diferente, mas não é a Iniciativa Liberal que governa a Câmara. Mas, de maneira que nós estamos em democracia, vamos ouvi-la sempre discordar destas coisas e vai-nos ouvir sempre a considerar que, este tipo de isenções é fundamental. Claro que pode dizer assim: “Mas porque é que não se põe no RPATOR, uma norma que diga logo, o Presidente da Câmara ou a Câmara Municipal podem isentar determinadas atividades, não sei quê, tal, tal, tal”, era fácil fazer isso. E reparem, uma maioria até podia aprovar isso, mas nós não queremos fazer isso, não podemos fazer isso. Porque, na realidade, colocar uma margem de discricionariedade e a dada altura, em vez de isentar aquilo que deve isentar, podia estar a isentar outras atividades, porventura que não teriam a mesma leitura (não sei se está a ver) e, portanto, o filtro da Assembleia Municipal é fundamental. Não fica na exclusiva responsabilidade da competência da Câmara Municipal, tomar esse tipo de decisões. É claro que para a Senhora Deputada, possivelmente...e eu até compreendo, duzentos e quarenta e oito, está-nos aqui a fazer perder este tempo todo, por duzentos e quarenta e oito euros, para quê? Numa lógica de eficiência, de eficácia da atividade económica e das instituições, quer dizer, é natural que isto incomode, a visão do mundo que a Iniciativa Liberal tem. Mas, na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

realidade, o mundo é aquilo que é. Há situações...eu ainda ontem fui conduzido por uma pessoa, que estávamos a discutir a política mundial, (uma pessoa motorista, um motorista) e a dada altura diz-me: “Espere lá Senhor Doutor, eu sou capitalista.” E eu: “Capitalista? E andas a conduzir um jipe, um carro?” E realmente aí, ele esclareceu-me: “Não, quer dizer, eu sou pela iniciativa privada. Eu acho que as pessoas têm que trabalhar, têm que ser elas próprias empreendedoras e fazer pela vida, têm que isto, têm que aquilo, e tal...”, “Ah está bem. És mais defensor da iniciativa privada.”. Vejam bem, a confusão que já ia na cabeça do homem, já era capitalista, não é. Bom, as coisas não são assim. -----

----- Portanto, esta isenção, de facto, não tem nenhuma diferença de todas as outras isenções que aqui estabelecemos, porque o princípio é sempre o mesmo: é dar sinais de apoio a determinadas atividades, que são importantes para a dinamização do comércio, para a dimensão da cultura, para a dimensão do desporto, enfim, para a aproximação das pessoas. Normalmente são gestos simbólicos.”-----

----- **O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** referiu o seguinte:-----

----- “Talvez só aproveitando a deixa do Senhor Presidente, de que esta discussão realmente toma-nos muito tempo, fazíamos uma sugestão que era, seguir uma recomendação nossa, de há muito tempo, que é atribuir um subsídio de apoio da Câmara e estas iniciativas, que penso ser consensual, serem do interesse, serem necessárias e com isso, evita-se trazer à Assembleia a isenção desta taxa. Poupávamos realmente bastante tempo.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “O quê? Mas quer falar novamente? Faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quero só dizer, que isto não tem a ver com a Iniciativa Liberal ter ganho eleições, ou

não ter, isto tem a ver com aquilo que nós consideramos ser o princípio de equidade. Ou seja, essa norma nunca poderia estar no Regulamento, porque era discriminatória e discricionária. -----

-----Portanto, sim, o que se faz aqui, é a aplicação de uma norma que não pode existir legalmente. Por isso continuamos e vamos continuar em cada momento, a dizer que aquilo que se entende...lá está hoje, são duzentos e tal euros, mas há outras situações em que são centenas de milhares de euros e por aí fora. Não tem a ver com o valor, não tem a ver com essas questões, nem estamos aqui sequer, a que fazer ninguém perder tempo.-----

-----O Senhor Presidente, já aqui disse uma vez que, (aliás, já mais do que uma vez), que estas taxas não se aplicavam, ninguém pagava estas taxas e a verdade é que, obviamente, que pagam, porque caso contrário não estaríamos aqui isentar uns para outros pagarem. A única coisa que se sugere e por isso sim, parte do nosso trabalho aqui é lutarmos por estes nossos princípios, é que acabe esse princípio da discricionarietà, que beneficia uns em detrimento de outro.”-----

#### **4.5.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Salvador António Martins Bastos Costeira e Alexis Godinho Gonçalves), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Joaquim dos Reis Marques e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e uma abstenção do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos).-----

----- A Senhora Deputada Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 49/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 269/2023 – UPAG – ISENÇÃO DE TAXAS DO EVENTO “QUEIJOS PORTUGUESES NO MERCADO”, NO MERCADO DE ALGÉS, NOS DIAS 28 E 29 DE ABRIL** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e sessenta e nove barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em cinco de abril, e deliberou por maioria com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do

Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal e uma abstenção do Partido Chega, autorizar a isenção do pagamento de taxas referente ao evento “Queijos Portugueses no Mercado, no Mercado Municipal de Algés, nas datas de vinte e oito e vinte e nove de abril, no valor de duzentos e quarenta e oito euros e trinta e dois cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.6. Apreciação da Proposta CMO N.º 274/2023 – GMA – relativa ao Relatório do 4.º Trimestre de 2022 da Parques Tejo, E.M. (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----**

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Deputado já sei que vai sair da sala, porque é funcionário. Pode sair.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, se me permite ditar para a ata eu faço questão. -----

-----Por ser trabalhador da Parques Tejo, não participarei nesta Apreciação, neste ponto e vou me ausentar da sala.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:

-----“Meus senhores, estamos perante a Apreciação do Relatório, não à votação, relativa ao quarto trimestre de dois mil e vinte e dois da Parques Tejo.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Como se falou de purismo da língua portuguesa no final da discussão do único ponto, eu não podia deixar de pedir para falar já no início da discussão deste ponto, e da apreciação deste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relatório, até porque apreciamos aqui hoje mais um “very cool” relatório trimestral da Parques Tejo, repleto de hubspots, de bike sharing, e de outras “words” em estrangeiro. Eu prometo que não vou insistir muito nisto, outra vez, até porque isto é, na verdade e para me entrosar aqui um bocadinho nos termos é um fait divers, mas não posso deixar de assinalar mais uma ideia da Parques Tejo, que não é nova e que não sendo propriamente má, também não é propriamente boa, que é enfiar palavras em inglês nos Relatórios de Atividade Trimestrais, que é para dar um ar mais cool, mais fresh, mais de startup e, portanto, não podia deixar de assinalar esta esta questão. -----

----- Fora de brincadeiras, eu chamo a atenção para isto porque faz parte de um padrão mais alargado de funcionamento, de comportamento e até de imagem da Parques Tejo, que é esta vontade de transmitir um aspeto mais moderno. E estas mudanças que são assumidas pela própria empresa, à partida não mereceriam, da nossa parte, nenhum comentário que não fosse positivo, pelo contrário. O problema é que passados uns meses destas primeiras proclamações de mudança, das alterações aos estatutos e deste anúncio de vontade de modernização da Parques Tejo, os nossos maiores receios começam a confirmar-se. É que parece cada vez mais que estas mudanças são sobretudo de fachada, parece que são e talvez por aí faça tudo sentido, parece que são para inglês ver. -----

----- Daquilo que vemos neste relatório, a Parques Tejo, sob a batuta deste Executivo e, em particular do Presidente da Câmara, continua a ser uma empresa completamente voltada para o automóvel e que continua a pensar o espaço público em função dos carros e não considerando que estes são apenas um de entre muitos elementos que constituem o espaço público e que não são necessariamente o principal elemento. Nem é preciso alongar muito, basta olhar para o capítulo dedicado à mobilidade suave neste relatório, nomeadamente à página dezasseis, onde diz: “Foi no quarto trimestre de dois mil e vinte e dois, que se deu o principal impulso à disponibilização de serviços de mobilidade suave. Desde o início acautelamos que os equipamentos apenas poderiam ser estacionados nos pontos move, prevenindo situações de abandono de equipamentos na via

pública, ao mesmo tempo que se garantia a possibilidade dos nossos agentes de fiscalização poderem remover equipamentos que se encontrassem nesta situação”, se isto de acautelarem desde o início, fosse totalmente verdade, tinham feito logo desde o início o regulamento de utilização destes equipamentos e não estariam só por esta altura a iniciar o processo. -----

-----Na página dezoito lê-se também que: “Desde o início da prestação deste serviço, foi-nos possível apurar que os oeirenses reconheceram a sua mais-valia, ao que se expressa nos elevados níveis de utilização. Assim entre a data de lançamento do serviço e o dia trinta e um de dezembro, registaram-se os seguintes indicadores de utilização que estão no quadro abaixo e que efetivamente são bastante elevados.” A questão é que isto mostra, que Oeiras já devia ter investido nesta medida há muito, mas muito mais tempo. E mostra ainda que o investimento em faixas próprias para a circulação nestes modos de mobilidade, nomeadamente ciclovias, devia já estar a ser feito também há muito. -----

-----Este atraso gritante na mobilidade suave, contrasta com o avanço rápido e implacável do alcatrão dos catorze novos parques de estacionamento e de tudo o que está relacionado com o automóvel. -----

-----Em suma e para usar uma analogia que já aqui usei, mudar a montra não muda o que está no interior da loja, e por muito que mudem o aspeto dos relatórios e dos documentos da Parques Tejo, por muito que mudem a imagem, por muito que tentem passar o tal aspeto mais cool, mais moderno, a verdade é que por de trás desta monta, no interior da loja da Parques Tejo continua a estar uma coisa e uma coisa apenas, carros, carros e mais carros.” -----

-----O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Como memorando, recordo a apreciação do relatório do primeiro trimestre de dois mil e vinte e dois, no qual estava plasmado, ainda um valor negativo, embora já bastante reduzido, do resultado líquido, tendo em conta o longo período pandémico que afetou a generalidade do tecido empresarial e por conseguinte, também o setor empresarial local de Oeiras, nomeadamente,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a Parques Tejo. Assim sendo naquele trimestre já se tinha verificado uma recuperação substancial.

----- Neste contexto, quando a apreciação do relatório do primeiro semestre, de dois mil e vinte e dois, poderá dizer-se que a Parques Tejo, apesar dos constrangimentos referidos, provocados pela pandemia em dois mil e vinte, e dois mil e vinte e um, conseguiu manter a solidez da sua situação financeira, o que aliás, alavancou o controlo da sua atividade. Atividade esta, consubstanciada não só nas intervenções e alargamentos nas zonas de estacionamento, bem como em investimentos ao nível de equipamentos e sistemas de informação e gestão, a par da expansão e intervenção nos parques de estacionamento.-----

----- Por outro lado, em termos de gestão, os novos contratos bem como o programa de apoio a exploração, estão a ser relevantes em termos de objetivos da empresa bem como do acionista. Aliás, os contratos e programas referidos, não só acrescentam responsabilidade à Parques Tejo, mas também tendem a incentivar a crescente retoma da sua atividade, que se vai refletindo na sua situação económico-financeira, a fim de atingir os níveis verificados em dois mil e dezanove, neste caso em termos relativos, em virtude de terem sido acrescentados novos objetivos, precisamente com as novas orientações do âmbito dos referidos contratos de gestão e programa de apoio, e que carecem de investimentos com critérios bem definidos.-----

----- É com estes instrumentos de gestão, que entrámos no terceiro trimestre de dois mil e vinte e dois, com a concretização de diversos projetos transversais a diversas áreas de atuação.---

----- Em relação ao quatro trimestre de dois mil e vinte e dois, presentemente em apreciação, e no seguimento das considerações anteriormente referidas, nomeadamente enquadradas também, na nova responsabilidade já referida, na gestão da Parques Tejo, verificaram-se várias ações ao nível de instalações e serviços de comunicação, bem como enquadradas na problemática da mobilidade. Mobilidade esta, direcionada às componentes da mobilidade suave e aos transportes rodoviários de passageiros.-----

----- Quanto à situação económico-financeira e nomeadamente aos resultados, os mesmos

têm apresentado valores positivos a partir do segundo trimestre. Aliada a esta situação, refira-se e recorde-se, que a retoma por via do aumento da oferta e do investimento tecnológico, mais o controlo de custos e a otimização de recursos, tem vindo a verificar-se de um modo continuado. -

-----A evolução da Parques Tejo em termos de vendas, serviços prestados e gastos tem sido pautada por acréscimos plenamente justificados pelo comportamento e objetivos da empresa. Pelo que, tanto do lado da receita, como do lado da despesa, os mesmos apresentam valores que não põem em causa a presente situação económico-financeira.-----

-----Posto isto, em relação aos indicadores económico-financeiros, os mesmos apresentaram-se ao longo do ano, de um modo geral, com estabilidade, embora com algumas oscilações, nomeadamente o equilíbrio financeiro. No entanto, estes a manterem valores bastante significativos, que revelam e sustentam a perceção, da já referida, solidez económico-financeira da Parques Tejo.”-----

-----**A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

-----“Duas notas, para reforçar que os resultados económico-financeiros, que vêm expressos nestes relatórios, vão ao encontro daquilo que é a trajetória esperada pela empresa e, portanto, sobre esse aspeto, estamos contentes com aquilo que são os resultados apresentados. Dar a nota de que neste relatório, quando comparado com o anterior documento que aqui apreciamos, há uma evolução naquilo que o Conselho de Administração coloca, naquilo que são as políticas de gestão de recursos entre humanos e nesse aspeto, também parabenizar o próprio Conselho de Administração, não deixar de dizer, que se espera muito mais relativamente àquilo que é a gestão de recursos humanos e portanto, que quando forem os documentos, mais fortes da Parques Tejo que esperamos ver essa política de recursos humanos bem vertida. -----

-----No entanto, queremos deixar uma questão e voltar a colocar a questão, ao Senhor Presidente da Câmara. Na página vinte deste relatório, a Parques Tejo volta a afirmar que se define como “Autoridade dos Transportes do Município de Oeiras”. Quando o refere, refere-se a vários



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

projetos que segundo a Parques Tejo, têm impacto na estrutura e possibilitam a integração na empresa de competências necessárias ao desenvolvimento e um ecossistema de mobilidade sustentável, que seja capaz de servir melhor as necessidades de todas as pessoas que vivem, estudam, trabalham ou visitam Oeiras. -----

----- Portanto, Senhor Presidente, esta pode parecer-lhe uma questão pequena, mas do nosso ponto de vista, é a terceira vez que a colocamos aqui, na Assembleia Municipal. E da sua resposta, vai depender também o nosso posicionamento futuro, relativamente àquilo que é a Parques Tejo.

----- Nós precisamos de perceber, o que é que significa exatamente, esta forma como agora a Parques Tejo se define. E, gostaria de perceber se esta definição que a Parques Tejo se auto intitula, e se dá nos documentos que tem vindo a escrever e que nos tem vindo a trazer para discussão, se é uma expressão que não tem tanto significado assim, ou se ela está, de facto, e vai contra aquilo que é o espírito deste Município, a integrar autoridade a Metropolitana de Oeiras.--

----- Foi essa a pergunta que lhe foi feita no passado, a declaração da Senhora Deputada Sílvia Santos (PS) na anterior Assembleia Municipal, foi sobre isso. Não houve uma resposta que, do nosso ponto de vista, fosse clarificadora e por isso, Senhor Presidente, pedimos-lhe que, desta vez nos pudesse clarificar relativamente a essa questão.”-----

----- **O Senhor Deputado Vítor Marques (PSD)** referiu o seguinte:-----

----- “Relativamente ao documento que nos foi carreado, da Parques Tejo, constatámos que existe uma evolução muito acentuada, uma evolução positiva, relativamente ao mesmo período homólogo de vinte e um.-----

----- Constatámos também, que o recurso às novas tecnologias de informação e à aplicação, cada vez mais densa, porque é assim que tem que ser, porque é de uma empresa pública/municipal que estamos a falar, e da nossa parte, não querendo obviamente, ocupar o espaço de outros, vemos com muito agrado que em termos financeiros, esta empresa está a fazer o seu caminho e é disso que se trata, é de um caminho que está a ser feito.

-----Não esperamos, esta bancada, que tudo seja feito de um momento para o outro, mas sim paulatinamente e de forma segura. De modo que, entendo perfeitamente as referências, à tal autoridade de transportes (outros municípios também já o fazem). Portanto, se este Município vier a fazê-lo no futuro, é bom sinal. -----

-----Contudo, temos que reparar aquilo que é reparável, e estou-me a referir às carreiras atuais da Carris Metropolitana. Continuam a falhar horários, atrasos consequentes, e eu pergunto até quando? Essa é uma questão pertinente e que voltamos a ela, por quanto aqui se faz referência neste momento. E não é uma questão de somenos, quando menores de idade estão nas paragens à espera dos autocarros para se dirigir para as suas escolas e não há autocarros. -----

-----É uma questão que nós gostaríamos muito que cessasse. Porque, efetivamente, não é e não se compadece com o Município que nós pretendemos. -----

-----Constatámos também, que há uma grande evolução em termos de taxas de variações, de um ano para o outro, mormente pela aplicação desses instrumentos tecnológicos, mas também constatámos que há aqui uma diferença muito grande (não sei se será por falta de informação, pode ser que nos consigam esclarecer), na atribuição de dísticos de residente, nomeadamente, aqueles que residem na União de Freguesias de Oeiras Paço de Arcos e Caxias, isto em detrimento das outras freguesias, com a exceção de Porto Salvo, e não me levem a mal a brincadeira, que ainda continua a ser uma terra livre.-----

-----Posto isto e para concluir, vemos que há aqui uma taxa de execução bastante acentuada, e portanto, queremos parabenizar, obviamente, a Parques Tejo e o seu Conselho de Administração, que vai num sentido muito contrário, àquilo que se passa com a taxa de execução do PRR, mas isso é a vida.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“No presente e no futuro, o Município de Oeiras irá apostar fortemente e cada vez mais na promoção do transporte público, na promoção e na sensibilização das pessoas para usarem o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

transporte público. Iremos apostar fortemente, na construção de novos parques de estacionamento, justamente para retirar os carros da rua e libertar os passeios para as pessoas. Iremos apostar fortemente, na construção de melhores arruamentos, de mais estradas, para que os carros possam fluir num sistema de vasos comunicantes, que lhes permita emitir menos CO<sub>2</sub>. Porque a fluidez do tráfego é fundamental, de uma forma concreta, para combater as alterações climáticas, ao contrário daqueles que vivendo noutra planeta, dá a impressão que é a Câmara Municipal que determina e manda publicar, “acabaram-se os carros em Oeiras”. Os carros não acabam por determinação da Câmara, nem por determinação do Governo. Os carros estão aí, a gasóleo e gasolina, começa a haver carros a eletricidade, também a gás, é possível que qualquer dia sejam movidos a hidrogénio, mas os carros não vão desaparecer nos próximos tempos. Portanto, é uma ideia absolutamente de outro mundo, surrealista, vir dizer que a Câmara Municipal aposta no automóvel. Nós não apostamos em automóvel nenhum, nós temos os automóveis...só falta dizer que a Câmara até oferece automóveis. O problema... obviamente, todos nós queremos um melhor ambiente, e construir um melhor ambiente é naquilo que está nas nossas mãos, e o que está nas nossas mãos é construir estacionamento, mais parques de estacionamento, justamente para que os carros não ocupem os passeios, para que as pessoas não andem, por vezes meia hora, uma hora à procura de um lugarzinho de estacionamento e depois estacionar ilegalmente...aliás, é interessante, porque nunca vi quando vem aqui a altura do público, estes arautos contra os carros, quando as pessoas vêm aqui reclamar por estacionamento, nunca os vi dizer-lhes que não têm razão nenhuma, que estacionem o carro na cabeça deles ou nas orelhas da Coligação Evoluir Oeiras, nas orelhas dos Deputados, nunca vi qualquer reação nessa matéria.-----  
----- É pura demagogia, insistir sistematicamente, de que a Câmara de Oeiras fomenta os carros, a Câmara de Oeiras nessa matéria é uma Câmara como qualquer outra Câmara. Nós não funcionamos isoladamente. Nós estamos integrados na Área Metropolitana de Lisboa, onde, mercê de políticas realmente erradas, ao nível do transporte público ao longo de décadas, o uso do

automóvel tem uma expressão extraordinária e Oeiras é talvez, se não, um dos Municípios (Odivelas já nos ultrapassou) onde há o maior índice de motorização, isto é, o maior índice de automóveis por agregado familiar. Claro que isso também tem a ver com o poder de compra das famílias. É claro que há famílias que têm dois, três e quatro carros, aumentou muito o número de carros. Mas não é a Câmara Municipal de Oeiras, ou a Câmara de Cascais, ou a Câmara de Lisboa...é claro que eu compreendo. Numa ditadura, quer dizer, se vivesse num regime ditatorial, naturalmente que era fácil. O Governo da ditadura decretava que não havia mais carros, as pessoas tinham que andar todas ou a pé, ou de bicicleta...vejam bem, até a China, as imagens que nós tínhamos da China há uns anos, era tudo de bicicleta a pedal. De repente, parece que a bicicleta desapareceu e agora é só carros, e bons.-----

-----Deixemo-nos de demagogia sistemática, a dizer que se está a fomentar o carro, não, nós queremos é que os carros possam circular com mais fluidez, que as pessoas possam ter mais liberdade de andar na rua e para isso é necessário fazer melhores ruas, melhores arruamentos, é preciso fazer mais estradas, é preciso construir mais estacionamento. -----

-----Bom, mas eu estou aqui a dizer, como calculam, estou aqui a repetir o que digo em todas as Assembleias, deste problema. Quer dizer, quando há partidos políticos, que só têm na agenda esta questão, não têm mais nada, o resto do Concelho não existe, quando têm na agenda este problema de transição climática, dá este resultado. E naturalmente, que eu não posso deixar de denunciar esta demagogia populista, de dizer coisas que não fazem sentido.-----

-----No que diz respeito à questão da Autoridade Municipal de Transportes, é óbvio que a Autoridade Municipal de Transportes é a Câmara. Mas como sabem, a própria Câmara Municipal de Oeiras delegou a sua autoridade na Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, a Autoridade Metropolitana de Lisboa, tem jurisdição em Oeiras. Aliás, hoje todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, delegaram essa sua competência na Área Metropolitana de Lisboa.-----

-----Ora, o que nós estamos eventualmente a estudar e a Parques Tejo...aí está é uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

questão também de linguagem...o que estamos a procurar fazer, não é propriamente que a Parques Tejo seja a Autoridade Municipal de Transportes, quando muito ficaria amputada de competências fundamentais no que diz respeito ao transporte público, que está assegurado pela empresa metropolitana de transportes. -----

----- Agora, isso não significa...e é um assunto que estamos realmente a estudar, que é o reforço das competências da Parques Tejo e ao mesmo tempo, nessas competências, não só ao nível de alguns transportes, por exemplo, no caso do SATU, a coordenação do projeto, a realização da obra, como do ponto de vista do controlo, do ponto de vista do relacionamento, por exemplo, com a empresa metropolitana de transportes, obviamente que estando a Parques Tejo especializada nessa área, faz mais sentido que seja a Parques Tejo a acompanhar, a controlar, do que propriamente a Câmara Municipal.-----

----- A Câmara Municipal, tem como sabem, múltiplas competências e, portanto, é muito mais fácil concentrar na Parques Tejo essas competências de controlo. Ora bem e é isso...controlo, acompanhamento do próprio contrato de concessão do transporte público na Área Metropolitana de Lisboa, portanto é nesse sentido. -----

----- Mas é óbvio, que não haverá qualquer avanço que não seja devidamente discutido na Câmara Municipal (até porque é uma questão sensível) e devidamente analisado aqui na Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), fique tranquila, porque não deixará de vir aqui à Assembleia Municipal, qualquer alteração política nesta matéria.” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Eu queria registar mais uma vez, a capacidade extraordinária que o Senhor Presidente tem, para quando ouve uma intervenção de que discorda, pinta logo a outra pessoa “discorda de mim, deve querer uma ditadura”, quer dizer, é automático, “discorda de mim deve ser um ditador, ou deve ser um demagogo, ou deve ser um populista”, qualquer coisa. Não me parece (também já

disse muitas vezes, aliás, é uma coisa que eu também digo em quase todas as Assembleias Municipais) a postura mais construtiva, mas enfim, se o Senhor Presidente insiste nela, calculo que saiba o que está a fazer, ou talvez não. -----

-----Em relação à questão de conteúdo que estava inerente à sua resposta, no meio dessas alegorias todas sobre populismo e ditadura, etc., nós não queremos acabar com carros por decreto, nem nunca dissemos isso. Eu já tive oportunidade de dizer o mesmo à Vereadora Joana Batista, noutra reunião da Assembleia Municipal, nós sabemos que os carros são parte do nosso dia a dia e são parte do espaço público, e serão no futuro (que conseguimos imaginar serão), não é isso que está em causa. Aquilo que nós queremos é um espaço público equilibrado, partilhado entre os diferentes modos de mobilidade e com uma distribuição entre estes diferentes modos de mobilidade que seja mais consentânea, com aquilo que se sabe hoje, tanto em termos de alterações climáticas, mas não só, como em termos de saúde física e mental. Porque um maior equilíbrio do espaço público e uma menor utilização do automóvel, tem benefícios em todos estes critérios. ---

-----Não tenho a certeza que o Senhor Presidente esteja a ouvir, mas certo que mais pessoas estarão, não podia deixar de dizer estas duas coisas, lamentando uma vez mais, que seja preciso fazê-lo.” --- -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Para agradecer ao Senhor Presidente o facto de ter clarificado esta questão relativamente à terminologia que se encontra patente neste relatório, como no anterior. Para nós foi bastante satisfatória a resposta que o Senhor Presidente deu. Ficamos satisfeitos em saber que a Câmara Municipal, não tem intenção nenhuma de romper com aquilo que é o padrão que já estava acordado com a Área Metropolitana. -----

-----Lamentamos que o Senhor Vice-Presidente, na reunião anterior, não tenha sido capaz de nos dar esta informação.-----

-----E já agora, e a talhe de foice, também dizemos ao Senhor Deputado Vítor Marques



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(PSD), que estava tão contente e já a agitar bandeiras, que afinal nós íamos fazer como Cascais, íamos também ter uma atitude diferente relativamente à Área Metropolitana de Transportes de Lisboa, que afinal se precipitou na sua intervenção. Portanto, para a próxima o melhor é esperar que haja uma resposta por parte da Câmara, para que se perceba efetivamente aquilo que vai acontecer.” -----

----- **APRECIADA**-----

**4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 278/2023 – DOT – relativa à Declaração de Interesse Público Municipal para a instalação da Academia Aga Khan Lisboa, no Concelho de Oeiras (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Eu pedia aos serviços, se podiam pôr do início a Proposta. -----

----- De qualquer modo eu pergunto, se alguém quer usar da palavra?” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

----- “Claro, claro. Eu também calculo que queiram usar da palavra.” -----

----- O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta Proposta, coloca-nos questões que são, diria, relevantes e paradigmáticas, sobre o futuro do território, da sua transformação, mas também sobre a memória recente e mais antiga de Oeiras e também, eu diria do país, naquilo que tem a ver com estes processos de transformação do território.-----

----- Por um lado, estamos a apreciar o interesse municipal de uma instalação, de um o projeto educativo por parte da Fundação Aga Khan, mas também estamos a falar sobre questões de natureza, do que é o interesse municipal na sua relação com os instrumentos de gestão do

território. Instrumentos que são de referência e de estrutura a médio e longo prazo e portanto, fundamentados, discutidos quando são elaborados, quando são revistos, quando são alterados, que vinculam particulares e a administração pública, estabelecem regras, condicionantes, potencialidades e por isso, também estabelecem valores do uso e da troca do solo e também por tudo isto são temas particularmente sensíveis, naquilo que tem a ver com a administração autárquica, mas eu também diria nacional.-----

-----E sobre o futuro, admitimos, naturalmente que este projeto possa ser um projeto de interesse para o Município, pelas suas características, mas quando também percebemos ou olhamos para a questão da memória, porque a memória também é importante para equacionar o futuro, não podemos esquecer que muito recentemente tivemos uma alteração do PDM, em que houve fundamentação e argumentos em que esta área, que foi aqui apontada para esta operação, foi considerada e bem, como solo rústico, tem uma memória também, de que os muitos projetos a nível nacional, que foram colhendo este rótulo de interesse, alguns (alguns pins e outros) multiplicaram regimes de exceção que nem sempre resultaram consentâneos, com aquilo que foram os seus fundamentos, muitas vezes em confrontação e disrupção de sistemas fundamentais do território. Porque o solo também é um recurso estratégico limitado não renovável, e que por isso, é classificado nos instrumentos, como rústico, como REN, como RAN e porque muitos dos projetos e ocupações, também mudam ao longo do tempo, a sua natureza e o seu interesse, sabemos de projetos que começam com um uso e depois vão mudando os seus proprietários, os seus promotores mudam. Portanto, o interesse não é uma coisa estática, é volátil e tem que ser equacionado com muito cuidado. Já o solo, esse é irrecuperável se for urbanizado e edificado. ---

-----Ora bom, o PDM de Oeiras na sua versão atual, prevê vastas áreas com capacidade de urbanização e edificação. Nós, de facto, até na última discussão que tivemos sobre a alteração do PDM, até admitimos que um conjunto muito grande de áreas que estavam equacionadas como urbanizáveis, pudessem continuar e classificadas como urbanos. Apontamos outras, em que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

achamos que essa transformação ou essa reclassificação não faria sentido.-----

----- Achamos que esta pretensão podia ter sentido numa outra localização, não vemos que haja aqui condições para vincular o interesse municipal à localização específica, que está aqui em causa. E desse ponto de vista, lançamos também o desafio, de se retirar esta Proposta e voltar a ressubmeter de uma forma separada. Ou seja, reconhecer o interesse municipal do projeto em abstrato, com o qual concordamos.-----

----- Não concordaremos com a sua afetação, ou com a vinculação do interesse municipal à localização específica que aqui está na proposta.”-----

----- **A Senhora Deputada Carla Santos (CH)** referiu o seguinte:-----

----- “O Chega nada tem contra a Academia Aga Khan, tendo atrás dela uma rede para o desenvolvimento, que muitos já apelidaram como “as Nações Unidas privada”. É uma rede que gere milhões em dinheiro e pessoas. Mas enquanto líder de uma comunidade de vinte e cinco milhões de pessoas, espalhadas por todo o mundo, é visto, a Aga Khan, como um chefe de Estado sem Estado.-----

----- Nestes termos, e podendo investir em Oeiras, não se compreende a implementação da Academia Aga Khan, numa zona protegida, na qual o Chega defende a sua proteção.-----

----- Assim sendo, votaremos contra, pois abrir uma exceção à regra é abrir a porta a outras.”-----

----- **O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD)** disse o seguinte:-----

----- “Vem hoje a esta Assembleia a Proposta de Declaração de Interesse Público Municipal para a instalação da Academia Aga Khan Lisboa e que depois de uma análise aprofundada por parte da bancada do PSD, nesta Assembleia, temos algumas considerações a fazer:-----

----- Um - O PSD vê com bons olhos a instalação de quaisquer entidades, que promovam o desenvolvimento do Concelho, seja a nível da educação, seja a outro nível, porque a escolha do nosso Concelho para sediar uma Empresa, ou uma Academia, ou uma Associação, ou um

organismo, significa que o nosso Concelho reúne as características para que tal aconteça, o que nos deixa totalmente, confortáveis; -----

-----Dois - Na proposta apresentada, verificámos que este projeto tem uma história já longa e que a sua implementação tem vindo a ser atrasada por vários constrangimentos externos; -----

-----Três - O projeto da academia assenta num modelo de educação diferente e que irá permitir que diversos alunos possam adquirir conhecimentos de outras formas, tal como se encontra explanado na mesma e passo a citar “ o princípio basilar deste programa assenta no potencial dos jovens, nas suas capacidades, valores e realizações, e não na sua condição económica, como fator determinante do sucesso.” -----

-----Quatro - Na proposta é indicado que a admissão na academia Aga Khan baseia-se no mérito de cada aluno. Visão essa que o PSD acompanha; -----

-----Cinco - Na proposta é destacado o número previsto de funcionários necessários para o projeto, o que nos leva a acreditar que para além de uma componente educativa, ou seja, de formação para jovens, também será importante para fomentar a criação de emprego no nosso Concelho; - -----

-----Seis - Mas como nem tudo são rosas, a bancada do PSD fica com dúvidas sobre a localização do projeto, pois no documento é claro que, se este projeto avançar, existirão terrenos que se encontram protegidos pela RAN e REN e que serão utilizados para construção deste edifício;-----

-----Sete - Mais, é também referido no documento que, e passo a citar: “A AKAL afirma pretender tornar-se um exemplo de design ambiental de alta qualidade, no que respeita aos requisitos energéticos delineados pela União Europeia, exigindo que todos os edificios sejam compostos por edificios eficientes.” -----

-----Oito - Queremos, portanto, realçar que devem ser posteriormente analisados todos os pontos referentes ao projeto e se os mesmos se encontram assegurados. De modo que a importância



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desta academia e as diligências de mitigação das alterações climáticas e de políticas ambientalmente sustentáveis do Município, possam estar de mãos dadas e não de costas voltadas neste futuro projeto, com as devidas limitações impostas por lei. -----

----- É, com esta posição que o PSD quer, deixar bem clara, relativa à proposta que a Câmara Municipal trás aqui hoje. Vemos com bons olhos o investimento no nosso Concelho, vemos com bons olhos que possamos receber uma Academia para acolher jovens que procuram desenvolver conhecimentos e receber uma educação nos termos expostos.-----

----- Contudo, deixamos uma salvaguarda no que respeita às características do terreno escolhido e às áreas que não devem ser construídas, mas sim protegidas.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apreciamos hoje a Proposta de Declaração de Interesse Público Municipal para a instalação da Academia Aga Khan Lisboa, no Concelho de Oeiras. -----

----- Uma proposta que o Grupo Político Evoluir Oeiras considera que mostra bem o modus operandi da maioria do Executivo INOV e dos seus aliados do PS e do PSD. -----

----- Portanto, vamos a factos e questões: -----

----- Primeiro – Em dois mil e dezanove, a Academia Aga Khan investe doze por cento na Empresa Taguspark; -----

----- Dois – A Aga Khan participa a doze de maio de dois mil e vinte e dois na Consulta Pública de Alteração do PDM de Oeiras para adequação do novo Regime Jurídico, onde solicita a reclassificação dos seus terrenos, de rústicos para urbanos. Pretensão que a Câmara Municipal de Oeiras teve de se resignar a declinar; -----

----- Terceiro - A Aga Khan escreve, a trinta de junho de dois mil e vinte e dois, à Câmara Municipal de Oeiras, a lembrar que comprou doze por cento da Taguspark na mesma carta em que referem que investiram significativamente na aquisição de várias parcelas de terreno, com o intuito de aí formalizar o projeto para a construção da futura Academia e que é seu intuito promover a

construção da futura academia no terreno de que é legítimo proprietário, constituído por um conjunto de quarenta e duas parcelas de terreno no Concelho de Oeiras, parte delas classificadas, como já aqui ouvimos, como Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, mais concretamente, trinta e um hectares, vinte e quatro hectares, num total de cinquenta e um hectares de terreno. - -----

-----A Aga Khan comprou terrenos rústicos, para onde não podia ter imaginado este projeto. E quem é que orientou a Academia Aga-Khan para estes negócios? Andou a Academia Aga Khan a comprar terrenos às cegas? Ou teve ou não indicações da Câmara Municipal, de que este procedimento se podia fazer a seguir? -----

-----Quarto - Saiu o jackpot à Aga-Khan comprando cinquenta e dois hectares de solos rústicos que passam então a urbanos? Quem ganha as chorudas mais-valias desta capitalização? Estas mais-valias estão ou não ligadas a orientações prévias municipais especulativas? -----

-----Cinco - O que é que sabemos deste projeto? Absolutamente nada! É esta imagem que temos nestes documentos, completamente desfocada, em planta que a Câmara permite que suporte um pedido de interesse público municipal? Há um projeto menos desfocado que este que possamos ver? Com plantas e cortes? E índices? E usos? O que significa que é este projeto em matéria de edificação? Quanto vai construir na área dos cinquenta e dois hectares? Como é que se declara interesse municipal sobre um projeto que não se conhece? Como é que o Senhor Vereador da Educação, declarou Interesse Municipal? Teve acesso ao projeto? Se sim, porque não o submeteu à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal? -----

-----Seis - E dos cinquenta e dois hectares, os hectares que não forem usados para a Academia para que são? Para especulação imobiliária? Para vender e financiar o investimento da Academia? -----

-----Sete - Tudo isto é feito e apadrinhado com o Executivo de Isaltino Morais. Uma vez mais permite que entidades especulem sobre os solos de Oeiras. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Oito - Isaltino Morais e o seu Executivo não têm a mínima noção do que é que serve a Reserva Agrícola Nacional ou a Reserva Ecológica Nacional, situação que bem vimos nas recentes cheias. E este Presidente contradiz-se quando diz que a "REN é sagrada" e a "RAN é exclusivamente para habitação pública", o que só é surpreendente para alguns. -----

----- Nove – Não foi por isto de estranhar a posição das Vereadoras do PS e do PSD na Câmara Municipal de Oeiras, amarradas aos seus pelouros e acordos, que afirmam que apenas "estão a aprovar o interesse público do projeto, assumindo que nada disto significaria a desafetação de RAN e REN", quando a carta da Aga Khan é muito clara nas suas pretensões e é a base desta proposta. -- -----

----- Dez - O Vereador substituto Duarte Mata, foi o único representante da Coligação Evoluir Oeiras, foi o único Vereador a votar contra esta Proposta, em Reunião de Câmara. -----

----- Em suma:-----

----- Consideramos que é de extrema gravidade que se peça interesse público para alterar o uso do solo de cinquenta e dois hectares, sem prever o que poderá vir a ser feito com todos estes terrenos desafetados.-----

----- Esta proposta e a ação do Executivo Municipal merece o nosso mais profundo repúdio. Estamos perante uma proposta que representa o que de pior se pode fazer quando se está à frente de uma autarquia - subjugar o bem comum aos interesses particulares de um promotor - garantindo-lhe um negócio chorudo, fazendo tábua rasa do que os instrumentos de ordenamento do território e dos seus objetivos. Esta é, em suma, uma forma de gerir o território, danosa para o interesse público, com a qual não podemos compactuar.-----

----- Será hoje aqui escandaloso, se esta Assembleia permitir a aprovação deste projeto, com os escassos elementos que tem na sua documentação. Trata-se de um "cheque em branco no negócio das mais-valias urbanísticas" em Oeiras, que depois espera que o Governo tenha de lidar com um dossier cinzento e pouco claro, com os elementos que aos poucos irão conhecendo.-----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras considera ainda que o Governo jamais pode caucionar um projeto que tente em Oeiras fazer o que não conseguiu em Cascais, pela dimensão da polémica envolvida. - -----

-----A Academia Aga Khan em Portugal contradiz na prática o posicionamento e discurso do Príncipe Rahim Aga Khan, que, a treze de fevereiro de dois mil e vinte e três, na Cimeira Mundial de Governos no Dubai, falando acerca da "urbanização no mundo em desenvolvimento, no contexto das alterações climáticas" apelou "a um design sustentável das cidades" e disse que "cada geração deve deixar aos seus sucessores um ambiente social, físico, íntegro e saudável". Não é isto que aqui temos" -----

-----A **Senhora Deputada Maria Teresa Pereira (PS)** referiu o seguinte:-----

-----"O Partido Socialista considera que a instalação da Academia Aga Khan no Concelho de Oeiras, pelo modelo pedagógico proposto, com uma oferta do pré-primário ao secundário, e em cujos programas escolares se inserem as seguintes vertentes curriculares, que reputamos da maior importância, como: a Ética, o Pluralismo, as Culturas, a Governação e a Sociedade Civil e Economia para o Desenvolvimento, constitui uma opção educativa de prestígio a nível Nacional, em particular para o Concelho, à qual nos associamos com convicto agrado.-----

-----Trata-se de uma nova forma de educação, que é proporcionada ao Concelho acolher, podendo dar-se o passo da verbalização do interesse para a concretização do modelo.-----

-----Releva-se ser uma mais-valia, não só no campo escolar, mas igualmente, e não menos importante, na atratividade dos jovens para o Concelho, com possibilidades de futura fixação profissional, o que é desejável por todos nós. -----

-----Não menos despiciente é a mais-valia económica. Não só pelo investimento, que está estimado em mais de vinte e cinco milhões de euros, mas como pelos postos de trabalho futuros, estimados em cerca de quatrocentos trabalhadores, entre educadores, administrativos e de apoio à manutenção, sendo cerca de noventa e quatro por cento portugueses.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Quanto à intenção apresentada para o futuro projeto, é de relevar ser apoiado em princípios de sustentabilidade, economia circular e com edifícios de energia quase zero. Cabe ao Município, caso este projeto veja a luz do dia, fazer cumprir e verificar todos aqueles conceitos. -

----- Nota-se, também, a possibilidade de virem a ser instalados campos de ensaio e de produção agrícola experimentais no arranjo paisagístico dos espaços exteriores, e de particular atenção ser dada ao sistema de drenagem pluvial, o que se considera muito positivo, sendo que caberá, também, ao Município garantir a respetiva concretização. -----

----- Posto isto, e passando agora à apreciação da proposta aqui sujeita a aprovação, não podemos deixar de referir que a mesma enferma de diversas faltas de precisão, desde logo quanto à medida da área (a proposta tem uma medida a academia fala de outra medida, portanto sugerimos cuidado nestas questões) na qual se implantará, refira-se , e aí sim como bastante grave, a imprecisão e falta de leitura das pretensas "plantas" (porque elas nem verdadeiramente são plantas, é o nome que se lhe é dado) apresentadas. Julga-se que esta seria informação relevante na apreciação da proposta, até para objetivar (e isso não conseguimos fazer) as áreas de REN e de RAN, não só geograficamente, como percentualmente em relação à área do projeto (reputamos esta informação de importante). Não se compreende, face aos instrumentos de que a Câmara dispõe, inclusivamente, o apoio da Município, que se apresente informação geo-espacial de tão inaceitável qualidade (aquilo nem sequer é informação geo-espacial, não é nada).-----

----- O grupo parlamentar do PS nesta Assembleia, enfatiza que, sendo a área prevista para a instalação da Academia Aga Khan abrangida por um conjunto de servidões e restrições de utilidade pública (REN e RAN), estas devem ser alvo de análise e ponderação, com previsão de medidas mitigadoras e compensatórias, em procedimento e sede próprios, e com o envolvimento das autoridades competentes na matéria. -----

----- Esta instalação deve igualmente justificar a elaboração de um instrumento de gestão territorial que programe, pondere e avalie de forma pormenorizada, a correta instalação do modelo

urbano proposto. -----

-----Chama-se, também à atenção, que o Plano de Mobilidade e Acessibilidade em elaboração, deve desde já contemplar a possibilidade da instalação da Academia Aga Khan, por todo o movimento que comportará. -----

-----Concluindo, Senhora Presidente, Senhor Presidente, o Grupo do PS apoia a instalação da Academia Aga Khan no Concelho de Oeiras e como tal, e nesta primeira fase, vota favoravelmente a declaração do relevante interesse público municipal da instalação no território do Município de Oeiras da Academia Aga Khan no pressuposto de que o governo concederá o estatuto de utilidade pública nacional.”-----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“Permita-me começar a minha intervenção, com uma citação, de um importante ideólogo político, do segundo quartel do século vinte e cuja identidade prefiro não referir (não vá alguém sentir-se incomodado): “A propaganda, deve restringir-se ao mínimo possível de pontos. E esses deverão ser valorizados como estribilho, até que o último indivíduo consiga saber exatamente o que representa esse estribilho”, fim de citação e nova citação: “Carros, carros, carros”, fim de citação. Se alguma dúvida alguém tivesse, sobre aquilo que queria dizer a primeira citação, a última que eu referi, que corresponde às últimas palavras da intervenção do Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), no ponto anterior, ficava completamente esclarecido. -----

-----Nova citação: “Uma propaganda para ser eficaz, necessita de factos, não importa que tenham sido fabricados ou deturpados, meras palavras não bastam. Para isso, a distorção ou a invenção de factos é apenas uma artimanha necessária e útil para atingir o objetivo de implantar uma radical transformação, entendida como a solução de todos os problemas”, utilizando uma linguagem que mistura factos e conceitos diferenciados e aleatoriamente misturados, de modo a criar cenários inexistentes. Esta tem sido a técnica desde o início, utilizada pelo Evoluir Oeiras. -

-----É o que sucede aqui hoje, com a intervenção do Evoluir. De facto, a proposta que neste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

momento está em análise, “Proposta número duzentos e setenta e oito, declaração de interesse público municipal, para a instalação da Academia Aga Khan Lisboa no Concelho de Oeiras”, tem como objetivo fundamental, declarar que é do interesse público municipal.-----

----- Sobre as características e o interesse que, de facto, essa Academia tem, vou escusar-me de repetir, porque a intervenção da Senhora Deputada do PS, Tereza Sá Pereira, foi mais do que elucidativa, agradeço a intervenção que acabou de fazer.-----

----- Para que nós percebamos, de uma forma perfeitamente clara, como esta atitude do Evoluir Oeiras é caricata, basta recorrer à intervenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, na Sessão da Câmara Municipal, sobre o mesmo tema, que não se coibiu de afirmar com toda a clareza, só não sei o tom de voz, porque não estive presente e cito: “O que aqui estão a fazer, não é mais do que transformar o órgão colegial da Câmara, num qualquer entreposto de compra e venda dos solos”. Mas não bastou, como a técnica é misturar alhos com bugalhos, não evocou trazer à colação uma célebre crise financeira que envolveu e cito “Créditos malparados de um conhecido banco, aliás, um ex-banco que se tivesse corrido bem tal negócio, quem ganharia com isso?” São argumentos perfeitamente idóneos e claros, para quem discute e cito novamente: “O que está em causa neste momento, é a declaração de interesse público municipal para a instalação da Academia Aga Khan Lisboa, no Concelho de Oeiras”. Toda a discussão alheia a esta proposta, é uma tentativa de atirar poeira para os olhos de todos os que nos estão a ouvir, de todos os que nos estão a ver. É cumprir os preceitos que citei no início da minha intervenção. Importa, pois, que o Evoluir, aqui de uma forma clara, independentemente do espaço físico, onde eventualmente esta Academia venha a instalar-se, e voltò a citar uma parte da intervenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, em que ele imagina que: “Agora já vem uma Academia repleta de edifícios de todos os tipos de usos.” Como é que é? Nesta versão tão global, será que também cabe na imaginação do Evoluir, edifícios para casa de alterne? É que também cabe cá. É muito interessante, quando se brinca com as palavras e com os conceitos, é muito interessante. -----

-----Importa pois dizia, que o Evoluir, defina aqui claramente, independentemente do espaço físico onde essa Academia, venha a ser edificada e basta lembrar que o terreno em questão, que eu conheço bastante bem, palmilho muito frequentemente a pé, conheço a textura da terra, conheço-lhe o cheiro... Sabe não é fácil, fazer história rural sem conhecer a terra e é uma área que eu domino bastante bem. Aliás, citando um mestre de que me orgulho muito de o ter tido como mestre (não mora em Oeiras, mora aqui no vizinho Concelho de Cascais), amigo que aliás, não é apenas meu nesta Casa, há um outro Deputado do PS, que tem também o privilégio de o ter como amigo, dizia ele: “Quem faz história rural, se não conhecer o cheiro e o sabor da terra, não consegue fazer história rural”, eu diria que conheço muito bem esse território, do qual, pelo menos dois terços, tem em média de solo arável três dedos. Território esse, onde nem o carrasco, o quercus coccifera, consegue medrar (e se tiverem dúvidas, basta abrir o Google Maps, olharem para o terreno e verem a vegetação frondosa que cresce naquele território), mas dizia eu, que independentemente da área física onde a Academia venha a instalar-se, era bom que o Evoluir Oeiras, definisse sem subterfúgios, se concorda ou não com o facto, da instalação da Academia em Oeiras, ser de interesse público municipal. Para que não venha dizer aqui uma coisa e vá dizer outra lá fora, que não venha dizer aqui uma coisa e escreva ao Príncipe Aga Khan uma coisa diferente, daquilo que diz aqui.”-----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“É inequívoca, a mais-valia que pode representar ter uma Academia como a Aga Khan, com a reputação internacional que tem, pelo projeto que tem, e que lá está, tem de facto, impacto na sociedade marcante e, portanto, é inequívoco o benefício para o Município em receber um projeto desta envergadura e com o impacto social que este poderá ter. -----

-----Mas também acho, que são pertinentes muitas das preocupações que foram aqui levantadas e que acho que era muito relevante, que não só este tipo de situações, mesmo em termos da documentação que nos é entregue, seja com a documentação mais cuidada, digamos assim, o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mais aprofundada possível, com o máximo de detalhe possível, para que efetivamente as dúvidas, algumas delas pelo menos, possam ser antecipadamente dissipadas, como também é muito importante que haja o máximo de explicações porque parte do Executivo e que eu tenho a certeza, que entretanto também nos poderão dar. -----

----- De qualquer forma, não podia deixar de deixar presentes, por um lado, a opinião efetiva de que será uma mais-valia, este projeto vir para Oeiras, por outro lado, reiterar também as preocupações que já foram aqui enunciadas, que eu não vou estar a repetir mais uma vez, nomeadamente o impacto ambiental que isto poderá ter e que agradeça-se antes de qualquer outra coisa, que não havendo essa informação, que o Executivo possa clarificar, para que estas dúvidas que ficam aqui no ar na Assembleia, de que estamos aqui a fazer verdadeiros atentados ambientais, possam, de facto, ser dissipadas e que o Executivo possa clarificar toda a gente em relação àquilo que será o futuro quanto a este projeto.”-----

----- **O Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- “Formar crianças, adolescentes e jovens sem os discriminar pela sua proveniência económica e financeira. Formar crianças, adolescentes e jovens sem os discriminar pelo género a que pertencem. Fazer deles estudantes conhecedores, excelentes. Fazer deles líderes comprometidos no respeito pelas culturas, pela diferença, mas líderes da construção de um mundo de paz e de fraternidade, é uma tarefa para a qual todos somos poucos a ser convocados. -----

----- A Academia Aga Khan, quer vir para Oeiras implementar este projeto de educação, é do interesse do mundo, é do interesse de Portugal e obviamente, só quem, no meu entender, não vê um bocadinho mais além, não vê que é do interesse municipal também. -----

----- Por isso, devemos votar a favor do que aqui esta proposta nos traz para votar.”-----

----- **A Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

----- “Eu sinto-me muito orgulhosa, de no meu Concelho, receber uma Academia desta dimensão.- -----

-----Obrigada, Senhor Professor, que eu não diria melhor.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Bom, esta é uma discussão que eu acho que vale a pena, porque por ela passam realmente, aquilo que são os diferentes projetos políticos, com representação aqui nesta Assembleia Municipal. Por aqui passa, de alguma forma, o modelo de sociedade que todos desejamos. Se queremos realmente gerar riqueza, se queremos emprego, se queremos desenvolvimento, se queremos um país avançado, se realmente queremos estar abertos ao mundo, quer dizer há toda uma série de situações que estão plasmadas na possibilidade deste projeto se concretizar. -----

-----Usar argumentos, de que, “o projeto é bom, a ideia é excelente, mas não ali naquele local”, quem diz naquele local, diz outro qualquer, desde que seja Reserva Agrícola Nacional já não pode ser ali. Bom, o problema é este, então vem-se com o Plano Diretor Municipal, com a lei dos solos, com isto, com aquilo, etc. -----

-----O Plano Diretor Municipal não é imutável, traduz a estratégia, que no momento em que ele é elaborado, de alguma forma se visualiza para os próximos dez anos, que é o período de vigência do Plano Diretor Municipal. De acordo com a mesma lei dos solos, que permite a elaboração do Plano Diretor Municipal, compete aos Municípios determinar qual é o uso dos solos no seu território. E, portanto, ciclicamente podem fazer uma reavaliação e naturalmente, desafetar ou não desafetar, mais área de Reserva Agrícola Nacional, para levar por diante projetos de desenvolvimento. Portanto, a vida é dinâmica. -----

-----No entanto, realmente aqui isso nota-se, o conservadorismo reacionário, naturalmente, da Coligação Evoluir Oeiras, que como sabem é constituída pelo Bloco de Esquerda, pelo Volt e pelo Livre, obviamente que são partidos contra o desenvolvimento, são partidos contra o emprego, são partidos contra a geração de riqueza. Realmente, eles adoram a miséria, adoram a pobreza e a exploração das pessoas, esta é a realidade, não vale a pena escondê-la. De tal forma que, para eles



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as coisas nunca estão bem. Reparem habitação, nós precisamos de habitação, mas eles votam contra os programas de habitação. Nuns casos, porque viola o artigo noventa, dizem eles, ou cinquenta e oito, em outros casos, porque está num sítio onde estava um estaleiro e devia estar um jardim, noutros casos devia estar um parque infantil, ou mais um jardim, agora descobriram que fazem falta jardins em todo do lado, no Concelho que tem a maior capita por metros quadrados de verde por habitante, agora é fazer parques e jardins em todo o lado. E então nuns casos com um argumento, em outros casos com outro. -----

----- Vejam bem a hipocrisia, que os leva a dizer que: “somos a favor da habitação, é preciso mais habitação”, e se há um caso qualquer, que até já está a ser acompanhado pela Câmara Municipal, vêm perguntar à Câmara, “O que é que se passa? Que há um senhor sem habitação, aqui ou além”, mas depois votam contra tudo. Tudo o que tem a ver com o urbanismo, então é tão limpinho. - -----

----- Mas, sobretudo, há aqui uma falta de seriedade, na medida em que procuram lançar o anátema sobre quem tem a responsabilidade na gestão do território, dizendo que se estão a defender os promotores, é sempre os promotores, nunca é o Concelho. Ou seja, se os países, se os Concelhos disputam investimento e procuram criar condições para atrair investimento, criam-se agências de promoção e atração de investimento, aqui em Oeiras, promover o investimento, é um sacrilégio, é crime. Estão se a promover os promotores e, portanto, o Concelho tem que parar completamente. Fazer casas, por exemplo, habitação, ir à Reserva Agrícola, não... ou escritórios.....-----

----- Eu lembro-vos o seguinte, nós temos que ser atrativos do ponto de vista da captação de empresas para o nosso Concelho, que gerem riqueza, que gerem emprego, que traduzam mais-valias para o nosso território. Mas, quando se quer fomentar, exatamente o contrário, vem-se dizer então que são os promotores. -----

----- A Câmara Municipal, em qualquer altura (o Plano Diretor Municipal, em princípio, deve ser de dez em dez anos) pode antecipar a revisão do PDM. E lembro-vos o seguinte: sabem

onde é que foi construída a Business School ali de Cascais, em Carcavelos, na Nova? Em Reserva Agrícola Nacional, cuja apetência era para plantação de milho. O Governo da troika, o Governo do Doutor Passos Coelho e a Câmara Municipal de Cascais, suspenderam o Plano Diretor Municipal para fazer a Universidade Nova. Foi ou não..., mas isso o tribunal agora está a obrigá-las a pagar o preço devido... Foi ou não uma boa medida? É ou não fundamental, para o Concelho de Cascais, para o país e até para Oeiras (porque há muita gente que pensa que aquilo até está em Oeiras, porque está ali mesmo na fronteira com Oeiras), porque há muita gente que já utiliza o comércio e os serviços aqui do nosso Concelho. A escola Universidade Nova é uma mais-valia extraordinária, para a região de Lisboa e para o país. -----

-----Mas ainda há dois ou três dias, a Câmara Municipal de Cascais aprovou, também, uma desafetação significativa, de Reserva Agrícola Nacional, junto ao Taguspark, exatamente para fazer um hotel e uma piscina de ondas, uma área significativa. Porquê? Porque considerou que aquele investimento é fundamental, é de interesse público. Eu vou dar-vos um exemplo, se nós fôssemos nesta linha...na realidade, o que eles tentam é condicionar-nos, são as tais minorias ruidosas, que tentam condicionar quem tem a legitimidade para decidir, isto é gravíssimo. Quem tem legitimidade para decidir é quem foi eleito maioritariamente pelos cidadãos. No entanto, eles tentam condicionar, não se fazer, não se fazer.-----

-----A Câmara Municipal quer fazer (e vai fazer) um pavilhão desportivo em Barcarena. -

-----Eu, ainda ontem recebi um relatório (não sei se está aí a Senhora Presidente, pois já saiu a Senhora Presidente de Barcarena), dizendo que um dos assuntos que tinha sido discutido na Assembleia de Freguesia de Barcarena, foi justamente a inexistência de um pavilhão desportivo em Barcarena, é a única freguesia que não tem um pavilhão desportivo. Ora bem, nós vamos fazer um pavilhão desportivo, já está previsto (e, aliás, está prometido no nosso programa eleitoral), mas tem que ser em Reserva Agrícola, por uma razão muito simples, um pavilhão desportivo precisa no mínimo, de um hectare, porque é o pavilhão desportivo, mais um polidesportivo exterior,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

portanto, mais ou menos dez mil hectares (corresponde um campo de futebol). Não há em Barcarena...” -----

----- **Devido a problemas técnicos, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- “... É só Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica.-----

----- Portanto, é ou não importante um pavilhão desportivo, como será... aliás, como alguns dizem a construção de uma Escola dois mais três, e até Secundária, na zona de Tercena e Queluz de Baixo. Só não foi feita ainda, porque aí os governos acham que não há massa crítica, alunos suficientes (não há, neste momento, mas pode vir a haver) ...dizem que teria muitos alunos de Massamá...e os meninos de Queijas têm que ir para Linda-a-Velha e para Carnaxide. Mas se quisermos fazer uma escola, tem que ser na Reserva Agrícola, o pavilhão desportivo (já foi definido até o terreno) vai ter que ser em Reserva Agrícola, não há terreno urbano. Porque o Plano Diretor Municipal, de facto, estabeleceu todas as áreas, menos as intersticiais, ou seja, aquelas que estão dentro de espaços já urbanos, é tudo agrícola. Neste momento no nosso Concelho, dois terços do nosso território é agrícola. Naturalmente, se nós queremos fazer determinados equipamentos que consideramos de interesse público, obviamente, que tem que se desafetar Reserva Agrícola Nacional. - -----

----- Quando surge este projeto da Aga Khan...eu quero dizer que é um orgulho. Porque eles queriam (julgo que o propósito deles, da primeira conversa que eu tive com eles), ou era em Cascais ou era em Oeiras. Aliás, houve uma tentativa ainda em Cascais, que depois não resultou ou houve problemas (não sei de que natureza). Mas era aqui, Oeiras, Cascais que eles pretendiam.

----- Há zonas deste país, a oferecer-lhes o terreno gratuitamente.-----

----- Eu devo dizer-vos que não é apenas neste caso. Eu recebi, não há muito tempo, um grupo de empresários, que querem fazer a instalação em Oeiras, de uma fábrica de vacinas, de medicamentos biológicos. E que já estavam para ir para Santarém, tinham uma oferta, praticamente gratuita, e quando me falaram na hipótese de vir para Oeiras, a minha reação foi esta:

Não, vejam lá...eu até me dou bem com o Presidente da Câmara de Santarém.-----

-----A Câmara Municipal não disputa nada com ninguém. Nós temos uma posição, neste momento, privilegiada, muito atrativa... eu até, juntamente com a Presidente da Câmara de Almada, andamos a defender a ponte de Algés – Trafaria, da Boa Viagem para a Trafaria, justamente para que haja a possibilidade de Almada poder crescer e ser um polo atrativo para as empresas e habitação, mas sobretudo empresas, porque na realidade Oeiras não tem capacidade para receber todas as empresas multinacionais, que se querem aqui instalar. -----

-----No entanto, por via dos investigadores que um investimento destes obriga, querem estar próximos das Universidades que estão em Lisboa, das Instituições de Investigação Científica etc., mas querem vir para Oeiras.-----

-----Provavelmente, numa primeira fase, ficarão instalados em parte do Intermarché, que é propriedade da Câmara Municipal como sabem.-----

-----A Academia Aga Khan, é na realidade uma instituição, é uma escola internacional de grande prestígio. -----

-----Ainda bem, que a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, perdão, do Grupo Político Evoluir, Bloco de Esquerda, Livre e Volt, que falou naquelas preocupações de sua Alteza, o Príncipe Aga Khan, relativamente às questões climáticas e ao problema da sustentabilidade etc., porque eu não tenho qualquer dúvida, que aquilo que se propõe em fazer... e neste momento, a Câmara não pode mostrar mais porque não há desenhos, não há um projeto, podia haver, mas não há. Há a intenção de fazer ali a Academia Aga Khan.-----

-----Compraram os primeiros terrenos, vinte e tal hectares, se querem saber como é que os compraram, façam o favor de lhes perguntar, porque eu nunca perguntei. Disseram-me em um determinado momento, que eram proprietários daquele terreno. E questionaram, se a Câmara Municipal via com bons olhos (não há mais transparência do que esta) que a Academia se instalasse, e se a Câmara tinha terrenos para lhes ceder, vejam bem, porque na maior parte do país,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cedem-lhes os terrenos. Só que uma coisa é um terreno no interior, possivelmente em Mértola, ou Odemira, que é o maior Concelho deste país, teriam terreno para oferecer à Academia Aga Khan. Mas eles não querem ir para lá, eles querem ficar aqui. Portanto, aquilo que lhes foi transmitido é que, da parte da Câmara Municipal, víamos com bons olhos a instalação da Academia Aga Khan em Oeiras. Não tenho qualquer dúvida (justamente pelo histórico da organização) que nós aprovamos este parecer, relativamente ao interesse público municipal e que o Governo irá aprovar o interesse público nacional também. -----

----- Porque, na realidade o que estamos a falar também, é de um projeto de interesse nacional, mas que começa no Município. -----

----- Não tenho qualquer dúvida, que a metodologia que vai ser usada, as técnicas de construção, as boas práticas do ponto de vista ambiental, elas irão estar todas presentes ali, será uma referência, não só nacional, mas uma referência internacional, porque é assim que eles trabalham. -----

----- Eu acho que só temos que estar satisfeitos e congratular-nos com o facto de podermos vir a ter aqui um investimento extraordinário. Porque não é uma escola internacional qualquer, é uma escola internacional que tem preocupações de natureza social muito profundas, e que vai acolher muitas crianças, muitos jovens portugueses, que provavelmente nunca teriam a possibilidade de ascender naquelas condições, e que vão ter bolsas gratuitas, de acordo com o mérito. Crianças, jovens estudantes que têm mérito, eles não vão pagar propinas, vão ser recebidos. Estamos a falar de um projeto extraordinário. Eu não sei qual é...provavelmente estarão a assistir a esta discussão. Não sei se há aqui alguém? Não me parece. Mas é natural que estejam a assistir. E possivelmente aquilo que se questionarão, é realmente em que mundo é que nós estamos? Porque na realidade, trata-se de um projeto que seria disputado (não tenham dúvidas) por todos os Municípios deste país, pelos Municípios em Espanha, mas, enfim, como sabem há razões históricas de ligação do Príncipe Aga Khan a Portugal, e é natural, que quisessem fazer um

investimento aqui em Portugal. De maneira que ele é disputado, esta Academia seria disputada por qualquer país da Europa. Ora bem, vai nascer aqui, acho que é fundamental, congratulemo-nos com isso. -- -----

-----Portanto, vir com o argumento, de que: “Não é muito interessante, mas ali não.” Onde quer que seja...até porque normalmente, a técnica deles, não estamos a falar de edifícios sólidos, compactos, estamos a falar de edifícios que têm uma dispersão significativa, com muitos campos de jogos, muitos espaços verdes, tem essa exigência de muita qualidade. É um Campus Educativo, que naturalmente, tem essa filosofia da sustentabilidade, precisamente. Seja onde for, a ser no Concelho de Oeiras, só pode ser em zona de Reserva Agrícola Nacional, porque não há em mais lado nenhum, terreno que comporte aquele investimento. Pois, até para fazermos o pavilhão desportivo de Barcarena, como digo, um hectare, nós vamos ter que entrar na Reserva Agrícola. Claro que vamos desafetá-la, vamos solicitar ao Governo a desafetação dessa...O que é que é mais importante, manter ali um hectare de Reserva Agrícola ou satisfazer a necessidade de pessoas, de cidadãos deste Concelho? De jovens que têm o direito ao desporto (também é um direito constitucional), mas que por via da inexistência dos equipamentos adequados, não têm. -----

----- Senhores Deputados, sobre esta matéria, eu queria vos dizer que, considero.... Reparem, o Taguspark quando nasceu, também foi em Reserva Agrícola Nacional, teve de ser desafetada e porquê? Porque também era uma quantidade de hectares e obviamente, que não há terreno urbano, não havia terreno urbanizável, suscetível de acolher um equipamento daqueles.--

-----Bom, a Academia Aga Khan ou Fundação Aga Khan, comprou dez por cento do Taguspark...”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:---

-----“...ou doze.... Sim, mas não comprou à Câmara, quer dizer, comprou à Caixa Geral



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de Depósitos, vamos lá ver se a gente se entende. Como uma outra senhora chinesa, a Senhora Ming, também comprou dez ou doze por cento, ou foi à Caixa Geral de Depósitos ou foi a um banco (acho que foi a um banco), não foi à Câmara. A Câmara não vende as suas quotas no Taguspark. -----

----- A Câmara é a maior acionista do Taguspark, e o acordo parassocial estabelecido, indica mesmo que não pode haver nenhum acionista com mais ações do que a Câmara Municipal. Se houver algum acionista que compre ações que o posicione à frente da Câmara, a Câmara tem que comprar ações também para ficar à frente, não sei se estão a ver. -----

----- O haver esses acionistas, que fizeram aquisições no Taguspark, só significa uma coisa, quando alguns diziam que o Taguspark estava decadente, etc., que acreditaram. E o Taguspark hoje é, de facto...muito dos Senhores Deputados possivelmente, não vão lá há muito tempo, vão lá para verem o que é um exemplo de gestão, quer do território, quer das empresas que ali estão e com uma taxa de ocupação que anda na ordem dos noventa por cento. -----

----- Portanto, acho que esta é uma excelente aquisição para o nosso Concelho, é uma excelente aquisição para a Área Metropolitana de Lisboa e é uma excelente aquisição para o nosso país.” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Eu prometo ser muito rápida. -----

----- Senhor Presidente, eu estive a ouvi-lo atentamente e das suas palavras, principalmente o introito da sua intervenção, percebi que tentou justificar aqui, até com casos de Concelhos vizinhos, a construção de alguns edifícios, as escolas (como foi o exemplo da Nova) em Reserva Agrícola Nacional. Quando esta proposta chegou aos Deputados Municipais, a questão que se colocou era, de facto, haver dúvidas relativamente ao projeto que vai ser implementado neste espaço. E dentro da área que há disponível, há uma parte de RAN e de REN. -----

----- Pareceu-me na sua intervenção, que era um dado adquirido pelo Município que de

facto, vai haver construção, pelo menos em Reserva Agrícola Nacional, no que diz respeito a esta Academia. E gostaria de perceber, Senhor Presidente, se eventualmente, houve alguma troca de palavras com os responsáveis da Aga Khan e se efetivamente o Senhor já parte do princípio de que isto é um dado adquirido.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, eu não tentei justificar rigorosamente nada aqui. Eu tentei com toda a transparência, dizer-lhes qual é a situação, ou queremos a Academia cá, ou não queremos.

-----Para se construir um equipamento desta natureza, tem que ser forçosamente em Reserva Agrícola Nacional, porque não há terreno urbano, o Município não tem terreno urbano.-

-----Reparem, se nós temos que adquirir, se nós temos que desafetar, Reserva Agrícola para fazer um pavilhão desportivo (é isso que tem estado aqui a ser discutido), obviamente que, neste caso, só desafetando Reserva Agrícola é que é possível fazê-lo. Porque não há...desculpem lá, deixem-me acabar... Então pronto, estamos esclarecidos.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Meus Senhores, vamos passar à votação da Proposta...Meus Senhores, vamos fazer silêncio.” -- -----

#### **4.7.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Salvador António Martins Bastos Costeira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Joaquim dos Reis Marques e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias( Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo ( Dinis Penela Antunes), e com sete votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Os Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé e Alexis Godinho Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 50/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 278/2023 – DOT – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A INSTALAÇÃO DA ACADEMIA AGA KHAN LISBOA, NO CONCELHO DE OEIRAS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e setenta e oito barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número cinquenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em cinco de abril, e deliberou por maioria, com vinte

e cinco votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com sete votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, declarar o relevante interesse público municipal da instalação no território do Município de Oeiras da Academia Aga Khan, na localização pretendida pelo Imamat Ismaili, como suporte do contexto de exceção que enquadre a subsequente elaboração de um Plano de Pormenor, com efeitos registrais, e, atendendo às especificidades da reclassificação do solo necessárias para assegurar o adequado enquadramento Urbanístico da instalação da Academia Aga Khan e das infraestruturas e funcionalidades complementares, adequadas para a respetiva integração urbana, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Não é para uma Declaração de Voto, é apenas para anunciar, Senhora Presidente, esperando não ferir suscetibilidades...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não, não. Não há...” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“É para anunciar a entrega de uma Declaração de Voto, por escrito, esperando não ferir suscetibilidades democráticas, nem do Senhor Presidente, nem do Senhor Deputado António



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vicente (IN-OV), que eles estão muito frágeis. E que levam até à citação de antigos...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Não, desculpe. Não há Declaração de Voto.... Quer fazê-la ou chegar à Mesa?” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “...ministros da propaganda nazi. Entregaremos uma Declaração de Voto por escrito.”

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

**4.7.1.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto** por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Para o Grupo Político Evoluir Oeiras não está em causa o mérito do Projeto Aga Khan de criação da Academia Aga Khan Lisboa em Oeiras. Da mesma forma consideramos a Fundação Aga Khan uma entidade merecedora de reconhecimento pelo importante trabalho que desenvolve para a melhoria das condições de vida de inúmeras comunidades por todo o mundo, com mérito e qualidade na sua missão que é sobejamente conhecida. O papel que Sua Alteza Aga Khan desempenha para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda dois mil e trinta é certamente algo de que se podem orgulhar. O Grupo Político Evoluir Oeiras viu-se forçado a votar contra a proposta de Declaração de Interesse Público Municipal para a instalação da Academia Aga Khan Lisboa, no Concelho de Oeiras por dois motivos: um) Não consideramos possível declarar o interesse público municipal a um projeto que em larga medida se desconhece, dado que tivemos acesso a escassos elementos e dois) Por neste processo estar em causa alteração da classificação de solos e a desafetação da zona Reserva Agrícola Nacional (vinte e quatro hectares) e a atualização da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (trinta e um hectares) para usos que temos indícios de ter componente especulativa. O projeto contraria ainda o Plano Diretor Municipal e os Planos Regionais de Ordenamento do Território da Área

Metropolitana de Lisboa.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Meus Senhores, acabou...”-----

**4.7.1.2. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

-----“Dizer que reconhecemos o interesse neste projeto, mas se a contrapartida é a utilização de terrenos RAN e REN não concordamos e daí votarmos contra.”-----

**4.7.1.3. O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD)** fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

-----A bancada do... quando eu puder agradeço.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“A bancada do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Oeiras quer reiterar, no seguimento da intervenção sobre a declaração de interesse público para instalação da Academia Aga Khan Lisboa, que vemos com bons olhos os investimentos no nosso Concelho e com muito agrado, que possamos receber uma Academia para acolher jovens, que procuram desenvolver os seus conhecimentos e receber uma educação nos termos expostos.-----

-----Contudo, deixamos uma salvaguarda no que respeita às características do terreno escolhido e às áreas que não devem ser construídas, mas sim protegidas.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Vamos passar ao ponto seguinte. E eu, desde já vos aviso que existem quatro municipais inscritos para usar da palavra. Por isso agradeço, que a seguir a este ponto que é o último ponto da Ordem de Trabalhos, não se ausentem da sala, porque, temos obrigação de ouvir o que estes municipais nos têm para dizer.”-----

**4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 293/2023 – DE – relativa à aprovação da**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

**composição do Conselho Municipal de Educação de Oeiras (CMEO) – mandato 2021/2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)**-----

----- O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu gostaria de usar da palavra pelo seguinte: cabe a esta Casa apreciar e votar a composição do Conselho Municipal da Educação, proposto para o mandato dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e cinco, e vou repetir, dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e cinco. Ora, não compreendo como é que este Executivo age com a naturalidade, ao falhar estes dois anos de eleição deste Conselho, e ainda assim dirigir uma proposta de lista sem colocar em anexo uma justificação para tal ter acontecido. -----

----- Por isso, pedia ao Senhor Vice-Presidente (o Senhor Presidente já está ausente), ou ao Senhor Vereador da Educação, para nos esclarecer o porquê de só estarmos em dois mil e vinte e três, a votar esta lista. Acho que seria bastante pertinente para esta Casa.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, se me permitir vou passar a palavra aqui ao Senhor Vereador Pedro Patacho, da educação, para poder dizer no microfone da Assembleia Municipal, o que os Senhores Deputados já sabem.”-----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quero vos cumprimentar a todos. Dizer que é uma alegria enorme estar aqui convosco, a esta hora. Podíamos continuar, e podemos até à meia-noite, será sempre um prazer estarmos aqui juntos a debater estas questões tão importantes para o nosso Concelho. -----

----- Evidentemente que há uma justificação, de resto se o Senhor Vereador da extinta Coligação Evoluir Oeiras, no Executivo Municipal tivesse, por exemplo, colocado a mesma questão, teria sido dada a resposta e a justificação. Mas como não houve questões, o assunto não se colocou quando foi votado na Reunião do Executivo, pensei que era razoavelmente pacífico.

Evidentemente que há uma justificação. -----

-----No mandato anterior foi desenvolvido no Conselho Municipal de Educação, um longo processo de discussão e debate da proposta da nova Carta Educativa para o Concelho de Oeiras. As eleições foram em outubro de dois mil e vinte e um...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:

-----“... Sim, mas a tomada de posse foi depois em outubro. -----

-----Foi nosso entendimento na altura, porque estávamos na reta, praticamente no final desse processo, que devíamos permitir criar as condições para que aquele Conselho Municipal de Educação, que durante aquele mandato se envolveu neste processo, pudesse concluir o processo. Ora, isto foi fechado em maio de dois mil e vinte e dois, creio. Foi a última reunião do Conselho Municipal de Educação, para discussão e debate da última versão dos documentos que compõem a proposta de Carta Educativa.-----

-----Nessa altura, a Câmara Municipal...deixe-se lá de teatro homem, ouça lá o que eu lhe estou a dizer, está para aí a fazer coisas com os dedos. Deixe-se de teatro, olhe para mim que eu estou a falar para si. Estou a dar justificação ao que perguntou. Fez uma pergunta, eu estou a dar-lhe uma resposta com alegria, com vontade, com entusiasmo e você está para aí a fazer teatro. ---

-----É bom que os munícipes que estão em casa, saibam o desrespeito com que os Senhores tratam a Instituição à qual pertencem e o trabalho que estamos aqui a fazer. Não estamos a brincar, estamos a falar de coisas sérias. -----

-----Depois em maio, a Câmara Municipal propôs aos Senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas, que iniciássemos o processo de eleição dos representantes dos professores, do pessoal não docente, de todos os que têm que estar representados no Conselho Municipal de Educação e que iniciássemos o processo. Na altura debatemos isso numa das nossas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Reuniões Ordinárias mensais, com os Senhores Diretores de Agrupamento, que acharam que não era conveniente iniciarmos esse processo na altura, estávamos a entrar na época de exames, e, portanto, não era o momento mais adequado para desenvolver esse processo nas escolas. Então resolvemos aguardar para o início do ano letivo seguinte. Portanto, já estamos em setembro de dois mil e vinte e dois e o processo iniciou-se aí. Demorou o seu tempo, porque estes processos...é muita gente e os processos eletivos demoram tempo. Depois tivemos que aguardar ainda pelas eleições dos Dirigentes das Associações de Estudantes, que só ficaram todos eleitos, salvo erro, em novembro ou dezembro de dois mil e vinte e dois. Só no início de dois mil e vinte e três, é que ficámos finalmente em condições de ter todas as designações e de avançar com o procedimento formal, que agora termina aqui na Assembleia. Municipal. -----

----- Foi esta a razão da demora, apenas e só por isso. Porque senão, logo em maio, tínhamos desencadeado o processo, assim que foi a última discussão que aprovou a proposta da Carta Educativa para o Concelho de Oeiras. Demorou todo este tempo por causa disso.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Vereador, muito obrigada...” -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Patacho** continuou dizendo o seguinte:-----

----- “Não prejudicou...Senhora Presidente, deixe-me só dizer o seguinte: Eu tive a oportunidade depois, de ler uma Declaração de Voto, do Senhor Vereador da Mata, a propósito do assunto, que é equívoca. Diz na Declaração de Voto “que toda esta demora, impediu que o Conselho Municipal de Educação, discutisse a Carta Educativa”, é falso, aliás, a demora foi precisamente provocada, porque se queria que aquele Conselho, com aquela composição, terminasse esse processo e discutisse tudo o que havia a discutir.” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Eu queria agradecer, com toda a simpatia, e toda a alegria e toda a bonomia, ao Senhor Vereador a resposta. Dizer-lhe que eu consigo estar a fazer contas, a olhar para um lado e ouvir a

sua resposta na mesma, que o Senhor Vereador não precisa de se irritar, que não há razão nenhuma para irritação aqui...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----“... Irritou-se, irritou-se. Agradeço-lhe mais uma vez a resposta e queria dizer que eu sou capaz de fazer essas três coisas ao mesmo tempo. Que é pena, que mesmo perante a explicação que deu, que não seja possível instalar um Conselho Municipal de Educação, no início do seu mandato. Mesmo que não fosse possível, é pena realmente, que o Conselho Municipal de Educação, que tem o seu mandato de dois mil e vinte e um até dois mil e vinte e cinco, que são quatro anos e que só entre em funções em dois mil e vinte e três.-----

-----Posto isto, e pese embora não ter percebido o que é que motivou a irritação do Senhor Vereador, eu às vezes faço contas, aqui, quer dizer, não percebo, enfim. Acho que não vale a pena prolongar muito este assunto. Mas queria agradecer-lhe a simpatia com que me deu a resposta.” -

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Se os Senhores não virem nada contra a Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV) queria usar da palavra. Não tem problema?-----

-----**A Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Enquanto Deputada do IN-OV, e também para ajudar a esclarecer aquilo que julgo que já está esclarecido para todos, menos para o Senhor Deputado Tomás (EO). Pode parecer complexo e algo difícil de aceitar, que se demore todos estes meses, mas como o Senhor Vereador disse, e bem, a equipa que acompanhou todo o processo no mandato anterior, não deixou, nem de continuar a trabalhar e de garantir que a Carta Educativa e tudo o que era necessário à volta da mesma, ser aprovado (como aconteceu), junto com os obstáculos que pelo caminho foram surgindo. -- -----

-----Recordar que nas onze organizações, agrupamentos de escolas e escola não agrupada,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

os seus Diretores, são membros de direito no Conselho Municipal de Educação e por coincidência, também os mandatos de alguns, terminaram no final do ano letivo vinte e um/vinte e dois e no arranque da preparação do ano letivo seguinte, com passagem de testemunho para novos Diretores e Diretoras, não era viável...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito** -----

----- **A Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV)** disse o seguinte: -----

----- “.... Desculpe.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu estava a chamar à atenção, precisamente para esse facto...Deixe estar.” -----

----- **A Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Obrigada pela sua interrupção. Peço desculpa por ter estado a usar o tempo do Evoluir. E agora sim (porque são duas coisas aqui em simultâneo)...Mas para concluir rapidamente, dizer que os novos Diretores e novas Diretoras que iniciaram os seus mandatos, tiveram também o seu tempo de por um lado, ter as suas novas tarefas, nomeadamente de lançar um novo ano letivo e de pôr o ano a funcionar e em simultâneo, não se desligarem deste trabalho e envolverem-se no mesmo, ao mesmo tempo também, as Associações de Estudantes, o que não permitiu que fosse antes. Mas repetindo o que já foi dito, nada deixou de ser acautelado e de estar a ser acompanhado e no terreno a ser trabalhado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Bem, antes de mais, eu deveria ter dito isto no início da Sessão, pedi à Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV), que ajudasse a secretariar a Mesa, porque o nosso colega Nuno Custódio (IN-OV) pediu suspensão para estas duas sessões. Por isso na próxima sessão, se não virem inconveniente, eu pedirei novamente à nossa colega Isabel Lourenço (IN-OV), para secretariar a Mesa.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito telegraficamente, para agradecer a resposta, ainda mais simpática da Senhora Deputada. Nós já tínhamos compreendido, a questão não é assim tão complexa, mas queria transmitir que absorvemos muito melhor, quando a explicação é dada de uma forma tão calma e serena, como a Senhora Deputada nos deu.-----

-----Portanto, eu agradecia-lhe encarecidamente a sua resposta, e estou certo que o público também ficou muito bem esclarecido com a sua explicação, Senhora Deputada.”-----

#### **4.8.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes com vinte e sete votos a favor, sendo dez do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Joaquim dos Reis Marques e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Inovar Carnaxide e Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Salvador António Martins Bastos Costeira e Alexis Godinho Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 51/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 293/2023 – DE – APROVAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OEIRAS (CMEO) – MANDATO 2021/2025** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e noventa e três barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número setenta e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em cinco de abril, e deliberou por unanimidade dos presentes, com vinte e sete votos a favor, sendo dez do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a constituição do Conselho Municipal de Educação de Oeiras – mandato dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município,

traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

## **5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

**5.1. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

-----“Chegámos ao fim da nossa Ordem de Trabalhos, temos quatro pessoas, quatro munícipes inscritos para usarem da palavra.-----

-----Em primeiro lugar, a senhora munícipe Maria Lisete Vasconcelos Costa. Esta senhora vem-nos falar sobre a zona de Algés.-----

-----Muito obrigada. Faça favor.”-----

**5.2. A Senhora Maria Lisete Vasconcelos Costa, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Sobre questões de Algés. Exatamente. Obrigada também.-----

-----Cumprimento a Senhora Presidente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, os Senhores Deputados, os funcionários de apoio que são excecionais e os cidadãos presentes e online.-----

-----Gostaria de colocar algumas questões relativas a Algés. Vou começar geograficamente, pela zona da estação.-----

-----Gostávamos de saber, gostávamos da informação do Senhor Presidente no sentido de saber como é que vai ser resolvida a obra ali. Neste momento já há contentores, estamos cheios de dificuldades com a obtenção de bilhetes, porque há um “quiosquezinho” que vende bilhetes, mas fecha à hora do almoço (e depois também fechou uns dias) e não sabemos se os contentores são para venda de bilhetes e são... pronto, aquilo parece um estaleiro, não percebo. Portanto, gostava de saber e especialmente que obra é que se vai fazer. Não deve ser túnel, deve ser outro tipo de obra.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Subindo mais um pouco.... Desculpem, eu sou, além do nome – Maria Lisete Parente Madureira Vasconcelos Costa –, vivo em Algés há quarenta anos, na Rua Ernesto da Silva e gosto muito de intervir como cidadã. A seguir, temos a zona do mercado, que fica mesmo na minha rua. Muito satisfeita fiquei e as pessoas também, com a reabertura, com esta atividade agora dos queijos, é interessante, mas há uma desilusão muito grande. Queria começar por uma pergunta: o Mercado de Algés ainda é municipal? Agora justifico a pergunta: é que há uma discricionariedade nas esplanadas, que é aterradora. O Senhor Presidente da Junta, João Antunes, em tempos idos, antes das cheias, conseguiu, ao lado da esplanada que já existe com vidros, eles punham a esplanada a tapar a rua toda fechada, alguns metros. Mas são duas esplanadas juntas. E agora, sabem quantas são? Sete. Estão sete a tapar a entrada principal do mercado, não se pode aceder pela entrada principal, tem que se ir dos dois lados e num total, estava tão revoltada que tive que contar as cadeiras. São duzentas e vinte e cinco mesas, sete esplanadas, de três (uma, duas, três) passou para sete. Duzentas e vinte e cinco mesas para duas pessoas, o que faz um total de quatrocentos e cinquenta a quinhentos lugares. É um exagero. Ainda por cima em diferentes níveis e com um espaço muito pequenino do passeio, que não dá para passar um carrinho de bebé, uma pessoa com mobilidade difícil, etc. É arrepiante. Portanto, como é que é? É municipal o mercado? Há discricionariedade total da empresa? Desculpem, mas um dado agora desta manhã: quando eu saí de Algés, tive que fazer um labirinto, porque agora estão a pôr andaimes junto à esplanada, portanto não há passagem de peões ali (pelo menos de manhã não havia), para obras no prédio da empresa. Acho que é aquele, nunca tem anotações, mas acho que é aquele. Esta é a questão do mercado, gostava muito dessas respostas e gostávamos em Algés. -----

----- Depois, subindo ainda, o Centro de Saúde. Como é que vai ser? Agora já nem sequer há transportes. Também não era preciso táxis, mas pelo menos um Combús especial para ir para o Restelo. E como é que vai ser resolvido? Além daquela água toda em baixo, está todo cheio, vêm agora umas fotografias, todas cheias de bolor. Como é que vai ser resolvido o problema do Centro

de Saúde? - -----

-----Outra questão rápida: o parque de estacionamento, quase na Avenida dos Bombeiros Voluntários. Realmente é bom ter estacionamento, o problema do estacionamento em Algés é terrível. Tem-se agravado de uma maneira terrível, porque não há outras soluções. O que se passa, é que nós não sabemos em que contexto é que apareceu aquele parque agora. Como é que vai ser para ali? --- -----

-----Nós há muito tempo que gostávamos de ser ouvidos, por exemplo até sugiro uma Assembleia Municipal descentralizada. Primeiro, sugeria aos deputados a visita a Algés. Ainda há uma outra coisa rápida, que vou dizer também. Mas... e somos pessoas responsáveis. Houve um grupo de pessoas que em dois mil e dezanove, organizou um fórum “Pensar Algés”, que foi boicotado pela Câmara. O Senhor Presidente não aceitou o convite para estar presente, nem enviou ninguém. “Pensar Algés”, pense connosco. Acho que foi um fórum com duzentas pessoas, extraordinário, de competência, de traços para o futuro e tivemos essa desilusão. -----

-----O apelo final vai subindo mais. Mas eu estou tão arrepiada em relação a esse assunto, a essa aberração, que eu não consigo falar sobre isso, que é o Parque dos Cisnes. O último passeio que eu dei a pé (até estou a tremer, não sei porquê, mas realmente é uma coisa horrível) .... Além daquela aberração das gruas e daquilo tudo, que tem uma dimensão horrível, ao pé do leito de cheia, agora a água dos esgotos e a água normal saem por ali e é um cheiro nauseabundo. Mas isso é um problema muito complicado, mas por amor de Deus, senhores deputados, vão ver a situação que está neste momento. -----

-----Pronto, eu deixava... Este apelo final inclui duas coisas, que é realmente uma muito importante que andamos a pedir há muito tempo, que é um auditório em Algés. Há pessoas com ideias construtivas, há competências... porque é que se constroem tantos auditórios, ainda mais um recente agora e Algés a pedir há tanto tempo, e não há um auditório em Algés? -----

-----Agradeço e agradecia realmente algumas respostas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Obrigada pela sua intervenção.-----

----- Temos a seguir o Senhor Pedro Marco Garcia da Fonseca. Faça favor.-----

----- Não sei se sabe, mas o Senhor tem cinco minutos para fazer a sua intervenção.”-----

**5.3. O Senhor Pedro Marco Garcia da Fonseca, munícipe de Oeiras, interveio e disse o seguinte: --**-----

----- “Muito boa noite. Boa noite a todos.-----

----- Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Deputados Municipais.-----

----- Pedro Fonseca, residente em Miraflores, venho hoje aqui na qualidade de porta voz dos moradores de Miraflores. Sou arquiteto, especializado em urbanismo e antigo docente universitário de arquitetura.-----

----- Estou certo de que o que venho expor ao Senhor Presidente da Câmara, terá da parte desta autarquia uma análise exemplar, uma vez que se tratam de irregularidades que, de alguma forma, parecem estar a escapar aos serviços da câmara e polícia municipal.-----

----- Aquilo que venho expor não são as irregularidades do loteamento do Parque dos Cisnes, que deixarei para uma próxima oportunidade, mas sim, várias ilegalidades nos edifícios que se encontram a ser construídos.-----

----- Nestes novos edifícios aprovados por Vossa Excelência contabilizei mais de cem ilegalidades, das quais destaco três eixos fundamentais que peço a máxima atenção de Vossa Excelência:-----

----- Primeiro. O cumprimento do Decreto Regulamentar número cinco de dois mil e dezanove e dos regulamentos municipais do PDM de Oeiras:-----

-----Define este decreto que:-----

-----"A área de construção do edifício é o somatório das áreas de todos os pisos (...) medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores e inclui (...) os espaços exteriores cobertos (alpendres, telheiros, varandas e terraços cobertos)."

-----Ora, nos processos cento e setenta e nove de dois mil e dezanove, duzentos e setenta e seis de dois mil e vinte, duzentos e noventa e três de dois mil e vinte e um, entre outros, verifica-se que as áreas de construção destes licenciamentos são consideravelmente superiores ao quadro sinóptico do Loteamento.

-----Como exemplo, analisemos os lotes dezassete e dezoito, onde foram aprovados em loteamento dezassete mil quatrocentos e sete metros quadrados de área de construção acima do solo. Porém, no licenciamento dos edifícios para estes mesmos lotes, foram aprovados vinte e um mil cento e setenta e oito metros quadrados, ou seja, três mil setecentos e setenta e um metros quadrados a mais. O que equivale a cinquenta apartamentos TDois a mais neste mesmo edifício.

-----Mas não é o caso único, os restantes edifícios foram licenciados com uma área superior, tratando-se desta forma de um ilícito urbanístico grave.

-----Segundo. Cumprimento do RGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas: ---

-----Refere o artigo cinquenta e nove deste Decreto-Lei que:-----

-----"A altura de qualquer edificação será fixada de forma que em todos os planos verticais perpendiculares à fachada nenhum dos seus elementos (...) ultrapasse o limite definido pela linha reta a quarenta e cinco graus.

-----Ora, nos processos em curso, a Autarquia de Oeiras licenciou zonas habitáveis nas empenas dos edifícios, violou o RGEU, não apenas pelo incumprimento do afastamento admissível, mas também pelos princípios éticos da privacidade, da salubridade e da qualidade de vida dos futuros moradores.

-----O afastamento que deveria ser de cerca de cinquenta metros de distância, está a ser na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

realidade de pouco mais do que quinze metros e nestas condições estão pelo menos cento e vinte e seis apartamentos. É caso para afirmar que, no Parque dos Cisnes, se está a vender gato por lebre!

----- Terceiro. O número de pisos destes edifícios são superiores ao aprovado em Loteamento:-----

----- Ora, nos vários processos destes edifícios, existem pisos a mais, com apartamentos, piscinas e ginásios não aprovados e que aumentam a cércea, a altura da fachada prevista no plano de loteamento.-----

----- Em conclusão, estes edifícios do Parque dos Cisnes não estão a cumprir a legislação nacional e municipal.-----

----- Assim, solicito ao Senhor Presidente da Câmara que determine a realização dos competentes procedimentos destinados a averiguar a ilegalidade dos atos praticados por este executivo camarário e que tome as ações necessárias para que tais atos sejam declarados nulos ou anulados.--

----- Caso a investigação de Vossa Excelência revele a existência de indícios da prática de ilícitos criminais, peço o favor de Vossa Excelência acionar os respetivos procedimentos disciplinares contra os autores destes atos a fim de que os mesmos sejam devidamente responsabilizados.-----

----- Relativamente aos promotores e futuros proprietários, deve a autarquia informar de imediato de que os mesmos não estão de acordo com os termos da lei, pelo que devem ser anulados e corrigidos.-----

----- Coloco-me à inteira disposição para esclarecimentos adicionais.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a seguir, o Senhor António Vitorino Lopes Rego.-----

----- Muito boa noite.-----

-----O Senhor tem cinco minutos para fazer a sua intervenção.” -----

**5.4. O Senhor António Vitorino Lopes Rego, município de Oeiras, disse o seguinte: -----**

-----“Muito boa tarde. Muito obrigado. Sim senhor. Sei que tenho cinco minutos. Vou tentar dizer tudo em cinco minutos.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Tem de ser. Não posso dar mais tempo.”-----

-----O **Senhor António Vitorino Lopes Rego, município de Oeiras, disse o seguinte: ---**

-----“Podia dar-me mais dois “minutozitos”.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Não posso dar mais tempo.”-----

-----O **Senhor António Vitorino Lopes Rego, município de Oeiras, prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----**

-----“O Senhor Presidente esteve dois minutos a falar sobre como se fazia feijão à transmontana, eu tenho de fazer em cinco minutos.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** fez o seguinte esclarecimento:-----

-----“As normas que nós temos é que cada município tem cinco minutos para usar da palavra.”-----

-----O **Senhor António Vitorino Lopes Rego, município de Oeiras, prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----**

-----“O feijão é mais importante.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Se o Senhor quiser aceitar e fazer a sua intervenção, faça favor.”-----

-----O **Senhor António Vitorino Lopes Rego, município de Oeiras, prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----**

-----“Ora, hoje vinha cá um pouco na continuação daquilo que se disse na reunião número



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quatro, do ano vinte e dois, sobre o Quintalão. -----

----- Na altura, referi que aquelas hortas que foram feitas e também o paredão, foi um milhão de euros praticamente deitados à rua e vou confirmar essa afirmação que eu fiz. Aliás, foi afirmado pelos próprios acontecimentos das cheias em Algés, que o paredão não fez absolutamente nada. Antes pelo contrário, provocou maior velocidade, maior energia cinética nas correntes de inundação, que tiveram um poder destruidor maior. -----

----- Relativamente às hortas, queria dizer ao Senhor Presidente, queria-lhe mostrar, julgo que o Senhor Presidente devia saber, mas pode estar esquecido. Não sei se posso ir ter com o Senhor Presidente para lhe mostrar isto, mas posso mostrar à Assembleia. Isto... não sei se podem focar aqui estas duas fotografias. A fotografia que tenho aqui era o que existia antes da obra. Esta. Esta é a fotografia que existia antes da obra. Esta é a fotografia da obra. Nesta fotografia, é evidente que toda esta área que aqui se apresenta, que era uma horta que já existia, que segundo o Senhor Presidente estava abandonada há muitos anos. Estava abandonada... não estava abandonada, o Senhor Presidente tem que retificar um conceito. Uma horta, um campo, pode não estar arável, pode não estar manuseado, mas a natureza nunca o abandona. Uma área destas, com árvores, com uma diversidade botânica enorme, a biologia não para, não abandona. O segundo o princípio da termodinâmica é incontrolável, não para. Nós estamos permanentemente em mutação biológica. Permanentemente. O que acontece, é que nesta horta que existia, o Senhor Presidente retirou a terra toda que estava lá, foram escavadoras tirar a terra (uma terra riquíssima), foi posta outra e depois impermeabilizou todo este terreno. Todo não, para ser mais correto, oitenta por cento do terreno. Ao impermeabilizar, é evidente que numa situação de cheia, a água que cai aqui, isto que devia funcionar como inércia, como um tanque de inércia aos caudais de cheia, não funcionou e descarregou diretamente na ribeira. É fácil de compreender isto. Claro que depois houve, como disse, houve a ajuda de todas as construções que estão a fazer a montante da ribeira, que também ajudam à impermeabilização de toda aquela área, assim como também a encosta que dá para Linda-

a-Velha, que era a Pedreira dos Húngaros.-----

-----Também tenho.... Outra fotografia que quero mostrar, é a obra que o Senhor Presidente diz que era para regularizar a ribeira (é esta que está aqui). É fácil de verificar que foi um dos motivos para o poder destruidor das inundações e da ribeira, ser maior. É evidente que enquanto antigamente este terreno era em declive e era terra, ao pôr este paredão (onde gastou novecentos mil euros), foi prejudicar o normal fluir da ribeira. O normal, que era anormal na altura das cheias. Aliás, está ali a marca do sítio onde chegou a água, que chegou ali. Se isto não existisse, é evidente que não ia tão alto, porque ia para a zona de terra, ia para a zona arável. -----

-----Depois, no que diz respeito a toda aquela construção da Pedreira dos Húngaros, devo lembrar que a Quinta de Santo António, o Parque de Santo António, está ali há um cento de anos ou mais, não sei há quanto tempo é que está aquilo ali, mas é uma quinta que está há centenas de anos. Nunca houve desmoronamento de terras ali. Nunca. Foi preciso fazerem aquelas construções todas, para haver desmoronamento de terras no Parque de Santo António. Estão aqui as fotografias do desmoronamento, com um grande perigo, porque em cima de uma zona de desmoronamento, está uma creche que está a funcionar nas calmas. Não há ninguém...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“O Senhor já terminou o seu tempo, aliás já ultrapassou num minuto.” -----

-----O **Senhor António Vitorino Lopes Rego, município de Oeiras**, disse o seguinte: ---

-----“Ai sim? Veja bem. Só mais um minuto.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Também estamos a ouvi-lo com muito gosto, mas agradeço que termine.” -----

-----O **Senhor António Vitorino Lopes Rego, município de Oeiras**, terminou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Só para dizer... Só para perguntar, isto é só uma pergunta. Perguntar ao Senhor Presidente se por acaso já houve algum estudo sobre estes desmoronamentos e saber se as crianças



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que aqui estão, estão em segurança. Devo dizer, como já disse noutra Assembleia anterior, antes das cheias, que tudo aquilo que se está a fazer naquela zona, está a convidar a um grande desastre na baixa de Miraflores. A um grande desastre. Há uma creche, há uma escola, se volta a acontecer o que aconteceu em sessenta e sete, com os mesmos índices de pluviosidade e com os mesmos caudais de cheia, vai haver muita morte ali. Eu, se fosse Presidente da Câmara, não dormia descansado, realmente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Esperemos que não.” -----

----- O **Senhor António Vitorino Lopes Rego, município de Oeiras**, disse o seguinte:----

----- “Nossa Senhora de Fátima...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Tem agora a palavra o Senhor Miguel Pinto.”-----

----- O **Senhor António Vitorino Lopes Rego, município de Oeiras**, perguntou o seguinte:

----- “Não sei se quer a fotografia, Senhor Presidente... Não quer?”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, quer as fotografias? Não, é o que o Senhor conhece. As fotografias. Muito obrigada.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito -----

----- O **Senhor António Vitorino Lopes Rego, município de Oeiras**, disse o seguinte:----

----- “Então é mais grave, se conhece é mais grave...” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O **Senhor António Vitorino Lopes Rego, município de Oeiras**, disse o seguinte:----

-----“Não, não vou embora, por amor de Deus. E eu também estou à vossa disposição para dar esclarecimentos técnicos sobre isto.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Vem falar sobre cheias... -----

-----Bem, não preciso de lhe dizer as indicações.”-----

**5.5. O Senhor Miguel Pinto, município de Oeiras**, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Boa tarde a todas e a todos.-----

-----Venho usar da palavra a propósito do centro de saúde de Algés. Baseio a minha intervenção em duas atas da assembleia municipal de Oeiras. A primeira decorreu aqui no dia vinte e um de abril de dois mil e oito, há quase quinze anos. Faz agora esta semana quinze anos. Cito as intervenções de três deputados municipais.-----

-----O primeiro é António Cabral do Partido Socialista que disse o que segue: "Estas inundações vêm evidenciar o alto nível de impermeabilização dos solos, o desvio das linhas de água e a construção em leito de cheias. A construção em leito de cheias é um dos fatores que mais contribui para o efeito de problemas mais graves."-----

-----A segunda é Catarina Antunes da CDU, que afirmou o seguinte: "Em relação a Algés o PCP gostaria de saber para quando está prevista a duplicação do emissor da ribeira de Algés. Trata-se de um problema estrutural de saneamento do vale de Algés."-----

-----A terceira é Alda Lima, do PSD, então presidente da Junta de Freguesia de Algés, a qual disse o seguinte: "Considero indispensável a duplicação da ribeira. Considero inconcebível que a duplicação da ribeira não seja considerada uma prioridade de execução." -----

-----Citarei agora outro orador, a que chamo orador surpresa, que afirmou o seguinte: "Desafio qualquer um a demonstrar que se faz construção em leito de cheias. Pelo que vi estou convencido que se duplicar ou triplicar a ribeira este problema fica resolvido." Fim de citação. --



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Alguém sabe quem é o orador surpresa? Agora poderá subir a parada e quadruplicar, quintuplicar, ou até, sextuplicar a ribeira de Algés.-----

----- A outra reunião, que eu cito, decorreu no mandato de dois mil e nove/dois mil e treze, quando Isaltino Morais ainda era presidente da Câmara.-----

----- Discutiu-se uma proposta do empreiteiro em que este solicitava mais um ano para completar a obra. O problema era o facto de quanto mais se abria o buraco para construir o edifício, mais água aparecia. A Câmara de Oeiras aceitou que a obra demorasse mais um ano. O resultado foi o piso menos três estar sempre cheio de água. Convém lembrar que a Câmara ofereceu o terreno, aprovou o projeto e pagou a obra. Falando com rigor pagaram os mesmos do costume, ou seja, pagaram as cidadãs e os cidadãos.-----

----- A Câmara garantiu que o centro reabriria em abril, mas o edifício continua cheio de humidade. Já se fala que a reabertura acontecerá em julho. O pagamento do táxi aos cidadãos caducou. Na minha opinião a água voltará a aparecer quando chover muito.-----

----- Sou o primeiro subscritor da petição para que a assembleia municipal discuta este problema e outros de Algés e Miraflores. Já recolhemos quinhentas assinaturas, mas vamos atingir as mil. Conheço muito bem a senhora presidente da assembleia municipal (e ela a mim) e tenho a certeza que a senhora tem interesse em cumprir a lei com todo o rigor. Como a senhora também me conhece bem digo-lhe, com toda a frontalidade, apresentaremos queixa às entidades competentes se houver alguma ilegalidade. Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Presidente, o Senhor quer dar algum esclarecimento, resposta a estas intervenções?”-----

**5.6. O Senhor Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “O nosso deputado emérito desta assembleia Municipal e ainda julgo que na

Assembleia de Freguesia de Carnaxide... sim, Algés, União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, etc. -----

-----Ora bem, em primeiro lugar, a Senhora Dona Lisete. Maria Lisete, em relação à estação de Algés. A evolução daquela obra não lhe posso dizer porque houve uma reunião, não tenho neste momento a informação sobre o assunto, porque houve uma reunião hoje de manhã, com as Infraestruturas de Portugal e ainda não me chegou essa informação. Mas amanhã poderemos informá-la de qual é o ponto da situação. -----

-----Relativamente ao Mercado de Algés, se ainda é municipal. É sim senhor. Ainda é municipal e vai continuar a ser. Fiquei um pouco alarmado, quando me diz que as esplanadas estão a ocupar aquilo tudo, etc. Quero dizer que nessas coisas eu não mando, vou ver. Garanto-lhe que irei lá ver e se é assim como diz, naturalmente que será reposta a situação, porque obviamente não podem por a esplanada assim, a incomodar as pessoas. As esplanadas e aquela filosofia de gestão do mercado visam servir os cidadãos e não incomodá-los. Portanto, quero dizer que eu próprio esta semana, irei lá para ver qual é a situação.-----

-----Relativamente ao Centro de Saúde de Algés. Eu já falei nisto mil vezes. Mil vezes. Não me custa nada falar mais uma. O Centro de Saúde de Algés realmente foi atingido pelas cheias na cave, as caves ficaram inundadas. Por acaso podiam não ter ficado se tivesse havido a precaução de colocar a comporta, que aquilo tem lá local para uma comporta. Entraria sempre alguma água, mas não entraria naquela quantidade, mas o certo é que entrou e, portanto, afetou o funcionamento dos serviços. A Câmara Municipal, naturalmente tendo em conta os interesses dos cidadãos, imediatamente providenciou que eles fossem servidos como deve de ser, criando condições para serem transportados para o Centro de Saúde que o ACES de Oeiras e de Lisboa Ocidental entendeu que iria servir. Ainda perguntei porque não era o de Linda-a-Velha por exemplo, o Centro de Saúde de Linda-a-Velha, mas o ACES disse-me que era no Restelo e, portanto, criámos as condições para que os doentes possam ser transportados de táxi para o centro de saúde. Isto enquanto decorrerem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as obras. Por outro lado, não deixa de ser interessante.... É interessante, mas.... É mesmo interessante de facto e é extraordinário para a Câmara Municipal ver esta confiança que os munícipes, como a Senhora Dona Maria Lisete, têm na Câmara Municipal, porque não sei se sabe, aquilo é uma responsabilidade do Governo, não é da Câmara. A Senhora veio bater à porta errada. Na verdade, veio bater à porta errada. Mas fez bem. Fez bem, porque veio bater à porta que resolve o problema. É porque tem confiança nesta Câmara Municipal, senão não vinha cá. Na verdade, o centro de saúde como sabe, é do Governo. O centro de saúde é da responsabilidade do Governo, não é da Câmara. Portanto, dá-se a circunstância que aquele centro de saúde, aliás à semelhança de todos os centros de saúde deste Concelho, com exceção de um, foram todos construídos pela Câmara Municipal e entregues ao Governo, porque caso contrário, não estávamos tão bem servidos em centros de saúde. Ora bem, e o que é que a Câmara Municipal faz perante uma coisa destas? Providenciou o levantamento da situação, dos prejuízos, definiu um programa de concurso, cadernos de encargos, já abriu o concurso e deve estar a ser adjudicado em breve, justamente para resolver o problema rapidamente, para que os utentes possam voltar ao Centro de Saúde de Algés. É assim, mas as coisas não é como a castanhola, não é? São quinhentos mil euros, quatrocentos mil, com IVA é capaz de chegar aos quinhentos mil. Portanto, é uma obra que vai arrancar muito rapidamente. -----

----- Relativamente.... enfim, “gostavam de ser ouvidos”. Eu também gosto de fazer ouvir, eu adoro isso. Eu adoro ser ouvido também. Gosto de ouvir e de ser ouvido. Mas já agora, sempre quero dizer: quando se quer ter presente o Presidente da Câmara Municipal num evento, não se convida com dois ou três dias de antecedência, à espera que ele compareça. Quando querem ter o Presidente da Câmara, articulam com ele. Vão à Câmara Municipal... Já agora tenham paciência, vão à Câmara Municipal, convidam o Presidente da Câmara, expõem-lhe a situação.... É verdade, é assim que se faz. Quando há cordialidade e se quer realmente ter a presença das pessoas, vai-se à Câmara Municipal e convida-se o Presidente da Câmara. Não é mandar assim um folheto

qualquer a dizer: “vai haver e agora venha cá”. Até porque... eu explico. Ainda por cima estão-se a rir, quando deviam era fazer uma introspeção e não rir tanto. Na realidade, o que acontece... Não, as senhoras estavam-se mesmo a rir, Senhor Deputado. Estão no seu direito, como o Senhor pode chorar. Mas já agora eu nunca o interrompi e o Senhor está-me a interromper com os seus trejeitos, como já é habitual. Como calcula, quando se está num raciocínio, quando vemos alguém fazer caretas, nós ficamos perturbados, quebra-se o ritmo do raciocínio. De maneira que deixe lá de fazer caretas. Estava a fazer há bocado.... Hoje está especialista nas caretas. Ora bem, o que acontece então, é que se se quer o Presidente da Câmara, é um mínimo de cordialidade. Vai-se ao gabinete do Presidente da Câmara e diz-se: “Olhe Senhor Presidente, queremos organizar uma conferência sobre esta e aquela matéria, etc. Diga-nos lá um dia que na sua agenda, o Senhor possa estar presente”. É assim que eu estou presente, olhe amanhã de manhã vou abrir uma conferência ali no Forte de São Julião da Barra. Perguntaram-me se eu tinha condições de estar lá nesse dia. Tenho. Agora, organizam quando querem, sobre o tema que querem, convidam quem querem e depois dizem ao Presidente da Câmara: “agora venha cá”. Não é assim que se faz. Portanto, quando quiserem, terei todo o gosto em estar convosco. Todo o gosto em estar convosco em Algés, onde quiserem. Numa conferência, num seminário, naquilo que quiserem, mas por favor, tenham a delicadeza de me convidar e articular o dia comigo, porque a minha agenda não é a vossa. Eu compreendo, porque vocês estão reformadas já, não sei se está a ver, têm uma disponibilidade que eu não tenho e, portanto, se respeitam o meu trabalho, não basta convidar-me. Articulam comigo o dia e tenham a certeza que eu terei todo o gosto em estar convosco. Todo o gosto.-----  
-----Depois: Parque dos Cisnes. “Aberração”. Eu também acho. Também acho. O que é que querem que eu lhes diga mais? Também acho, realmente é uma construção bastante maciça, mas o problema – e mais uma vez estou a repetir – é que na verdade trata-se de um plano aprovado em mil novecentos e sessenta e sete, com reaprovações em setenta e dois. Com a Revolução, o Estado tomou conta daquilo, em setenta e sete ou setenta e oito deixou de ser intervencionado e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

foi entregue aos proprietários. Foi revisto o plano de pormenor que ficou pronto em mil novecentos e oitenta e cinco e aí (nem foi a Câmara, foi o Estado) conseguiram até um milagre, que foi retirar mil fogos no Vale de Algés, porque estavam previstos mais mil fogos. Onde hoje é o parque urbano, estava prevista uma correnteza de casas como a que está na margem esquerda, mas aquilo foi apresentado pela Habitat, na altura, há muitos anos, como “Miraflores Lux”, aquilo era uma coisa de luxo (dizia-se), mas era massificada, portanto, obviamente, que tem uma densidade de construção muito grande, apesar de ter qualidade a construção. Portanto, a Câmara Municipal, dizem: “Bom, podia travar”. Claro que podia, com certeza. Se largar cento e cinquenta milhões, se tivesse largado cento e cinquenta milhões. E eram cento e cinquenta milhões ali, mais cento e cinquenta milhões na Lusalite, mais cem milhões noutro lado... Quer dizer, a Câmara não fazia mais nada, andava aqui cem ou duzentos anos a pagar esses terrenos. Não tratava do lixo, não tratava das escolas, não tratava de nada. É óbvio que a Câmara Municipal... Situações... Obviamente, nós somos uma história e ao longo de décadas, etc., há planeamento que se mantém durante muito tempo e com certeza, erros do passado, perspetivas.... Vejam o caso do automóvel. Quem é que imaginava - fala-se aqui muito no automóvel nestas Assembleias – na altura, antes do Vinte e Cinco de Abril, em setenta e dois, setenta e três, que aqui na Figueirinha ia haver tanto carro? Quem diz na Figueirinha, diz por esse país todo. Mas aqui na Figueirinha, não há um estacionamento enterrado. Depois de oitenta e seis, todos os prédios construídos (a não ser no centro histórico mesmo, que às vezes não é possível), todos os edificios têm estacionamento enterrado. Mas na altura não tinham, porque partia-se do princípio que era uma família, um carro. Mas depois a coisa... Dá-se o Vinte e Cinco de Abril, felizmente as pessoas começaram a adquirir mais poder de compra, começaram a comprar mais carros, hoje há pessoas que têm dois e três carros, mas não têm garagem. Mau planeamento? Não, foi o planeamento que foi possível na época. -----

----- O problema do cheiro. Quero dizer, também moro lá em Miraflores. Também moro lá

em Miraflores e do cheiro ainda não me apercebi. Até vou passear... Quando se fala em esgoto, naqueles edifícios ainda não há esgoto. Vou averiguar, mas vou com frequência lá para o parque urbano passear, e realmente há saída de água, porque com certeza estão a fazer as caves e há um nível freático de água ali, que tem que ser trasfegada, mas esgoto não me apercebi. Ainda não me apercebi do cheiro, mas amanhã já passo lá e vou ver isso. -----

-----Um auditório para Algés faz falta... pois é um problema, os auditórios fazem falta em todo o lado. Olhe, na próxima semana vamos inaugurar um auditório aqui em Paço de Arcos, o Auditório José de Castro, que por sinal é auditório e é teatro. É um Auditório muito bonito, por sinal. Há trinta anos, Algés já tinha um auditório e não havia nenhum no Concelho. Vejam bem o que são as coisas, onde é o Teatro Amélia Rey Colaço. -----

-----Obviamente que a Câmara comprou o antigo cinema, onde é o Teatro Eunice Muñoz, construiu o Teatro Ruy de Carvalho em Carnaxide, o Teatro/Auditório César Batalha, aqui no Alto da Barra, agora este do José de Castro, é assim que se vai chamar. Em Linda-a-Velha, vai nascer um auditório na chamada Praça da Música, em que o projeto está neste momento em execução e vai ser, realmente, um grande auditório. Em Algés é natural que no futuro, possamos vir, por exemplo ainda não está definido o que vai ser, o que vai nascer e possivelmente daqui a dois anos, o Engenheiro Miguel Pinto vai agarrar naquilo que eu estou a dizer e vai dizer que eu prometi, mas eu não estou a prometer nada, mas ele vai agarrar nisso. Daqui a dois ou três anos, ainda estamos a analisar qual vai ser o conteúdo ou os conteúdos das Portas de Algés. Nós sabemos por exemplo, que a Biblioteca no Palácio Ribamar tem alguns constrangimentos. Isto porque, agora, tem entrada por trás, depois tem aquela escada muito íngreme, não é de fácil acessibilidade e o ideal seria tirarmos dali a Biblioteca, darmos um outro destino ao Palácio Ribamar e eventualmente, fazermos a Biblioteca noutra lado e até pode ser um dos equipamentos nas Portas de Algés, onde poderá nascer um auditório também, não digo que não, é uma questão que há que analisar, mas faz falta, admito que sim. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Agora, o Senhor Pedro Marco, que presumo que seja engenheiro, arquiteto, advogado ou qualquer coisa, não disse... é arquiteto? Então eu vou dizer-lhe o seguinte:-----

----- Primeiro: porta-voz dos moradores não é, isso sou eu, tenha paciência, não me tira o lugar assim com facilidade. O porta-voz dos moradores sou eu. O Senhor chegou aqui, identifica-se como porta-voz, mas não é porta-voz de nada, porque ninguém o elegeu para isso. Até podia haver uma associação de moradores em Miraflores e o Senhor podia ser o Presidente da Associação de Moradores eleito pelos moradores, mas eu também sabia porque eu também moro lá. Portanto, veio aqui em seu nome e pode haver um ou outro amigo que lhe diga: “também estou de acordo”. Mas agora esta coisa de chegar aqui “represento os moradores”, é uma falta de respeito pela Assembleia e pela Câmara, porque quem representa os moradores, neste caso concreto, sou eu, não é o Senhor. Mas eu registo com muito apreço aquilo que disse. E realmente com apreço disse e reparem, se eu digo... Senhores Deputados isto que eu vou dizer é muito importante, que o Parques dos Cisnes, e concordo, é uma aberração para aqui, para além e a Câmara Municipal não podia fazer nada porque tinha que indemnizar... Se o Senhor Arquiteto com a sua, naturalmente, sapiência (eu não sou) chegou à conclusão que há irregularidades naqueles edifícios, garanto-lhe que demoli-los eu posso fazê-lo, se não cumprirem a lei, aí eu tenho competência para mandar demolir. Desculpem lá... não batam palmas, por favor. Não é assim, porque primeiro, o Senhor tem que demonstrar aquilo que está a dizer. Desculpe, eu não sei se o Senhor é arquiteto prático ou Professor de Arquitetura, são coisas diferentes. O Senhor tem que demonstrar ou no tribunal ou, e para mim seria muito mais fácil, em vez de vir aqui... já veio aqui e já denunciou a situação, o que é que é importante agora? É que vá ao meu gabinete, eu chamo os arquitetos da Câmara e os engenheiros que aprovaram tudo aquilo, que deram os pareceres favoráveis, porque eu atenção não aprovei nada, por acaso ali nem aprovei nada, mas eu assumo a responsabilidade de tudo, mesmo quando é aprovado pelo Vice-Presidente ou por outro Vereador qualquer. O Presidente sou eu e, portanto, sou responsável. Agora, o Senhor tem que dizer ali aos arquitetos, seria o mais fácil,

uma reunião no meu gabinete, com o projeto à frente, eu chamo os arquitetos da Câmara, os engenheiros, não precisa de mostrar aqui, tem que mostrar é lá. Esse papel não me diz nada, esse papel que esteve aqui a dizer, não passa de arrazoado e não estou a desvalorizar, porque tem que ser confrontado com as peças processuais, pois, não há outra hipótese. Portanto, se o Senhor está de boa-fé ao vir aqui perante as câmaras denunciar esta situação, mais de cem ilegalidades e se este Presidente da Câmara diz: Se há ilegalidades, eu tenho competência para mandar demolir e repor a legalidade, para isso tenho, atenção. Portanto, o desafio que eu lhe faço é ir à Câmara, os arquitetos que apreciaram os projetos, consigo discutem a situação e vêm se é assim ou não é. Caso contrário... sim, obviamente, não há outra hipótese, tem que haver contraditório, não basta... repare, não é comigo, nem com os deputados que tem que discutir o assunto. O Senhor ... desculpe, está a interromper-me também e já sabe quais são as regras da casa. O Senhor disse aquilo que quis, agora tem que me ouvir, tenha paciência, é uma coisa extraordinária, todos somos democratas e depois, temos uma incapacidade extraordinária em aceitar as regras, tenham paciência. Eu ouço aqui que nem um Santo tudo quanto dizem. Eu tenho uma paciência extraordinária, oiço toda a gente e sabe é por isso que eu ganho eleições. Não sei se sabia, porque eu ouço as pessoas, interpreto aquilo que me dizem e depois aquilo que prometo, cumpro. É assim que eu funciono. -

-----Portanto, com certeza que fica na ata tudo aquilo que disse e é óbvio que eu não vou deixar de, perante o que está na transcrição na ata, vou mandar para o Planeamento um despacho dizendo para averiguarem, se é verdade ou não, se corresponde estas declarações, se realmente essas ilegalidades são uma realidade. Bom, se forem, não tenha dúvidas que é um encanto para mim fazer um despacho e mandar demolir e repor a situação. Agora, se não corresponder à realidade... é por isso que o contraditório era importante, não passou de uma acusação miserável sem fundamento o que o Senhor veio fazer aqui à Assembleia Municipal perante as câmaras. Portanto, devia ter permitido o contraditório antes, ou seja, o Senhor devia ter ido primeiro à Câmara Municipal, falar com os técnicos responsáveis, os que aprovaram e confrontá-los com essa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

situação ou então pedia para falar com o Presidente da Câmara. Agora já não pode falar, já acabou. Agora só na próxima... está a ver o problema. Pôs o dedo no ar, mas não é assim. Quer dizer, está a ver, não está a respeitar o que eu estou a dizer. Isto porque se respeitasse o que estou a dizer, estava calado e ouvia em silêncio, como eu o ouvi a si. Portanto, o que é que acontece... era fundamental, e normalmente o que eu digo, é vulgar, é muito frequente pessoas que têm situações a reclamar dessa natureza, pedem uma audiência ao Presidente da Câmara ou ao Vereador respetivo, vão à Câmara e são ouvidos, esclarece-se logo a situação, se há alguma ilegalidade ou não, é assim que funciona. Vir à Assembleia Municipal acusar de uma série de ilegalidades sem haver o contraditório do outro lado, como calculam, não sou eu que vou fazer o contraditório. Portanto, ficamos à sua disposição, mas vai ser averiguado. -----

----- Relativamente ao Senhor António Rego sobre a questão do Quintalão, é a mesma coisa. Não é comigo que tem que discutir as técnicas de regularização das ribeiras, é com os técnicos, não só do Município, mas também da Agência Portuguesa do Ambiente que aprovou aquele projeto e que o consideraram pelos socalcos que estabelece, a possibilidade de haver um maior alagamento da água e inclusivamente transvasar para o próprio Quintalão podendo fazer ali uma espécie, não é bem uma bacia de retenção, mas alargar um bocadinho, porque está prevista realmente uma bacia de retenção um bocadinho mais a montante, na zona da Outurela. -----

----- Agora... que o muro ainda gerou mais velocidade às águas, isso é um assunto que tem que discutir com os técnicos que aprovaram e executaram esse projeto e que tem o aval da Associação Portuguesa do Ambiente. Portanto, é com eles que também tem que discutir. Também o desafio a ir ao meu gabinete, eu tenho lá os técnicos e discutimos, é assim. Agora um técnico discutir com um político está a ver... porque eu mesmo que tenha algum conhecimento técnico de determinadas matérias, para além de direito que devia ser a minha especialidade, mas com a experiência, com o tempo, tenho a obrigação de perceber alguma coisa, de ler um projeto, por exemplo, saber lê-lo e saber se tem ali também alguma ilegalidade ou não. Mas, não posso ir ao

pormenor, para isso tem que ser a linguagem técnica, tem o seu discurso próprio e, portanto, teria que ser assim.-----

-----Por outro lado, até diz: “o Senhor Presidente retirou as terras do Quintalão”. Eu? Não faltava mais nada. Eu nunca retiro terras de lado nenhum. Eu não, há um projeto que determina se as terras saem, se não saem, como é que é. Mal andaríamos nós, se os políticos se substituíssem aos técnicos. Os políticos têm que dizer é assim: “olhem, precisamos construir mil casas” e arranjar o dinheirinho para as fazer, mas depois os técnicos é que têm que fazer os projetos, de fazer as coisas, etc. E voltamos ao mesmo, também não sabe ouvir, tenha paciência, tem que ouvir... está a ver? Não é democrático o que está a fazer, pode não gostar... oh, Senhor António, pode não gostar do que eu estou a dizer, mas eu ouvi-o, faça o mesmo que eu...”-----

-----**Alguém interveio da zona do público, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte:-----

-----“Nem eu deixo, porque isto tem normas e, portanto, o Senhor já fez a sua intervenção... está a responder a todas as pessoas que usaram da palavra.”-----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção e disse o seguinte:----

-----“Causa das inundações em Algés. Cada cabeça sua sentença. Em mil novecentos e sessenta e sete houve as maiores cheias de sempre, em Algés e nessa altura não havia impermeabilização dos solos. Miraflores não existia, o Alto dos Barrinhos não existia. Toda aquela zona ao longo da Ribeira de Algés, não havia nada de construção e no entanto, foi a maior cheia de sempre, causou estragos e realmente, perdas de vida naquela zona. Portanto, as coisas não são, exatamente assim.-----

-----Por outro lado, disse e eu registo isso – “está disposto a dar esclarecimento”. Muito bem, quando quiser, vai ao meu gabinete às segundas-feiras, todas as segundas-feiras ... pode haver algum... há reuniões de Planeamento no meu gabinete, onde estão os técnicos, os dirigentes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ligados ao planeamento, terei muito gosto em o receber, é só combinar com um dos meus adjuntos, combinam numa segunda-feira para ir lá, teremos muito gosto em conversar consigo. -----

----- Relativamente ao Senhor Engenheiro Miguel Pinto. Não vale a pena responder-lhe, já sabe tudo. Eu já dei os esclarecimentos não sei quantas vezes, já respondi ao centro de saúde, já respondi a tudo, de maneira que na próxima semana, daqui a quinze dias... nós já estávamos com saudades. Aliás, ele não precisa de sequer vir aqui, porque nas redes sociais é um passageiro frequente a criticar o Presidente da Câmara e a Câmara Municipal, etc. De maneira que nem... estão a ver... outro, também me esta a interromper. Estão a ver, eu não o interrompi, mas ele está a interromper-me e nem ele quer os meus esclarecimentos. Portanto, ele só veio aqui para debitar e para dizerem que veio aqui. Mas, na realidade, com todo o respeito, Senhor Engenheiro, eu já respondi a todas as questões que colocou.-----

----- Só me falta repetir aqui uma questão. Na realidade este Município, que eu saiba, nunca construiu em leito de cheia da ribeira. Nunca. Não há nenhuma construção em leito de cheia e nem podia haver, porque se houvesse construção em leito de cheia, ela seria embargada. Não há construção em leito de cheia e, portanto, se há alguma construção em leito de cheia faça o favor de a denunciar, porque eu não tenho dúvidas que o tribunal imediatamente tomaria as medidas necessárias.-----

----- Portanto, uma coisa é pensar “isto devia ser leito de cheia” e outra coisa é ou não é leito cheia e por estranho que pareça, de facto, o dito Parque dos Cisnes está fora do leito de cheia, porque a construção nasce onde, ao que parece, nem nos cem anos lá chega a água, quer dizer, portanto, são o que são. É de uma demagogia total vir dizer que se constrói no leito de cheia, quando não há nenhuma construção em leito de cheia. -----

----- Duplicação da Ribeira: talvez não tenha respondido a essa questão, mas aqui já respondi várias vezes. A duplicação da Ribeira já está prevista há uns anos, havia mesmo um projeto pronto, aprovado pelo antigo Instituto do Ambiente. Está, neste momento, a ser discutido

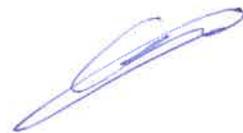
com a Associação Portuguesa do Ambiente, justamente para decidir qual é a parte que vai avançar mais rapidamente. Pronto, acho que respondi a toda a todos. Muito obrigado.” -----

**5.7. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção.**-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente, até porque a hora já vai tarde, por mim ficava aqui a noite toda, mas a hora já vai avançada e eu só tenho três minutos, não tenho vinte e cinco, mas eu queria dizer que também há coisas que me fazem impressão. -----

-----O Senhor Presidente e o Senhor Vereador Pedro Patacho, há bocadinho ficaram muito impressionados porque faço caras e faço contas e faço assim umas coisas, que nem percebo muito bem do que é que estão a falar. E eu fico impressionado, devo dizer, com a forma como o Senhor Presidente responde aos munícipes. A mim impressiona-me pela negativa e não podia deixar de o dizer. -----

-----E também fico muito mal impressionado, porque há um subterfúgio a que o Senhor Presidente recorre sempre, e sempre que é confrontado com questões dos munícipes. Há um ditado popular que diz, e meio a brincar, que “que é meu, é meu, o que é teu é nosso”. O Senhor Presidente subverte um bocadinho esse ditado popular e “o que é bom é meu, o que é mau é do Governo”. O Senhor Presidente faz isso em relação ao Centro de Saúde de Algés. Faz isso em relação a todas as questões que lhe são menos convenientes e que são negativas, quando a Senhora Maria Lisete intervém o Senhor Presidente diz: “faz muito bem em vir bater à porta da Câmara, porque é aqui na Câmara que se resolve as questões” e depois chegamos às questões mais espinhosas, às questões mais complicadas, às questões onde a Câmara, se calhar, não está tão bem na fotografia e afinal o Senhor Presidente já está de mãos atadas e não pode fazer nada – “malvados do Governo, a culpa é toda deles”. E, portanto, eu fico muito mal impressionado, tanto na forma como o Senhor Presidente responde aos munícipes e eu percebo que haja atitudes deste lado que não agrada ao Senhor Presidente, mas o Senhor Presidente tem uma responsabilidade maior do que nós todos e devia saber confrontar essas atitudes com uma atitude diferente que aquela que aqui demonstrou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

hoje. -----

----- Depois em relação ao conteúdo, também lamento dizer, mas quer dizer, quando é confrontado com factos novos era bom não recorrer, eu percebo que faça isso pelo hábito, mas era bom não recorrer à cassete de sempre como fez hoje que o Parque dos Cisnes, com uma ligeira alteração que se saúda: é que agora já considera a possibilidade de fazer alguma coisa. Mas esta possibilidade de fazer alguma coisa, vem com um truque que é uma solução completamente maniqueísta e continua a ser “ou não posso fazer nada” ou então “vamos demolir os prédios”, quando, provavelmente, perante o relatório que aqui ouvimos hoje, ou a exposição que ouvimos aqui hoje, de haver muitas ilegalidades, talvez valesse a pena averiguar, talvez valesse a pena saber se alguma coisa que se possa fazer quanto a elas, que não seja só “estou de mãos atadas, malvados dos outros, que grandes culpados, eu não tenho culpa de nada” ou então “é tudo para demolir”. Isto porque isso francamente, não me parece que seja uma solução produtiva, parece-me que é a tal palavra que o Senhor Presidente gosta muito, é um bocado maniqueísta e é pôr-se numa posição outra vez de quem não vai fazer nada, muito provavelmente. -----

----- Só para terminar até porque o meu tempo está a chegar ao fim. Eu gostei muito da ideia do Senhor Presidente que mencionou uma Associação de Moradores em Miraflores e queria dizer que é uma ideia genial, estou absolutamente estarecido com a genialidade da ideia, de certeza que nunca ninguém se tinha lembrado disso antes. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

**5.8. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção, em Defesa da Honra:-----**

----- “Senhora Presidente, pela primeira vez desde que exerço estas funções, nos últimos trinta e cinco anos, é a primeira vez que vou usar da palavra em Defesa da Honra. Faço-o justamente pelo despudor, pela falta de vergonha do Senhor Deputado Tomás Pereira Perestrelo (EO) na intervenção que fez. Porque à base de fazer afirmações que pretende que passem nas redes sociais, dando uma determinada imagem do Presidente da Câmara, pensem que com isso está a

dizer a verdade. Na realidade, sempre tratei com toda a dignidade, com respeito, todos os munícipes que aqui vêm. Agora, não admito faltas de respeito suas, nem de nenhum munícipe que aqui venha. Eu não sou hipócrita. Eu digo sempre a verdade. Portanto, se um munícipe vem aqui e expõe um problema, naturalmente que eu respondo e reajo em relação a essa questão. Mas obviamente que não posso deixar de chamar a atenção do munícipe se porventura, eu que o oiço em silêncio, ele interrompe sistematicamente. Eu tenho que lhe chamar a atenção e transformar essa chamada de atenção, para dizer que não se tratam com dignidade os munícipes, tenha paciência, eu tenho que repudiar essa sua afirmação, porque eu tenho muitos anos nisto, sempre tratei bem os cidadãos e quero-lhe dizer: não aceito de quem tem uma visão totalitária da política, me venha dar lições aqui. “Totalitária”, repare. E mais uma vez, o Senhor não gostou que eu uma vez lhe chamasse “Goebbels da política”, “Goebbels da propaganda”. Pelos vistos, quis mostrar-se ofendido porque eu lhe estava a chamar “Goebbels da propaganda”. Quis mostrar-se ofendido, fazendo que não entendeu o sentido em que eu estava a utilizar essa expressão. É claro que eu não estava a chamar-lhe “Goebbels”, nem “nazi”, não estava a chamar nada disso. Também estabeleço uma diferença entre a sua propensão para o totalitarismo e o totalitarismo nazi. Faço uma diferença. Está a ver? Distingo bem o que é a autoridade, a ditadura e o totalitarismo, mas o Senhor ficou muito... fez-se ofendido nessa matéria. Mas na realidade, o que eu queria dizer, era exatamente isto, o que eu queria dizer era exatamente o que eu estou a dizer. É esse aproveitamento político desonesto, para incutir a ideia nas pessoas de que o Presidente da Câmara trata mal os munícipes. Eu pergunto se tratei mal algum dos munícipes que aqui veio? Eu reagi a todos como deve de ser.”

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

**5.9. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Não, desculpe. Não pode. Não. Acabou o tempo que os Senhores tinham para intervir. Agora.... Desculpe. O Senhor não pode intervir.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

**5.10. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte:-----

----- “Defesa da Honra, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Não. Eu estou a chamar a atenção do munícipe que está lá atrás e que está a querer usar da palavra. Não há mais uso da palavra. -----

----- Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), vamos ficar aqui num salto para cá, salto para lá?” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

----- “... Defesa da minha Honra. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Mencionou-se outra vez o “episódio Goebbels”, chamaram-me “totalitário”, quer dizer... Nem vou perder tempo.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Não chamou não senhor. Desculpe. -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, não vamos entrar aqui... Vou acabar a minha intervenção muito rapidamente, não vou entrar aqui no que é que foi dito ou no que é que não foi dito. Eu ouvi, pareceu-me que foi isso que foi dito, se não tiver sido, o Senhor Presidente depois desmentirá em oportunidade própria. -----

----- Mas aquilo a que vou responder, é muito simplesmente agradecer ao Senhor Presidente pela sua intervenção, que deu total razão às minhas afirmações. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

**5.11. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Serei rápida. -----

----- Agradecer a presença dos quatro munícipes, que aqui vieram apresentar problemas

relacionados com questões ligadas a Algés e aos problemas indireta ou diretamente das cheias que ainda há muito pouco tempo vivemos. Dizer que, de facto, os números que a Senhora Professora Lisete nos trouxe aqui, relativos aos lugares da esplanada do Mercado de Algés, são alarmantes e assustadores. Todos nós que frequentamos a baixa de Algés, já nos tínhamos apercebido de que o espaço circundante do centro de Algés tem crescido em termos de esplanadas, mas a realidade nua e crua conforme aqui foi apresentada, é alarmante. Nós vamos acompanhar o resultado da visita que o Senhor Presidente se disponibilizou a fazer (e que nos congratulamos com essa iniciativa), e aguardamos a tomada de posição da Câmara relativamente a isto e pedimos que o Senhor Presidente nos mantenha informados. -----

-----Quanto às intervenções que aqui foram feitas, o Senhor Presidente diz que as intervenções poderiam ter sido feitas na Câmara Municipal. Eu não concordo, Senhor Presidente. A Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador da Câmara... Agora é o Senhor que me está a interromper. “Faz o que eu digo, não faças o que eu faço”.-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Não, mas é que está a fazer uma afirmação que o Senhor Presidente não disse.” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:- -----

-----“Senhora Presidente, eu peço-lhe que não me interrompa, porque o meu tempo está a contar e no fim da minha intervenção, poderão dizer tudo aquilo que vos apetecer. -----

-----Considero que do ponto de vista técnico, todas as análises que aqui foram trazidas são muito úteis. Todos nós já tínhamos estado atentos e este problema, porque naturalmente que o Parque dos Cisnes tem sido conversa diária nas redes sociais, em grupos do WhatsApp, portanto naturalmente que nós, representantes dos eleitores e dos oitavenses, estamos atentos ao problema. -----

-----Mais uma vez saúdo a iniciativa do Senhor Presidente em querer ouvir estas perspetivas técnicas em reuniões de planeamento, que acho que serão muito úteis para nós



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aferirmos ou não da existência destas ilegalidades. -----

----- Por fim, dizer ao Senhor Presidente que eu também ando muito a pé (moro em Linda-a-Velha e faço o trajeto todo de Miraflores até Algés e volto para cima) e estranho que o Senhor Presidente ainda não se tenha apercebido do cheiro das águas, porque elas já chegam à rotunda da Repsol. Essas águas vêm por aí abaixo, nestes dias de calor o cheiro que se sente, quer junto ao parque urbano de Miraflores, quer junto aos passeios circundantes é muito notório. Portanto, hoje quando for para casa, repare que os vestígios da água vêm até à rotunda da Repsol. -----

----- Dizer ao Senhor Presidente que gostaríamos muito que nos desse “feedback” da disponibilidade que demonstrou aos nossos munícipes, que aqui do ponto de vista técnico vieram colocar questões, porque nós, deputados - e falo do PSD - estaremos atentos e acompanharemos estas questões que foram aqui colocadas hoje. -----

----- Muito obrigada.” -----

**5.12. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:-----**

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Já é bastante tarde, vou tentar ser rápida. Agradecer naturalmente a participação dos diferentes munícipes que aqui estiveram. -----

----- Sobre o Centro de Saúde, acho que é importante dizer o seguinte: não acredito que haja uma deputada ou um deputado, uma vereadora ou um vereador, nem mesmo um trabalhador ou uma trabalhadora desta Câmara Municipal, que esteja satisfeita com aquilo que aconteceu nas cheias em Algés, relativamente ao Centro de Saúde. Não pode haver ninguém satisfeito com o facto de termos o Centro de Saúde fechado. Não há ninguém satisfeito com isso e também não há ninguém que esteja satisfeito pelo facto de a lei exigir um determinado procedimento e uma determinada forma de fazer um concurso, para agora fazer a reparação daquilo que é necessário no Centro de Saúde. Apesar de ter ficado bastante satisfeita em ter ouvido a história e a memória pela voz do cidadão Miguel Pinto, dos diferentes intervenientes e deputados e deputadas nesta

Casa, de diferentes partidos, sobre aquilo que podia acontecer (ou não) naquela localização, quero dizer o seguinte: na altura em que foi aprovado o Centro de Saúde, eu era Vereadora não executiva - eu e o Vereador Marcos Sá - e votámos favoravelmente. Votámos favoravelmente. Se fosse hoje, voltaria a votar. Eu, voltaria a votar. Não tenho dúvidas nenhuma, que todos aqueles que lá estavam sentados, naquele momento, o fizeram com a certeza de que estavam a fazer o melhor para o Município. E digo mais: o que não consigo compreender mesmo hoje, é que aquilo que aqui se passou, na exposição por parte do cidadão Miguel Pinto, não é uma exposição. É vir a esta Casa fazer o levantamento de suspeitas, como se nós tivéssemos cometido algum crime. Se o cidadão tem a suspeita de que aquele conjunto de vereadores, com aquele Presidente de Câmara cometeram uma ilegalidade, faça queixa. Faça queixa, que nós vamos responder. Não vale a pena continuarmos a fazer e a utilizar o Centro de Saúde de Algés para fazer politiquice. Porque isto sim, são os tais “casos e casinhos”, de que nós todos estamos fartos e que nós não queremos efetivamente continuar a ter. -----

-----Muito obrigada.”-----

**5.13. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) interveio e disse o seguinte:-----**

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Ainda consigo surpreender-me com algumas posições tomadas nesta Assembleia. Refiro-me concretamente àquilo que aqui se passou, nomeadamente à intervenção do Senhor Deputado Tomás, do Grupo Evoluir. Ele tem o hábito de “rasgar as vestes”, como se fosse uma vestal, mas ele de vestal não tem nada. Para já, porque nem sequer é senhora e muito menos é virgem. De vestal, de facto, não tem nada e escusa de “rasgar as vestes”. Sobretudo, escusa de “rasgar as vestes”, quando as atitudes que toma e a forma como nós demonstramos o posicionamento nesta Assembleia, tem muito a ver com o respeito que nós lhe atribuímos. De facto, há imensas posições que ele utiliza, virando-se, quase virando as costas a quem está a falar, nomeadamente quando quem fala está na tribuna do Executivo, aproveitando o facto de as câmaras



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o não estarem a fixar, tomar posições que eu sou capaz de compreender num jardim infantil, mas não sou capaz de aceitar numa Assembleia Municipal. Há questões que são pura e simplesmente uma questão de boa educação. Não tem outra questão e escusa a seguir de vir invocar o direito da Defesa da Honra, porque as posições que o Senhor Deputado tomou há bocado são uma vergonha, relativamente tanto aos munícipes, como aos deputados desta Assembleia. Já não digo sequer em relação ao Executivo. Há posições que não têm qualquer tipo de dignidade e o Senhor é useiro e vezeiro em tomá-las.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Meus Senhores, chegámos ao fim...” -----

**5.14. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte:-----

----- “Defesa da Honra.” -----

**5.15. A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Não, desculpe, já defendeu a honra muita vez. Ninguém o atentou na sua honra.” ---

----- “Senhor Deputado, nós já nem sequer temos quórum, portanto nós vamos acabar esta Sessão. Desculpe. Vamos acabar esta Sessão e o Senhor...” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:---

----- “Desculpe, vamos acabar esta Sessão.... Desculpe. Senhor Deputado, o Senhor vai-me ouvir em primeiro lugar. O Senhor não devia de estar a pedir a Defesa da Honra, porque o Senhor acabou de estar de costas voltadas, dando precisamente razão àquilo que estava a ser dito. Pode falar, fica a falar, nós vamo-nos embora.-----

----- Meus senhores, terminámos esta reunião, muito obrigada a todos que estiveram aqui, que ficaram e a todos os que nos acompanharam em suas casas.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) observou o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, eu vou defender a minha honra. Não? Ok, muito bem.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Eu não lhe dei a palavra, Senhor Deputado.-----

-----Encerrámos os nossos trabalhos.-----

-----Boa noite.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

-----“Muito bem. Está registado.”-----

## 6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente,-----



-----O Primeiro Secretário,-----



-----A Segunda Secretária,-----

